



UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE
MULTICAMPI GARANHUNS
CAMPUS ARCOVERDE

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE DIREITO DO *CAMPUS* DE
ARCOVERDE DA UNIVERSIDADE DE
PERNAMBUCO

ARCOVERDE - PE
2016 (revisado em 2017)

Prof. PEDRO HENRIQUE DE BARROS FALCÃO
Reitor da UPE

Profa. MARIA DO SOCORRO DE MENDONÇA CAVALCANTI
Vice-Reitora da UPE

Profa. ROSÂNGELA ESTEVÃO ALVES FALCÃO
Diretora do *Multicampi* Garanhuns

Prof. ADAUTO TRIGUEIRO ALMEIDA FILHO
Vice-Diretor do *Multicampi* Garanhuns

Profa. DÂMOCLES AURÉLIO NASCIMENTO DA SILVA
Coordenador Setorial de Graduação do *Multicampi* Garanhuns

Prof. JAZIEL LOURENÇO DA SILVA FILHO
Coordenador do Curso de Direito do *Campus* de Arcoverde

Prof. HOMERO BEZERRA RIBEIRO
Vice-Coodenador do Curso de Direito do *Campus* de Arcoverde

APRESENTAÇÃO

Este documento é o Plano Pedagógico do Curso de Direito do *Campus* de Arcoverde da Universidade de Pernambuco e foi construído em um esforço colaborativo dos docentes vinculados efetivamente ao curso em questão, especialmente os componentes do Núcleo Docente Estruturante.

Para a construção desse documento, levou-se em consideração a legislação em vigor, as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação¹ e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, versão 2014/2018, de dezembro de 2013.

Este documento foi elaborado de acordo com a Resolução CEE/PE n.º 01, de 12 de abril de 2004 do Conselho Estadual de Educação do Estado de Pernambuco, que regula o Reconhecimento dos Cursos. Nela, tem-se que “Reconhecimento de curso de graduação e de suas habilitações” é ato de validação do curso e das habilitações inerentes ao mesmo, dada a execução do projeto proposto, com o efeito de expedição de diploma e de seu registro.

Dessa maneira, este documento contempla a sistematização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Direito – *Campus Arcoverde* – estabelecendo, assim, os referenciais teórico-práticos que motivam o processo de integração acadêmico-profissional, assim como o Relatório Descritivo de Funcionamento e de Evolução do Curso.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso buscará aliar a dimensão político-social do ensino jurídico à solidez dos conhecimentos humanísticos e dogmáticos para que o profissional formado pela instituição possa inserir-se adequadamente como ser do seu tempo: ágil, criativo e capaz de pensar e construir o direito justo em cada caso.

Dentre as finalidades do PPC estão as de assegurar a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, abordar filosoficamente o conhecimento, contextualizar as componentes curriculares, oportunizar uma visão integral e inter-relacionada dos saberes, relacionar integralmente a teoria e a prática, promover a interlocução das ações universitárias com a sociedade e motivar a postura investigativa do corpo discente.

O Projeto Pedagógico do curso, neste sentido, expressa a organização e o pensar da proposta educacional de uma IES voltada para a formação do profissional e

¹ Resolução CNE/CES 9/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 1º de outubro de 2004, Seção 1, p. 17.

do cidadão do futuro apto para um processo continuado de crescimento e aprendizado necessários para uma relação profícua com o meio circundante.

O Projeto define as linhas gerais do curso dentro dos princípios filosóficos, políticos e pedagógicos adotados. Caracteriza-se como o ponto norteador de todas as ações educativas do curso. Assim, buscou-se, também, que o exercício de cidadania tenha início na própria instituição, seja no realce ao processo participativo de tomada de decisões, num trabalho cooperativo e emancipador das partes comprometidas e interessadas na realização de um trabalho educativo de qualidade, seja na ênfase dado às atividades que permitam a compreensão de si próprio e de outro como sujeito de direitos a serem efetivados.

Para viabilizar os objetivos de mobilidade estudantil, procurou-se aproximar este planejamento do Curso de Direito oferecido pela UPE em Recife, mais especificamente no *Campus* Benfica. Em um esforço conjunto, conseguimos uma adequação de mais de 80% (oitenta por cento) da Matriz Curricular, sem esquecer, no entanto, das especificidades do Curso de Direito em Arcoverde, ocasionadas pelos aspectos e características regionais.

Também nortearam os objetivos deste planejamento a meta imposta pela Pró-reitoria de Extensão da Universidade de Pernambuco, que estabeleceu no início desse ano o patamar de 10% (dez por cento) de curricularização das iniciativas de extensão de cada curso de graduação oferecido pela UPE.

Assim, mediante a atualização das ementas das componentes curriculares, bem como a definição de uma nova Matriz Curricular, espera-se obter o reconhecimento do Curso de Direito oferecido em Arcoverde pela UPE, em funcionamento desde agosto de 2011.

SUMÁRIO

1. Projeto Pedagógico do Curso	9
1.1- Justificativa da oferta do curso	9
1.2- Objetivos	9
1.3- Perfil do Egresso	12
1.4- Competência e habilidades a serem desenvolvidas pelo aluno	12
1.5 - Organização curricular	13
1.5.1- Fundamentos e Concepção metodológica	13
1.5.2- Matriz Curricular Sequencial Anterior	19
1.5.3- Matriz Curricular Atual	23
1.5.4- Matriz Curricular Sequencial Atual	25
1.5.5- Atividades Curriculares	29
1.5.6- Convênios	32
1.5.7- Atividades Complementares	32
1.5.8- Avaliação da Aprendizagem	38
2- Infraestrutura de apoio ao curso	38
2.1- Aspectos Físicos	38
2.2- Biblioteca	40
2.3- Laboratórios	58
2.4- Gabinetes de atendimento para docentes	58
2.5- Espaço de convivência discente	58
3 - Corpo Docente	58
4 - Ementário	60
4.1 - Ementas das Componentes Curriculares do 1º Período	60
4.1.1 - Introdução ao Estudo do Direito	60
4.1.2 - Teoria da Política e do Estado	61
4.1.3 - Economia	62
4.1.4 - Antropologia Jurídica	64
4.1.5 - Metodologia da Pesquisa	66
4.1.6 - Psicologia Jurídica	68
4.2 - Ementas das Componentes Curriculares do 2º Período	69

4.2.1 - Teoria Geral do Direito Civil	69
4.2.2 - Teoria Geral do Direito Penal.....	71
4.2.3 - Filosofia Geral e Jurídica	72
4.2.4 - História do Direito	74
4.2.5 - Direito Constitucional I	76
4.3 - Ementas das Componentes Curriculares do 3º Período.....	77
4.3.1 - Direito das Obrigações	77
4.3.2 - Teoria Geral da Pena.....	79
4.3.3 - Sociologia Geral e Jurídica	81
4.3.4 - Libras.....	83
4.3.5 - Teoria Geral do Processo	85
4.3.6 - Direito Constitucional II	87
4.4 - Ementas das Componentes Curriculares do 4º Período.....	89
4.4.1 - Direito dos Contratos	89
4.4.2 - Direito Penal Especial I.....	90
4.4.3 - Hermenêutica e Argumentação Jurídica	92
4.4.4 - Direito Administrativo I	93
4.4.5 - Processo de Conhecimento	95
4.4.6 - Direito Constitucional III	98
4.5 - Ementas das Componentes Curriculares do 5º Período.....	99
4.5.1. - Direito das Coisas.....	99
4.5.2. - Direito Penal Especial II	101
4.5.3. - Direito Individual do Trabalho.....	102
4.5.4. - Direito Administrativo II	104
4.5.5. - Recursos no Processo Civil	106
4.6 - Ementas das Componentes Curriculares do 6º Período.....	108
4.6.1. - Direito das Famílias	108
4.6.2. - Direito Coletivo do Trabalho.....	110
4.6.3. - Direito Processual Penal I.....	112
4.6.4. - Execução no Processo Civil.....	114
4.6.5. - Direito Internacional Público	117
4.7 - Ementas das Componentes Curriculares do 7º Período.....	118
4.7.1. - Direito das Sucessões	118
4.7.2. - Direito Financeiro e Tributário I.....	120

4.7.3. - Direito Processual do Trabalho	125
4.7.4. - Direito Processual Penal II	126
4.7.5. - Processo Cautelar e Procedimentos Especiais	129
4.7.6. - Direito Empresarial I	131
4.8 - Ementas das Componentes Curriculares do 8º Período	133
4.8.1. - Responsabilidade Civil	133
4.8.2. - Direito Financeiro e Tributário II	134
4.8.3. - Ética Geral e Jurídica	136
4.8.4. - Direito Urbanístico e Ambiental	138
4.8.5. - Direitos Humanos	141
4.8.6. - Direito Empresarial II	143
4.9 - Ementas das Componentes Curriculares do 9º Período	145
4.9.1. - Medicina Legal	145
4.9.2. - Trabalho de Conclusão de Curso I	148
4.9.3. - Legislação Penal Extravagante	149
4.9.4. - Direito Empresarial III	151
4.10 - Ementas das Componentes Curriculares do 10º Período	153
4.10.1. - Trabalho de Conclusão de Curso II	153
4.11 - Ementas das Componentes Curriculares Eletivas	154
4.11.1. - Direito do Trabalho e Teoria Social Crítica	154
4.11.2. - Direitos Humanos	157
4.11.3. - Direito Eleitoral	160
4.11.4. - Direito da Criança e do Adolescente (ECA)	162
4.11.5. - Direito e Bioética	164
4.11.6. - Criminologia	165
4.11.7. - Redação Forense	167
4.11.8. - Direito Previdenciário	168
4.11.9. - Direito do Consumidor	171
4.11.10. - Mediação e Arbitragem	173
4.11.11. - Direito Agrário	174
4.11.12. - Direito do Petróleo e Gás	176
4.11.13. - Direito Internacional Privado	177
4.11.14. - Direito Comunitário	179
4.11.15. - Legislação Protetiva	180

4.11.16. - Direito de Propriedade Intelectual	181
4.11.17. - Direito Indígena.....	184
4.11.18. - Execução Penal.....	186
4.11.19. - Direito Processual Coletivo	187
4.11.20. - Retórica da Decisão Jurídica	190
4.11.21. - Direito Cibernético	191
4.11.22. - Informática Jurídica.....	193
4.11.23. – Processo Constitucional.....	194

1. Projeto Pedagógico do Curso

1.1- Justificativa da oferta do curso

A Universidade tem um papel histórico fundamental na construção do conhecimento e na disseminação do saber das antigas e novas ciências e tecnologias, que contribuem para a formação profissional das mais diversas áreas, além da estruturação das habilidades e competências na realidade contemporânea.

A graduação em Direito permite ao discente uma amplitude de atuações em diversas áreas e setores da economia, desde locais tradicionais como a composição dos órgãos estatais – Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, dentre outras – até as mais modernas tendências, como as atividades de consultoria jurídica, de conciliação, mediação e arbitragem.

O curso de bacharelado em Direito busca promover e incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico nos limites da ética e dos valores que conduzem à dignidade da pessoa humana. Os direitos humanos, a ética e a participação democrática estão entre os valores perseguidos pelos que compõem o curso.

Assim, o Curso foi pensado para permitir um exercício profissional seguro, eficiente e comprometido com a realidade cultural na qual se originam os conflitos sociais. O Direito, por seu turno, é tomado, como instrumento de atendimento a necessidades humanas e não como produto de pensamentos puramente lógicos, formais e abstraídos de seus conteúdos humanos.

Propõe-se a superação do ensino que se faz pela mera informação, por aquele que se compromete com a formação mais global, permitindo que o indivíduo possa lidar e processar a diversidade de informação que lhe é disponibilizada por diversos meios, com espírito crítico, reflexivo e orientado por uma ética de bases humanísticas.

1.2- Objetivos

O curso de bacharelado em Direito busca a construção de uma formação acadêmico- profissional fundamentada na teoria e prática, com abordagem interdisciplinar, e uma visão crítica do futuro profissional do Direito. Nesse contexto, a UPE apresenta seu projeto pedagógico dentro dos critérios exigidos pela Ordem dos Advogados do Brasil (Instrução Normativa no 1/97) quanto aos previstos nas Portarias do MEC 1886/94 e 641/97 e nos Padrões de Qualidade da Comissão de Especialistas de Ensino do Direito, assim como segue com sua adaptação à nova realidade, para os cursos jurídicos, trazida pela resolução n.º 9/2004, para os cursos jurídicos, em fase de debate e futura implantação. Neste sentido, o curso de Direito da UPE em Arcoverde está norteado pelo seguinte objetivo geral:

- proporcionar uma formação cultural sólida aos bacharéis em Direito, partindo de uma concepção interdisciplinar básica em economia, política, filosofia, sociologia, metodologia, plano de fundo para uma compreensão mais profunda do fenômeno jurídico, considerado em termos políticos e técnicos, ambos, campos de lutas e de transformações.

O atendimento a este objetivo geral se dará a partir do cumprimento de objetivos específicos, sintetizados no desenvolvimento de competências e habilidades discriminados na legislação em vigor (Resolução n.º 9/04) para a formação dos bacharéis em Direito. Em outras palavras, o objetivo geral do curso de Direito é o de formar um profissional com uma base conceitual-prática sedimentada nas áreas afins do Direito, associado a uma preocupação com programas de ensino, extensão e pesquisa e de integração com a comunidade, bem como ações relacionadas entre a ciência, a tecnologia e a sociedade, observando as características e as peculiaridades do estágio de desenvolvimento da cidade e de seu entorno, da região, do Estado e, mesmo, do país.

São objetivos específicos do curso de Direito da UPE em Arcoverde:

- formar criticamente bacharéis em Direito, aptos a desempenharem funções sociais para a democracia, enquanto cidadãos e profissionais comprometidos com os processos de aperfeiçoamento das suas instituições.

- preparar os acadêmicos do curso de Direito, para uma compreensão dos textos legais dentro dos contextos local, regional e global; capacitando-os para as atividades de advocacia judicial e extrajudicial e para as profissões públicas nas três esferas da Federação.

- fornecer em particular uma preparação mais adequada para os diplomados em Direito interessados nas Carreiras Públicas e nas variadas formas de Direito Econômico e Empresarial, habilitando os profissionais para o tratamento dos litígios pertinentes ao relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, o exame dos reflexos jurídicos no desenvolvimento das políticas públicas, a resolução das lides forenses que envolvam tanto os particulares como os órgãos públicos, bem como para as crescentes possibilidades de regulação jurídica extrajudicial, através das variadas formas de prevenção e de composição de conflitos, como a mediação e a arbitragem.

1.3- Perfil do Egresso

O Curso de bacharelado em Direito da UPE vem a exercer a proposta de superação da visão monocular do Direito, historicamente presente nos cursos jurídicos. Neste sentido, o Curso de Direito busca a formação transdisciplinar, que contemplem os três eixos básicos – ensino, pesquisa e extensão – com vistas às futuras áreas de atuação do profissional nas várias carreiras jurídicas: advocacia, magistratura, Ministério Público, magistério ou na pesquisa de cunho científico, bem como em tantas outras opções que se apresentam aos bacharéis em direito.

Para formar este perfil profissional, a organização didático-pedagógica do Curso de Direito deve desenvolver habilidades compatíveis com os objetivos gerais da Universidade de Pernambuco, bem como, de forma específica, com os objetivos constantes no PPC do curso de bacharelado em Direito da UPE.

1.4- Competência e habilidades a serem desenvolvidas pelo aluno

O perfil projetado para o aluno do Curso de bacharelado em Direito da UPE deve abarcar as seguintes competências e habilidades²:

I - leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

II - interpretação e aplicação do Direito;

III - pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

IV – adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

V - correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

VI - utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;

VII - julgamento e tomada de decisões; e

² De acordo com o Parecer CNE/CES n.º 211 de 08 de julho de 2004.

VIII - domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

1.5 - Organização curricular

1.5.1- Fundamentos e Concepção metodológica

O Curso de Bacharelado em Direito UPE – Campus Arcoverde – pretende formar bacharéis em Direito com uma sólida formação ético-humanista e um embasamento técnico-científico para compreender, problematizar e operacionalizar os institutos do ordenamento jurídico. Somente deste modo, pode-se formar profissionais críticos e antenados com a realidade social, dispostos, portanto, a utilizar o seu instrumental teórico-pragmático no questionamento do direito positivo vigente, para sua justa realização.

Pretende-se estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo em Direito. Isto porque o ensino do Direito não pode restringir-se a disciplinas jurídicas profissionalizantes, devendo contemplar as matérias categorizadas como fundamentais. Isto ocorre mediante o conhecimento dos pressupostos sócio-econômico-político-culturais, sobretudo através da Filosofia, Sociologia, Economia e Ciência Política, indispensáveis para uma consistente formação humanística.

Estas disciplinas, que integram o núcleo fundamental, figuram relevantes para que o profissional da área jurídica, seja qual for a área de atuação profissional de sua escolha, saiba o papel do Direito no desenvolvimento da pessoa humana e da sociedade. Neste sentido, a Resolução n.º 09/2004 do CNE/CSE foi implementada no Curso de Bacharelado em Direito da UPE – Campus Arcoverde, com o redimensionamento da matriz curricular, para a inserção de disciplinas basilares como Antropologia e Psicologia, além da disciplina de LIBRAS, exigida por lei estadual como obrigatória.

É necessário, pois, que, no estudo de Direito, jamais se perca de vista a sua inserção numa tessitura maior, de forma que se possa entender o fenômeno social, de que ele é um dos instrumentos de controle e se conhecer o seu próprio objeto estritamente considerado. A recorrência torna-se, neste sentido, uma atitude

inadmissível no ensino jurídico, sob este sentido, de que é imperioso sustentar uma via permanente de alimentação do fenômeno jurídico pelos outros saberes.

Ademais, o desenvolvimento do espírito científico exige que disciplinas dogmáticas como Direito Empresarial, Direito Civil e Direito Penal estejam sempre permeáveis às novas concepções jurídicas que regem as necessidades e aspirações do mundo atual. Logo, docentes e discentes são instados a pensar os novos códigos e não apenas raciocinar com as codificações já existentes. Rejeita-se, assim, um modelo didático-pedagógico baseado na pura reprodução das fontes jurídicas, mormente das normas insertas nos textos legais. Observe-se, por oportuno, que o código comentado é apenas um momento, não o principal, na formação dos operadores jurídicos que possuem flexibilidade de adaptação a uma sociedade dinâmica e plural, mesmo permanecendo a dicção dos textos de lei.

Outrossim, o desenvolvimento do pensamento reflexivo constitui-se na maior preocupação metodológica do ensino jurídico de graduação. Isto corresponde à ideia de que o Curso de Ciências Jurídicas deve ser capaz de estimular o raciocínio e a criatividade, potencializando o exercício de uma visão crítica. Nesta esteira, serão formados cidadãos conscientes de seu papel na sociedade, ou seja, aptos para entender o contexto onde vão operar e o sentido de sua atuação no mundo.

Com efeito, o ensino jurídico não pode estiolar-se por força da legislação, doutrina e jurisprudência que se repetem, por vezes mecanicamente, perpetuando a transmissão rotineira de modelos anacrônicos, sem lugar para a problematização das fórmulas vigorantes, indispensável para aflorar novas manifestações de normatividade jurídica.

Nesse diapasão, no âmbito do ensino do Direito, não há espaços para assertivas indiscutivelmente verdadeiras. Ao revés, as afirmações devem ser suscetíveis de debate e de adequação às realidades, tendo em vista que a própria lógica jurídica apresenta natureza argumentativa, enfatizando a verossimilhança e o convencimento dos atores sociais.

Nos domínios do ensino jurídico há, sobretudo, questões que admitem mais de uma resposta (aporias), nas quais a descoberta do problema é mais importante que a conclusão. No ensino de Direito, vive-se numa zona de fronteira entre o problemático e o sistemático, onde se circula ao redor do problema, através de diferentes pontos de vista e opiniões, buscando, de maneira interdisciplinar, preparar segmentos não só para trabalhar com a complexidade das questões jurídicas, principalmente em um

mundo que se transforma com velocidade inimaginável, em termos políticos, econômicos, tecnológicos e sociais, como também para colaborar, com criatividade, na lapidação de um novo ordenamento jurídico.

Sendo assim, a UPE está comprometida em formar diplomados nas mais diversas áreas do conhecimento jurídico, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua o curso de Bacharelado em Direito abre ao futuro profissional do Direito um leque significativo de opções profissionais, dos quais a advocacia é apenas uma vertente, ao lado de tantos outros setores jurídico-profissionais, como a magistratura, o Ministério Público, a carreira de delegado de polícia, o magistério e a diplomacia.

Os discentes deverão entender/participar da transformação e do desenvolvimento da sociedade brasileira, tanto no plano institucional, quanto na órbita sócio-político-econômica, sem olvidar o estímulo que representam para o auto aprimoramento contínuo na área jurídica. Com efeito, os diplomados em Direito refratários à formação contínua devem estar alertados que o diploma vale cada vez menos, tamanha a celeridade do conhecimento. Por isto, a recusa ao aprendizado permanente pode torná-los marginalizados do mercado competitivo como decorrência da expansão desordenada da normatividade jurídica, o aumento incessante de regras editadas por fatores meramente conjunturais, a expansão irracional das matérias submetidas a controle jurídico, a diluição das fronteiras entre o público e o privado, bem como a emergência de um sem número de fontes materiais de direito, abrindo caminho para o efetivo pluralismo jurídico.

Esta formação contínua conduz, no plano da pedagogia do Direito, à adoção do método participativo em que o trabalho intelectual é um trabalho pessoal que se baseia não em uma ciência adquirida de fora para dentro, dogmaticamente, senão em um saber conquistado pelo espírito investigativo, organicamente, de dentro para fora.

Ao lado disto, a UPE procura incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica no campo do Direito, objetivando não só o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como a criação e difusão da cultura jurídica.

No plano do ensino do Direito, é imperioso reconhecer e debater um sistema jurídico repleto de "leis de circunstância" e "regulamentos de necessidade", influenciados por conjunturas específicas e transitórias e por contextos heterogêneos que levam, muitas vezes, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário a não perceber o

divórcio entre o modelo e a realidade, bem como a perder a dimensão exata da importância jurídica das regras que editam, dos comportamentos que regulam e dos casos que julgam, porque jungidos a uma visão restrita do fenômeno jurídico.

O Direito não é um saber cultivado com indiferença ao modelo de sociedade donde medra daí a impossibilidade de quedar-se surdo às exigências do real e da vida. E nesse contexto em que a ordem jurídica é sempre provisória, impende ao ensino jurídico conglobar o saber-puro, o saber-fazer e o saber-agir, sem olvidar o caráter dialético do fenômeno jurídico, dado que o Direito surge dos conflitos concretos que envolvem a intersubjetividade de condutas.

Ademais, a UPE busca promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos relacionados ao Direito, comunicando o saber através do ensino, de publicações ou outras formas de comunicação. Harmônico com este escopo, o curso de bacharelado em Direito da UPE disponibilizará um acervo significativo de obras jurídicas tradicionais e atualizadas, comportando periódicos legais, doutrinários e jurisprudenciais. Destaque-se no acervo bibliográfico requerido a importância das revistas jurídicas, porquanto são publicações periódicas que condensam resultados das investigações da maior atualidade, visto que os autores primeiro divulgam seus trabalhos em revista, e, posteriormente, fazem-no em manuais, tratados e monografias.

Acrescente-se que, além do acervo bibliográfico quantitativo e qualitativo, ganha realce a necessidade de sua integração com outras bibliotecas, por ser indissociável da questão do fluxo de informações em uma sociedade global, o que já se processa com a moderna Biblioteca da Academia de Letras Jurídicas de Pernambuco. Ainda no tocante às publicações ou outras formas de comunicação, o presente curso incentivará a produção científica dos docentes, tais como artigos, ensaios, trabalhos, livros e teses. Outrossim, será publicado um periódico da instituição, englobando contribuições acadêmicas de professores e alunos.

A UPE deve também suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos jurídicos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; A gnoseologia contemporânea impõe a necessidade de colaboração entre as disciplinas diversas ou entre os setores heterogêneos, na busca das interações e dos mecanismos comuns, permitindo-se, através da interdisciplinaridade, um total enriquecimento mútuo.

Com efeito, o Direito não é um fenômeno isolado, afastado, nascido de geração espontânea, mas um fenômeno fundamentalmente conectado e interligado com outros fenômenos sócio-econômico-político-culturais. Se de um lado é possível uma fragmentação do saber, cada vez mais acentuada, por outro lado, nenhuma disciplina ou ciência possui autonomia, daí ser a interdisciplinaridade pressuposto fundamental de uma análise dialética do fenômeno jurídico.

A interdisciplinaridade figura como uma das condições básicas do conhecimento contemporâneo de tal forma que uma descoberta feita num dado setor do conhecimento, desde logo repercute nos demais, formando um todo indecortável. Sem ela, não há como estabelecer modos possíveis de consideração da realidade e constituir processos de sínteses criadoras para possibilitar a correspondente concretização do desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional.

O Direito nunca está só e torna-se compreensível unicamente em relação com outros fenômenos sociais. Por isso mesmo, afigura-se necessária a ação integrada dos juristas com os diversos cientistas sociais no equacionamento do problema da violência, da concentração urbana, da redistribuição da renda, da representação política, da estrutura judicial, da solução dos conflitos, da independência tecnológica e tantos outros, visto que, assim como os problemas sobre os quais intervirá o operador jurídico, não constituem manifestação singela de causa homogênea, também as soluções deverão conciliar alternativas científicas diversas.

Aduza-se que a integração de conhecimentos que vão sendo adquiridos, assim como a estrutura intelectual sistematizadora têm grande significado para o ensino jurídico, conquanto o Direito e a própria vida não são construídos à força de opções sempre radicais, e menos ainda de golpes espetaculares, senão com a paciência de combinar elementos heterogêneos e tentar costurá-los, sem grande alarde, sem demasiada ambição, num conjunto possível harmonioso. Aliás, a divisão do fenômeno jurídico em ramos existe por uma razão eminentemente didático-pedagógica. Não há como negar que as chamadas províncias ou disciplinas jurídicas estão estreitamente conexas na unidade de ordenação, caracterizada pela indivisibilidade e indecomponibilidade. Ademais, a absorção do conhecimento de cada geração inibe que o ensino jurídico siga dando respostas mortas a perguntas vivas, encastelando-se no formalismo das normas legais em atrito e discrepância com a evolução social e científica. Ademais, os cursos jurídicos não devem limitar-se a encontrar pequenas respostas, devem formular grandes e novas perguntas, pois, é no momento em que o

saber jurídico se renova através do conhecimento de cada geração que o ensino jurídico cumpre plenamente seu papel na sociedade.

Acrescente-se ainda o compromisso da UPE em estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade; Esta finalidade, em se tratando do ensino do Direito na UPE, dissemina-se em duas searas.

Em primeiro lugar, o presente curso de Bacharelado em Direito contempla os chamados "novos direitos" ao prever, dentre outras, componentes curriculares como Direito do Consumidor, Direito Ambiental e Urbanístico, Mediação e Arbitragem, Direito da Propriedade Intelectual, Direito Cibernético as quais resultam do progressivo surgimento de normas para resolver problemas criados por emergentes e novas realidades nacionais, sem inibir as peculiaridades, necessidades e preferências regionais de cada curso jurídico.

Não olvida a UPE da necessidade de promover a extensão por outros meios, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica do Direito. No âmbito do ensino do Direito, está sedimentada no curso de Bacharelado em Direito a concepção de que, sem as atividades extensionistas, não há o cumprimento da função social do conhecimento produzido, daí porque a extensão integra, taxativamente, no presente Curso de Bacharelado em Direito, as nominadas atividades complementares, propiciando a prestação de serviços jurídicos sobretudo às populações carentes em questões envolvendo os direitos fundamentais do cidadão.

Saliente-se que a globalização econômica, como um dos problemas do mundo presente, tem reflexo e incidência direta no ensino jurídico ao se constatar que para os operadores do direito, não se trata mais de pensar uma situação em função das categorias abstratas do direito tradicional, mas, liberando-se do condicionamento da estrita legalidade e do horizonte exclusivamente retrospectivo por ela imposto. Cumpre, assim, pensar o fenômeno jurídico em função de suas características concretas, pelo que o sujeito de direito cede seu lugar ao assalariado, ao consumidor, ao empresário e ao agente público.

Nessa linha de raciocínio, torna-se ingente ao ensino jurídico formar cientistas do direito, investigadores objetivos dos processos jurídicos, técnicos legisladores, juízes de personalidade, e não meros escravos da lei. Somente assim o Direito pode

assumir uma postura prospectiva e dirigida a uma realidade, não havendo espaço para as categorias tradicionais, modelos fechados, vestes formalistas e abstratas, conquanto o Direito é um saber brotado da vida e destinado à própria existência humana.

1.5.2- Matriz Curricular Sequencial Anterior

A Matriz Curricular Sequencial abaixo consta do Projeto Pedagógico do Curso de Direito de 2010 (inaugural), que vigorou desde o início da implantação do curso até o ano de 2016, quando a Matriz Curricular foi reformulada nos termos regimentais, conforme veremos a seguir. Atualmente, ainda existem discentes vinculados a essa Matriz Curricular, devendo sua execução ser estendida até meados de 2019, quando a última turma de alunos vinculados a essa Matriz Curricular irá obter grau.

x

x

x




1.5.3- Matriz Curricular Atual

O fluxograma abaixo detalha a nova Matriz Curricular proposta e aprovada pelo Colegiado do Curso de Direito em Arcoverde, em reunião ordinária, no dia 14 de abril de 2016.

Nova Matriz Curricular do Curso de Direito

1º Período	Introdução ao Estudo do Direito	Teoria Política e do Estado	Economia	Antropologia Jurídica	Metodologia da Pesquisa	Psicologia Jurídica
2º Período	Teoria Geral do Direito Civil	Teoria Geral do Direito Penal	Filosofia Geral e Jurídica	História do Direito	Eletiva I	Direito Constitucional I
3º Período	Direito das Obrigações	Teoria Geral da Pena	Sociologia Geral e Jurídica	Libras	Teoria Geral do Processo	Direito Constitucional II
4º Período	Direito dos Contratos	Direito Penal Especial I	Hermenêutica e Argumentação Jurídica	Direito Administrativo I	Processo de Conhecimento	Direito Constitucional III
5º Período	Direito das Coisas	Direito Penal Especial II	NPJ I	Direito Individual do Trabalho	Direito Administrativo II	Recursos no Processo Civil
6º Período	Direito de Família		NPJ II	Direito Coletivo do Trabalho	Direito Processual Penal I	Execução no Processo Civil
7º Período	Direito das Sucessões	Direito Financeiro e Tributário I	NPJ III	Direito Processual do Trabalho	Direito Processual Penal II	Procedimentos Especiais do Processo Civil
8º Período	Responsabilidade Civil	Direito Financeiro e Tributário II	NPJ IV	Ética Geral e Profissional	Direito Urbanístico e Ambiental	Direitos Humanos
9º Período	Medicina Legal	Trabalho de Conclusão de Curso I	Eletiva III	Eletiva IV	Legislação Penal Extravagante	Direito Empresarial II
10º Período		Trabalho de Conclusão de Curso II				Direito Empresarial III

LEGENDA

	Componente de 30 h.a.		Componente de 75 h.a.
	Componente de 60 h.a.		Componente Prática

1.5.4- Matriz Curricular Sequencial Atual

1º SEMESTRE				
DISCIPLINA (S)	CH Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
Introdução ao Estudo do Direito	60	-	60	-
Teoria Política e do Estado	60	-	60	-
Economia	60	-	60	-
Antropologia Jurídica	60	-	60	-
Metodologia da Pesquisa	30	-	30	-
Psicologia Jurídica	30	-	30	-
TOTAL:	300	-	300	-

2º SEMESTRE				
DISCIPLINA (S)	CH Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
Filosofia Geral e Jurídica	60	-	60	-
História do Direito	30	-	30	-
Teoria Geral do Direito Civil	60	-	60	Introdução ao Estudo do Direito
Teoria Geral do Direito Penal	60	-	60	Introdução ao Estudo do Direito
Eletiva I	60	-	60	Ver rol específico
Direito Constitucional I	60	-	60	-
TOTAL:	330	-	330	-

3º SEMESTRE				
DISCIPLINA (S)	CH Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
Sociologia Geral e Jurídica	60	-	60	-
LIBRAS	30	-	30	-
Direito das Obrigações	60	-	60	-
Teoria Geral da Pena	60	15	75	-
Teoria Geral do Processo	60	-	60	-
Direito Constitucional II	60	15	75	Direito Constitucional I
TOTAL:	330	30	360	

4º SEMESTRE				
DISCIPLINA (S)	CH Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
Direito dos Contratos	60	-	60	-
Processo de Conhecimento	60	15	75	Teoria Geral do Processo
Direito Penal Especial I	60	-	60	-
Direito Administrativo I	60	15	75	-
Hermenêutica e Argumentação Jurídica	60	15	75	
Direito Constitucional III	60	15	75	Direito Constitucional II
TOTAL:	360	60	420	

5º SEMESTRE				
DISCIPLINA (S)	CH Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
Direito Administrativo II	60	15	75	Direito Administrativo I
Recursos no Processo Civil	60	15	75	Teoria Geral do Processo
Direito das Coisas	60	-	60	-
Direito Penal Especial II	60	15	75	Direito Penal Especial I
Direito Individual do Trabalho	60	15	75	-
Eletiva II	60	-	60	Ver rol específico
Núcleo de Prática Jurídica I	-	60	60	-
TOTAL:	360	120	480	

6º SEMESTRE				
DISCIPLINA (S)	CH Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
Execução no Processo Civil	60	-	60	-
Direito de Família	60	15	75	-
Direito Coletivo do Trabalho	60	-	60	Direito Individual do Trabalho
Direito Processual Penal I	60	15	75	-
Direito Internacional Público	60	-	60	-
Núcleo de Prática Jurídica II	-	60	60	-
Total:	300	90	390	

7º SEMESTRE				
DISCIPLINA (S)	CH Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
Direito das Sucessões	60	15	75	-
Direito Processual Penal II	60	15	75	Direito Processual Penal I
Direito Financeiro e Tributário I	60	15	75	-
Procedimentos Especiais do Processo Civil	60	-	60	-
Direito Empresarial I	60	-	60	-
Direito Processual do Trabalho	60	15	75	-
Núcleo de Prática Jurídica III	-	60	60	-
Total:	360	120	480	-

8º SEMESTRE				
DISCIPLINA (S)	CH Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
Direito Financeiro e Tributário II	60	15	75	Direito Financeiro e Tributário I
Ética Geral e Profissional	60	-	60	-
Direito Urbanístico e Ambiental	60	-	60	-
Responsabilidade Civil	30	-	30	-
Direito Empresarial II	60	-	60	Direito Empresarial I
Direito Humanos	60	-	60	-
Núcleo de Prática Jurídica IV	-	60	60	-
Total:	330	75	405	-

9º SEMESTRE				
DISCIPLINA (S)	CH Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
Medicina Legal	60	15	75	-
Trabalho de Conclusão de Curso I	30	30	60	-
Direito Empresarial III	60	-	60	Direito Empresarial II
Eletiva III	60	-	60	Ver rol específico
Eletiva IV	60	-	60	Ver rol específico
Legislação Penal Extravagante	60	-	60	-
Total:	330	45	375	-

10º SEMESTRE				
DISCIPLINA (S)	CH Teórica	CH Prática	CH Total	PRÉ-REQUISITO
Trabalho de Conclusão de Curso II	-	60	60	Trabalho de Conclusão de Curso I
Total:	-	60	60	

ROL DE DISCIPLINAS ELETIVAS		
Disciplina(s)	Carga-horária	Pré-requisito
Direito do Trabalho e Teoria Social Crítica	60	-
Direitos Humanos	60	-
Direito Eleitoral	60	-
Direito da Criança e do Adolescente (ECA)	60	-
Direito e Bioética	60	-
Criminologia	60	-
Redação Forense	60	-
Direito Previdenciário	60	-
Direito do Consumidor	60	-
Mediação e Arbitragem	60	-
Direito Agrário	60	-
Direito do Petróleo e Gás	60	-
Direito Internacional Privado	60	-
Direito Comunitário	60	-
Legislação Protetiva	60	-
Direito de Propriedade Intelectual	60	-
Direito Indígena	60	-
Execução Penal	60	-
Direito Processual Coletivo	60	-
Retórica da Decisão Jurídica	60	-
Processo Constitucional	60	-
Direito Cibernético	60	-
Informática Jurídica	60	-

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	
Atividades Complementares	270h
Atividades Complementares a serem cumpridas na forma do regulamento.	

CARGA HORÁRIA DO CURRÍCULO PLENO (RESUMO)	ARCOVERDE
Eixo de Formação Fundamental	540h
Eixo de Formação Profissional	2.790h
Eixo de Formação Prática (Estágio Supervisionado)	240h
Sub-total:	3.570h
Atividades Complementares	270h
Total:	3.840h

1.5.5- Atividades Curriculares

O Curso de Bacharelado em Direito da UPE – Campus Arcoverde – oportuniza o trabalho de investigação, quando inclui, entre as atividades curriculares, a pesquisa enquanto iniciação científica. Vale dizer, como parte do ensino jurídico do aluno, a pesquisa abrangerá levantamentos bibliográficos, seleção de jurisprudência, questionários estatísticos, entrevistas, preparando o futuro bacharel não só para interpretar e aplicar o direito, mas também para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas e adequadas para o meio em que vive. Nesse sentido, a iniciação científica estimula, no plano jurídico, a elaboração de trabalhos voltados para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, ao provocar a análise crítica e reflexão sobre as questões emergentes no cenário jurídico.

1.5.5.1- Trabalho de Conclusão de Curso

A monografia jurídica, exigida como requisito final de complementação do curso (trabalho de conclusão de curso) permite ao discente desenvolver conteúdos jurídicos epistemológicos e procedimentos metodológicos indispensáveis à investigação científica, tornando-se consequência da realização do trabalho de pesquisa. Somente a

pesquisa tem o condão de plasmar um novo tipo de jurista, capaz de superar a distância que separa o Direito da realidade circundante, edificando pontes sobre o futuro, através das quais transitem novos elementos para a teoria e práxis jurídicas.

1.5.5.2- Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado no Núcleo de Prática Jurídica prevê que o atendimento ao público será parte do treinamento das atividades profissionais, o que abre a possibilidade de convênios com entidades públicas, judiciárias, comunitárias e sindicais que possibilitem a participação dos alunos na prestação de serviços jurídicos, assim como a prática da mediação e a análise da solução dos conflitos por vias extrajudiciais.

O Estágio Supervisionado, nos termos do artigo 7º da Resolução CNE/CES n.º 9/2004, alterado pelo Parecer CNE/CES n.º 150/2013, acontecerá nas dependências da própria Universidade de Pernambuco, em um imóvel cedido pela Prefeitura Municipal de Arcoverde por meio de um convênio, situado na Rua Arcelino de Brito, n.º 22, Boa Vista, ou seja, está estrategicamente posicionado para atender as comunidades carentes da Boa Vista, da COHAB e de Ipojuca.

No local, serão oferecidos serviços de assistência judiciária na área do Direito Civil e do Direito Penal, sob responsabilidade, organização e implantação da Universidade de Pernambuco.

Está em tramitação um convênio com o Tribunal de Justiça de Pernambuco para que o Núcleo de Prática Jurídica da Universidade de Pernambuco em Arcoverde incorpore o Centro de Mediação e Conciliação daquela instituição, cuja implantação é exigida pelo art. 165 da Lei Federal n.º 13.105 de 2015 (Novo Código de Processo Civil), sendo os discentes, mediante supervisão, atuantes nas audiências de conciliação e mediação a partir da inauguração do novo prédio do TJPE em Arcoverde, ainda sem data definida.

O Estágio Supervisionado no Núcleo de Prática Jurídica da Universidade de Pernambuco está devidamente regulamentado pelo órgão colegiado do Curso de Direito do *Campus* de Arcoverde, bem como homologado pelo Conselho de Gestão Acadêmica e Administrativa do *Multicampi* Garanhuns, Arcoverde, Caruaru, Salgueiro e Serra Talhada da Universidade de Pernambuco, nos termos de seu Regimento Interno

e com respaldo no Art. 7º, §1º, inciso I da Resolução CNE/CES n.º 9/2004 (alterado pelo Parecer CNE/CES n.º 150/2013).

Ainda de acordo com o art. 7º, §4º da Resolução CNE/CES n.º 9/2004 (alterado pelo Parecer CNE/CES n.º 150/2013), as atividades desempenhadas pelos discentes no Núcleo de Prática Jurídica compreendem, dentre outras:

I – práticas jurídicas simuladas;

II – visitas orientadas;

III – participação em atividades de arbitragem, conciliação e mediação;

IV – participação em atividades judiciais/jurídicas reais, mediante supervisão de profissionais orientadores vinculados à IES.

1.5.5.3- Atividades de Extensão

A participação do corpo discente no Núcleo de Prática Jurídica pode ser considerada uma verdadeira atividade extensionista do saber universitário, agindo em favor da sociedade como forma de retribuição em serviço e, ao mesmo tempo, atendendo a meta determinada pela Pró-reitoria de Extensão da UPE no sentido de promover a curricularização de suas atividades de extensão no patamar de 10% (dez por cento) dos créditos totais do curso.

Ainda no campo da extensão ressalta-se que o presente Curso de Bacharelado em Direito, com a finalidade de socializar os resultados do ensino e pesquisa, prevê convênios complementares às tarefas de estágio de prática jurídica, de molde a possibilitar a participação dos alunos na prestação de serviços jurídicos e em assistência jurídica, ensejando à população de Arcoverde, carente de direitos e de justiça, os benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, gerados no ambiente acadêmico. Logo, os futuros profissionais serão treinados para distinguir o saber real do saber imaginário, abrir canais de imbricação permanente entre a Escola e a Comunidade.

1.5.5.4- Componentes Curriculares Semi-presenciais

Nos termos do art. 1º da Portaria do Ministério da Educação de n.º 4.059 de 10 de dezembro de 2004, as Instituições de Ensino Superior poderão introduzir, na

organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial, desde que não ultrapassem 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

No caso do Curso de Graduação em Direito do *Campus* de Arcoverde da Universidade de Pernambuco, planeja-se ofertar na modalidade semi-presencial, preferencialmente, as disciplinas consideradas eletivas, porém com o limite máximo de até 12% (doze por cento) da carga horária total do curso.

Essas componentes curriculares semi-presenciais serão ofertadas no sistema de gerenciamento regularmente adotado pela Universidade de Pernambuco (SIG@) e terão suas atividades viabilizadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle®, ferramenta oficial adotada pela Universidade de Pernambuco.

1.5.6- Convênios

Desde os primeiros anos de funcionamento dos Cursos de Bacharelado em Direito do *campus* de Arcoverde da UPE, procurou-se firmar importantes convênios com as Procuradorias do Município de Arcoverde e circunvizinhos, Procuradoria do Estado de Pernambuco, Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Justiça Federal, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Defensoria Pública do Estado de Pernambuco e credenciamento do NPJ perante a seccional da OAB em Pernambuco, para que os alunos, sob a orientação docente, passem a prestar estágio e contato com o mundo prático-jurídico, além do atendimento no NPJ da UPE para comunidade carente do sertão pernambucano.

1.5.7- Atividades Complementares

No dia 28 de outubro de 2015 o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE, da Universidade de Pernambuco aprovou a Resolução de n.º 105/2015, que regulamenta as atividades complementares dos Cursos de Graduação da Universidade de Pernambuco, com atenção à legislação pertinente (art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Federal n.º 9.394/96 e Lei Federal n.º 11.788/2008).

Em apertada síntese, segundo tal normativa, consideram-se como Atividades Complementares os procedimentos curriculares que se diferenciam da concepção

tradicional de componentes curriculares, pela liberdade dos(as) discentes na escolha das experiências, e que possibilitam o aprofundamento de conhecimentos no percurso da formação e a integralização do currículo do curso, através de estudos e práticas optativas, presenciais e/ou à distância, inclusive adquiridas fora da universidade (art. 2º).

Posto que tal resolução estipulou que o discente só poderá apresentar seu trabalho de conclusão de curso e/ou integralizar seus componentes curriculares após a validação da carga horária das Atividades Complementares por comissão formada por professores indicados pelo Pleno do Curso e homologada pelo CGA (art. 6º, §2º c/c art. 9º), a Comissão de Validação das Atividades Complementares do Curso de Direito do Campus de Arcoverde da Universidade de Pernambuco foi formada pelos professores indicados na 2ª Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Direito em Arcoverde, ocorrida no dia 14 de Abril de 2016.

Atendendo ao que estipulou a Resolução n.º 105/2015 do CEPE (especialmente no §1º do art. 6º), a Direção do Multicampi Garanhuns, embora faça menção à Res. n.º 19/2009 do CEPE, expressamente regovada pela Resolução mais recente, publicou, em novembro de 2015 a Regulamentação (complementar) das Atividades Complementares, sendo tal Regulamentação homologada pelo CGA dessa Unidade de Educação apenas na Reunião Ordinária ocorrida no dia 9 de março de 2016.

Segundo tal Regulamentação, as atividades complementares serão divididas em quatro eixos de formação, a saber: Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão, e compreendem as seguintes atividades, especificada com as respectivas cargas horárias por atividade e limítrofe, bem como do critério de avaliação:

Atividades de Ensino na Área

Atividade	Crítérios para Avaliação	Carga Horária por atividade	Carga Horária Limite
Disciplinas concluídas pelo acadêmico, em cursos de graduação de IES credenciadas pelo MEC (presencial ou EAD) e não previstas na matriz curricular do curso, desde que sejam afins à área e cursadas durante o vínculo com a UPE;	Apresentação de documento comprobatório da atividade e da carga horária. Apresentação do programa analítico da disciplina.	A duração da disciplina, respeitando-se a carga horária limite.	Máximo 30 horas
Cursos de capacitação profissional	Apresentação de certidão ou documento comprobatório da atividade e da carga	A duração do curso, respeitando-se a carga horária limite.	Máximo de 30 horas

	horária.		
Atividade de monitoria acadêmica	Apresentação de certidão ou documento comprobatório da atividade e da carga horária.	30 horas-aula por cada semestre letivo de monitoria	Máximo 60 horas
Cursos de informática e língua estrangeira realizados em estabelecimentos reconhecidos pela Comissão de Validação das atividades complementares ou de nível superior.	Apresentação de certidão ou documento comprobatório da atividade e da carga horária.	5 horas-aula por cada semestre de curso	Máximo 20 horas
Estágios curriculares não obrigatórios.	Apresentação de documentos de certificação do estágio.	30 horas-aula por cada semestre de estágio	Máximo 60 horas
Disciplinas concluídas em cursos de <i>lato sensu</i> em áreas afins.	Apresentação de documento comprobatório da atividade e da carga horária.	5 horas-aula por cada disciplina de <i>lato sensu</i>	Máximo 20 horas
Premiações em trabalhos desenvolvidos na área de ensino	Certificado de premiação emitido por IES	Até 2 horas-aula por prêmio	Máximo 4 horas

Atividades de Pesquisa na Área

Atividade	CrITÉRIOS para Avaliação	Carga Horária por atividade	Carga Horária Limite
Participação em atividades de iniciação científica	Declaração de docente orientados, constando carga horária da atividade.	60 horas-aula por ano de atividade de iniciação científica.	Máximo 60 horas
Trabalhos científicos publicados: livros, periódicos, anais de eventos, jornais e revistas	Apresentação do aceite de publicação. Apresentação de cópia do artigo publicado.	10 horas-aula por trabalho publicado	Máximo 60 horas
Atividade	CrITÉRIOS para Avaliação	Carga Horária por atividade	Carga Horária Limite
Participação em defesas públicas, como ouvinte, de trabalhos de mestrado ou doutorado (<i>stricto sensu</i>)	Declaração da IES da participação na defesa como ouvinte.	4 horas-aula por cada defesa	Máximo 20 horas
Participação em defesas públicas, como ouvinte, de trabalhos de nível <i>lato sensu</i> .	Declaração da IES da participação na defesa como ouvinte.	2 horas-aula por cada defesa	Máximo 10 horas
Participação em defesas públicas, como ouvinte, de monografias de graduação	Declaração da IES da participação na defesa como ouvinte.	1 horas-aula por cada defesa	Máximo 5 horas

Atividades de Extensão

Atividade	CrITÉRIOS para Avaliação	Carga Horária por atividade	Carga Horária Limite
Participação em Projetos de Extensão da instituição	Declaração de docente orientador, constando carga horária da	60 horas-aula por ano de atividade do projeto de extensão.	Máximo 60 horas

	atividade.		
Participação em congressos, seminários, semanas acadêmicas ou outros eventos na área	Apresentação de documento comprobatório da atividade e da carga horária.	15 horas-aula a cada participação	Máximo 60 horas
Participação na organização de eventos acadêmicos e científicos na área	Apresentação de documento comprobatório da atividade e da carga horária.	20 horas-aula a cada participação	Máximo 40 horas
Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, semanas acadêmicas ou outros eventos na área.	Apresentação de documento comprobatório da atividade e da carga horária.	10 horas-aula a cada participação	Máximo 40 horas
Viagens de estudo	Declaração do docente responsável que acompanhou a viagem, incluindo a carga horária.	O tempo de estudo realizado na visita	Máximo 20 horas

Atividades de Gestão e Outras Dimensões

Atividade	Crítérios para Avaliação	Carga Horária por atividade	Carga Horária Limite
Trabalho como mesário ou presidente de mesa eleitoral, quer por convocação do TER ou iniciativa voluntária.	Declaração oficial do Tribunal Regional Eleitoral (TER) que comprove e especifique a participação na atividade.	O tempo correspondente ao desempenho das funções eleitorais	Máximo 18 horas

Atividade	Crêterios para Avalia�o	Carga Horária por atividade	Carga Horária Limite
Participa�o em eventos acad�mico-reflexivos promovidos por órgãos de política estudantil do ensino superior como a UNE e DCEs;	Declara�o comprobatória da participa�o e da temática do evento.	O tempo declarado pelos promotores do evento	Máximo 10 horas
Participa�o voluntária em a�es e campanhas humanitárias promovidas por órgãos representativos da sociedade civil organizada.	Declara�o comprobatória da participa�o e do teor da a�o ou campanha.	O tempo declarado pelos promotores da a�o ou campanha.	Máximo 10 horas
Estágio em gestão: administrativo, planejamento, financeiro, biblioteca, TI's e outros setores administrativos da IES.	Declara�o comprobatória das atividades desenvolvidas com carga horária discriminada.	O tempo declarado pelo superior imediato.	Máximo 30 horas

As seguintes atividades complementares são específicas para o curso de Direito em Arcoverde e foram aprovadas na 2  Reunião Ordinária do Colegiado do Curso, ocorrida no dia 14 de abril de 2016, porém ainda encontram-se pendentes de homologa o pelo CGA do *Multicampi* Garanhuns, Arcoverde, Serra Talhada, Salgueiro e Caruaru:

Atividades de Ensino

Atividade	Crêterios para Avalia�o	Carga Horária por atividade	Carga Horária Limite
Participa�o em cursos oferecidos por órgãos de classe	Apresenta�o de Certificado, contendo Carga Horária	A dura�o do curso, sendo no máximo 30 horas-aula por curso	Máximo de 60 horas-aula
Estágio não obrigatório em Escritório de Advocacia, Sociedade de Advogados ou Institui�o Privada	Apresenta�o de: - Carteira da OAB ou contrato com entidade interveniente (CIEE ou IEL) ou Convênio com a UPE; - Relatório semestral de Atividades	30 horas-aula por semestre de estágio	Máximo de 60 horas-aula

Atividade	Crêterios para Avalia�o	Carga Horária por atividade	Carga Horária Limite
Elabora�o de Peças Processuais em Estágios não obrigatórios em Escritório de Advocacia, Sociedade de Advogados ou Institui�o Privada não aproveitados (na forma do item anterior)	- Apresenta�o da Peça Processual; - Relatório Semestral de Atividades	1 hora-aula por peça processual apresentada	Máximo de 60 horas-aula
Aprova�o em Certame Público na �rea Jurídica ou Afim	- Resultado do Certame homologado;	30 horas-aula por certame	Máximo de 60 horas-aula
Atividade Jurídica como Servidor Público em órgão do Poder Judiciário ou da Administra�o Pública	- Comprova�o do vínculo (edital de nomea�o, contracheque); - Relatório Semestral de Atividades;	30 horas-aula por semestre	Máximo de 60 horas-aula

Atividades de Extensão

Atividade	Crêterios para Avalia�o	Carga Horária por atividade	Carga Horária Limite
Participa�o em sessão de julgamento do Tribunal de Júri como ouvinte	Apresenta�o da Ata da Audiência ou Certidão de Comparecimento	O tempo de dura�o da atividade quando constar da Ata ou 6 horas-aula em caso contrário	Máximo de 60 horas-aula
Participa�o em Audiência Uma ou de Instru�o e Julgamento como ouvinte	Apresenta�o da Ata da Audiência	O tempo de dura�o da atividade quando constar da Ata ou 2 horas-aula em caso contrário	Máximo de 30 horas-aula
Participa�o em Eventos Acad�micos organizados pela Universidade de Pernambuco	Apresenta�o de Certificado de Participa�o em que conste a Carga Horária	A carga horária indicada no certificado, sendo, no máximo, 15 horas-aula por evento	Máximo de 60 horas-aula
Curso de Teatro	Declara�o ou Certificado de Participa�o emitido pela Entidade Organizadora	5 horas-aula por semestre	Máximo de 20 horas-aula
Participa�o em Conselhos de Direitos, ONGs, Movimentos Sociais e Culturais e Funda�es com pertinência temática na área de Cidadania, acesso � justiça e Direitos Humanos	Declara�o ou Certificado de Participa�o emitido pela Entidade	O tempo declarado no documento	Máximo de 30 horas-aula

Atividades de Gestão e Outras Dimensões

Atividade	Crêterios para Avalia�o	Carga Horária por atividade	Carga Horária Limite
Atua�o como Representantes de Turma e membros da Diretoria do Centro Acadêmico ou do Diretório Central de Estudantes	Apresenta�o da Ata de homologa�o do resultado da elei�o	10 horas-aula por semestre	Máximo de 40 horas-aula
Atividade	Crêterios para Avalia�o	Carga Horária por atividade	Carga Horária Limite
Atua�o como Fiscal de Certame Público	Certificado ou Declara�o de	A carga horária indicada no certificado, sendo, no	Máximo de 30 horas-aula

	Participação emitido pela Entidade Organizadora	máximo, 5 horas-aula por certame	
Participação de Conselho de Sentença como Jurado	Apresentação de Ata ou Certidão de Participação	O tempo de duração da atividade quando constar da Ata ou 6 horas-aula em caso contrário	Máximo de 20 horas-aula

1.5.8- Avaliação da Aprendizagem

Os discentes matriculados nas componentes curriculares serão submetidos a duas avaliações regulares, uma para cada unidade de aprendizagem. Exige-se a obtenção de média aritmética igual ou superior a 7,0 (sete) para aprovação por média. Caso a média aritmética das duas avaliações regulares seja inferior a 7,0 (sete), o discente será submetido a um Exame Final. Para ser aprovado, o discente deverá alcançar a média aritmética entre a média aritmética obtida nas duas avaliações regulares e a nota do Exame Final igual ou superior a 5,0 (cinco). Caso contrário, o discente será reprovado por média.

A frequência às atividades presenciais também é critério de avaliação, vez que a LDB exige percentual mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência em cursos de graduação presenciais. Caso o discente não atinja esse percentual, será reprovado por faltas.

2- Infraestrutura de apoio ao curso

2.1- Aspectos Físicos

Atualmente, o curso de Direito do *campus* de Arcoverde da Universidade de Pernambuco está em funcionamento na Escola Estadual Sen. Vitorino Freire, localizada na Rua Gumercindo Cavalcante, n.º 420, Bairro de São Cristóvão, Arcoverde - PE. A Diretoria da referida escola cedeu, para o uso da UPE, cinco salas de aula equipadas com quadro branco, mesas e cadeiras para os discentes e docente. Algumas dessas salas são equipadas com ventiladores e com cadeiras universitárias, ao invés dos conjuntos de mesas e cadeira. Além das salas de aula, a UPE também ocupa, nessa mesma escola, uma sala ampla onde funciona a secretaria da escolaridade e a administração do *campus*. Essa sala mais ampla está equipada com ar condicionado, cinco mesas de computador, cadeiras estilo secretária, um jogo de

sofá, uma TV de LCD de 42' (quarenta e duas polegadas), duas mesas de reunião, cinco computadores, duas impressoras, aparelhos telefônicos e equipamentos de conexão à internet, geladeira, filtro de água, estantes de metal e arquivos. A UPE também possui em funcionamento na mesma unidade educacional um complexo de salas onde funciona a Biblioteca, cujo detalhamento será realizado no tópico seguinte.

Está em fase final de acabamento a construção do complexo onde irá funcionar a sede do *campus* de Arcoverde da Universidade de Pernambuco. A construção consiste em dois prédios, sendo um destinado a sediar o curso de Odontologia e o outro destinado a sediar o curso de Direito. Pretende-se inaugurar esse prédio ainda esse ano de 2016, porém a data correta ainda não foi estimada, pois a conclusão da obra depende de liberação de verbas por parte do governo.

2.2- Biblioteca

A Biblioteca está organizada em um espaço físico limitado a duas salas, uma sala em Z, que contém parte do acervo, uma mesa que funciona como recepção e três gabinetes utilizados como local de estudos individuais. A segunda sala contém a escrivaninha da bibliotecária e várias estantes para organizar o acervo. Quanto ao acervo da biblioteca, o curso de Direito em Arcoverde conta com as seguintes obras:

	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	EDIÇÃO	VOLUME	ANO	LOCAL	ISBN	QUANTIDADE
1	1000 perguntas: direito tributário	GASPAR FILHO, Walter	Rio	3.ed.		1983	Rio de Janeiro		1
2	A aventura antropológica: teoria e pesquisa	DURHAM, Eunice R. et al; CARDOSO, Ruth C. L. (Org.)	Paz e Terra	4.ed.		2004	São Paulo	85-219-0155-0	9
3	A cidade de Deus	SANTO AGOSTINHO	Fundação Calouste Gulbenkian	2.ed.	V. 2	2000	Lisboa	972-31-0897-6	1
4	A condição humana	ARENDET, Hannah	Forense Universitária	11.ed. rev.		2010	Rio de Janeiro	978-85-218-0456-7	9
5	A importância do ato de ler: em três artigos que se completam	FREIRE, Paulo	Cortez	50.ed.		2009	São Paulo	978-85-249-0308-3	10
6	A interpretação judicial do direito	NOJIRI, Sergio	Revista dos Tribunais			2005	São Paulo	85-203-2652-8	8
7	A luta pelo direito	IHERING, Rudolf von	EDIPRO			2001	Bauru, SP	85-7283-329-3	9
8	A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção	SANTOS, Milton	EDUSP	4.ed.		2009	São Paulo	978-85-314-0713-0	5
9	Acesso à justiça	CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant	Sergio Antonio Fabris			1988	Porto Alegre	85-88278-29-4	2
10	Antropologia: uma introdução	MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria	Atlas	7.ed.		2011	São Paulo	978-85-224-5217-0	11
11	As palavras e as coisas	FOUCAULT, Michel	Martins Fontes	9.ed.		2007	São Paulo	978-85-336-2390-3	8
12	Código civil anotado (Contém notas à LICC)	DINIZ, Maria Helena	Saraiva	15.ed. rev. e atual.		2010	São Paulo	978-85-02-08605-0	7
13	Código penal comentado	BITENCOURT, Cezar Roberto	Saraiva	6.ed. atual.		2010	São Paulo	978-85-02-08596-1	5

14	Código penal comentado	BITENCOURT, Cezar Roberto	Saraiva	7.ed.		2012	São Paulo	978-85-02-11093-9	2
15	Código penal e sua interpretação: doutrina e jurisprudência	FRANCO, Alberto Silva; STOCO, Rui (Coord.)	Revista dos Tribunais	8.ed. rev. , atual. e ampl.		2007	São Paulo	978-85-203-3134-7	6
16	Coletânea de legislação administrativa. Constituição federal	MEDAUAR, Odete (Org.)	Revista dos Tribunais	9.ed. rev. , atual. e ampl.		2009	São Paulo	978-85-203-3393-8	1
17	Comentários à consolidação das leis do trabalho: legislação complementar e jurisprudência	CARRION, Valentin	Saraiva	37.ed.		2012	São Paulo	978-85-02-14894-9	2
18	Convite à filosofia	CHAUÍ, Marilena	Ática	14.ed.		2011	São Paulo	978-85-08-13469-4	8
19	Correlação entre acusação e sentença	BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy	Revista dos Tribunais			2000	São Paulo	85-203-1906-8	1
20	Curso de direito civil brasileiro: direito de empresa	DINIZ, Maria Helena	Saraiva	4.ed.	V. 8	2012	São Paulo	978-85-02-14385-2	2
21	Curso de direito civil brasileiro: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais	DINIZ, Maria Helena	Saraiva	27.ed.	V. 3	2011	São Paulo	978-85-02-10639-0	8
22	Curso de direito civil brasileiro: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais	DINIZ, Maria Helena	Saraiva	28.ed.	V. 3	2012	São Paulo	978-85-02-14332-6	4
23	Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações	DINIZ, Maria Helena	Saraiva	26.ed.	V. 2	2011	São Paulo	978-85-02-10638-3	10
24	Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das	DINIZ, Maria Helena	Saraiva	27.ed.	V. 2	2012	São Paulo	978-85-02-14333-3	2

	obrigações								
25	Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil	DINIZ, Maria Helena	Saraiva	28.ed.	V. 1	2011	São Paulo	978-85-02-10637-6	8
26	Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil	DINIZ, Maria Helena	Saraiva	21.ed. rev., atual. e ampl.	V. 1	2004	São Paulo	85-02-04540-7	1
27	Curso de direito civil: direito das obrigações (2ª parte)	MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus; SILVA, Regina Beatriz Tavares da	Saraiva	39.ed.	V. 5	2012	São Paulo	978-85-02-15461-2	2
28	Curso de direito civil: direito das sucessões	MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França	Saraiva	38.ed.	V. 6	2011	São Paulo	978-85-02-10529-4	2
29	Curso de direito comercial	REQUIÃO, Rubens	Saraiva	25.ed atual.	V. 1	2003	São Paulo	85-02-03821-4	1
30	Curso de direito constitucional	MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet	Saraiva / IDP	6.ed. rev. e atual.		2011	São Paulo	978-85-02-11012-0	7
31	Curso de direito constitucional	BONAVIDES, Paulo	Malheiros	26.ed. atual.		2011	São Paulo	978-85-392-0065-8	8
32	Curso de direito constitucional	TAVARES, André Ramos	Saraiva	9.ed. rev. e atual.		2011	São Paulo	978-85-02-11011-3	7
33	Curso de direito constitucional	MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet	Saraiva / IDP	7.ed. rev. e atual.		2012	São Paulo	978-85-02-15506-0	1
34	Curso de direito constitucional	BONAVIDES, Paulo	Malheiros	27.ed. atual.		2012	São Paulo	978-85-392-0112-9	2
35	Curso de direito do trabalho	DELGADO, Mauricio	LTr	5.ed.		2006	São Paulo	85-361-0780-4	1

		Godinho							
36	Curso de direito penal brasileiro: parte especial : Arts 250 a 359-H	PRADO, Luiz Regis	Revista dos Tribunais	7.ed. rev. , atual. e ampl.	V. 3	2010	São Paulo	978-85-203-3832-2	8
37	Curso de direito penal: parte especial	GRECO, Rogério	Impetus	8.ed. rev. , atual. e ampl.	V. 3	2011	Niterói, RJ	978-85-7626-464-4	2
38	Curso de direito penal: parte especial (Dos crimes contra a pessoa a dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos)	CAPEZ, Fernando	Saraiva	11.ed.	V. 2	2011	São Paulo	978-85-02-10625-3	5
39	Curso de direito penal: parte geral	BRANDÃO, Cláudio	Forense	2.ed.		2010	Rio de Janeiro	978-85-309-3203-9	7
40	Curso de direito penal: parte geral (Arts. 1º a 120)	CAPEZ, Fernando	Saraiva	15.ed.	V. 1	2011	São Paulo	978-85-02-10796-0	2
41	Curso de direito penal: parte geral (Arts. 1º a 120)	CAPEZ, Fernando	Saraiva	16.ed.	V. 1	2012	São Paulo	978-85-02-14870-3	2
42	Curso de direito processual civil: processo de execução e processo cautelar	THEODORO JÚNIOR, Humberto	Forense	38.ed.	V. 2	2005	Rio de Janeiro	85-309-2273-5	1
43	Curso de filosofia do direito	BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de	Atlas	9.ed. rev. e aum.		2011	São Paulo	978-85-224-6092-2	10
44	Curso de filosofia do direito (I-Panorama histórico II-Tópicos conceituais)	BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de	Atlas	10.ed. rev. e aum.		2012	São Paulo	978-85-224-6965-9	2
45	Curso de filosofia política: do nascimento da filosofia a Kant	MACEDO JR., Ronaldo Porto (Coord.)	Atlas			2008	São Paulo	978-85-224-5021-3	8
46	Curso de introdução à economia política	SINGER, Paul	Forense Universitária	17.ed.		2010	Rio de Janeiro	978-85-218-0257-0	8

47	Da divisão do trabalho social	DURKHEIM, Émile	Martins Fontes	4.ed.		2010	São Paulo	978-85-7827-253-1	8
48	Da fala para a escrita: atividades de retextualização	MARCUSCHI, Luiz Antônio	Cortez	10.ed.		2010	São Paulo	978-85-249-0771-5	10
49	Deformidade fetal grave e STF	FALCÃO, Pablo R. de L.	Editora Universitária da UFPE			2010	Recife	978-85-7315-714-7	3
50	Dicionário jurídico e repertório processual (A a D)	MAGALHÃES, Roberto Barcellos de	E.D.C.		V. 1	[19--]	São Paulo		1
51	Dicionário jurídico e repertório processual (E a N)	MAGALHÃES, Roberto Barcellos de	E.D.C.		V. 2	[19--]	São Paulo		1
52	Direito civil brasileiro: direito de família	GONÇALVES, Carlos Roberto	Saraiva	9.ed.	V. 6	2012	São Paulo	978-85-02-14840-6	4
53	Direito civil brasileiro: parte geral	GONÇALVES, Carlos Roberto	Saraiva	10.ed.	V. 1	2012	São Paulo	978-85-02-14831-4	8
54	Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações	GONÇALVES, Carlos Roberto	Saraiva	8.ed.	V. 2	2011	São Paulo	978-85-02-10680-2	7
55	Direito civil: contratos	LÔBO, Paulo	Saraiva			2011	São Paulo	978-85-02-10682-6	8
56	Direito civil: direito das sucessões	RODRIGUES, Silvio	Saraiva	26.ed. rev. e atual.	V. 7	2003	São Paulo	85-02-04403-6	2
57	Direito civil: direito de família	VENOSA, Sílvio de Salvo	Atlas	12.ed.	V. 6	2012	São Paulo	978-85-224-6874-4	2
58	Direito civil: parte geral	VENOSA, Sílvio de Salvo	Atlas	11.ed.	V. 1	2011	São Paulo	978-85-224-6158-5	8
59	Direito civil: parte geral	LÔBO, Paulo	Saraiva	2.ed.		2010	São Paulo	978-85-02-09619-6	8
60	Direito civil: parte geral das obrigações	RODRIGUES, Silvio	Saraiva	30.ed. atual.	V. 2	2008	São Paulo	85-02-03570-3	2
61	Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral	VENOSA, Sílvio de Salvo	Atlas	11.ed.	V. 2	2011	São Paulo	978-85-224-6217-9	8

	dos contratos								
62	Direito constitucional	MORAES, Alexandre de	Atlas	29. ed. rev. e atual.		2013	São Paulo	9788522476527	2
63	Direito constitucional	MORAES, Alexandre de	Atlas	14.ed.		2003	São Paulo	85-224-3610-X	1
64	Direito constitucional	MORAES, Alexandre de	Atlas	27.ed.		2011	São Paulo	978-85-2246-256-8	8
65	Direito constitucional brasileiro	CENEVIVA, Walter	Saraiva	3.ed.atual.		2003	São Paulo	85-02-04041-3	2
66	Direito constitucional e teoria da constituição	CANOTILHO, José Joaquim Gomes	Almedina	7.ed.		[2003]	Coimbra	978-972-40-2106-5	12
67	Direito do trabalho	MARTINS, Sergio Pinto	Atlas	12.ed. rev. , atual. e ampl.		2000	São Paulo	85-224-2660-0	1
68	Direito do trabalho	MANUS, Pedro Paulo Teixeira	Atlas	7.ed.		2002	São Paulo	85-224-3151-5	1
69	Direito e legislação	JACINTHO, Roque	Ática	2.ed.		1988	São Paulo	85-08-01071-0	1
70	Direito e razão: teoria do garantismo penal	FERRAJOLI, Luigi	Revista dos Tribunais	3.ed. rev.		2010	São Paulo	978-85-203-3651-9	8
71	Direito penal: parte especial (Crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio)	JESUS, Damásio de	Saraiva	32.ed.	V. 2	2012	São Paulo	978-85-02-14852-9	6
72	Direito penal: parte geral	Costa, Fernando José da	Atlas	3.ed.	V. 14	2012	São Paulo	978-85-224-6734-1	7
73	Direito penal: parte geral	MAXIMIANO, Vitore André Zilio	Atlas		V. 14	2010	São Paulo	978-85-224-5745-8	8
74	Direito penal: parte geral	JESUS, Damásio de	Saraiva	33. ed.	V. 1	2012	São Paulo	9788502148499	2
75	Direito penal: parte especial: dos crimes contra a propriedade imaterial a	JESUS, Damásio de	Saraiva	20. ed.	V. 3	2011	São Paulo	9788502107946	2

	dos crimes contra a paz pública.								
76	Direito penal: parte especial: crimes contra a fé pública a crimes contra a administração pública	JESUS, Damásio de	Saraiva	17. ed.	V. 4	2012	São Paulo	9788502148512	2
77	Direito penal: parte geral	JESUS, Damásio de	Saraiva	32.ed.	V. 1	2011	São Paulo	978-85-02-10387-0	7
78	Direito penal: parte geral	ROCHA, Fernando A. N. Galvão da	Impetus			2004	Niterói, RJ	85-7626-021-2	1
79	Direito, poder e opressão	AGUIAR, Roberto A. R. de	Alfa-Omega	3. ed. rev. e atual.		1990	São Paulo		2
80	Direito processual civil	ALVIM, Eduardo Arruda	Revista dos Tribunais	4. ed., rev., atual. e ampl.		2012	São Paulo	9788520344262	2
81	Direito processual civil brasileiro: processo de execução a procedimentos especiais.	GRECO FILHO, Vicente	Saraiva	21. ed. rev. e atual.	V. 3	2011	São Paulo	9788502091252	2
82	Direito processual civil brasileiro: teoria geral do processo e auxiliares da justiça	GRECO FILHO, Vicente	Saraiva	22.ed.	V. 1	2010	São Paulo	978-85-02-09122-1	9
83	Direito, sociedade e economia: leituras marxistas	ALVES, Alaôr Caffé et al.	Manole			2005	Barueri, SP	85-204-2274-8	1
84	Direitos humanos em movimento	CARVALHO, Waldênia Leão de; GRAÚNA, Graça; SANTOS, Ernani Martins dos (Orgs.)	EDUPE		V. 1	2011	Recife	978-85-7856-087-4	9
85	Do estado liberal ao estado social	BONAVIDES, Paulo	Malheiros	10.ed.		2011	São Paulo	978-85-392-0082-1	13

86	Educação e razão histórica: historicismo, positivismo e marxismo na história e historiografia da educação	GHIRALDELLI JR., Paulo	Cortez	2.ed.		1996	São Paulo	85-249-0547-7	15
87	Elementos de teoria geral do estado	DALLARI, Dalmo de Abreu	Saraiva	30.ed.		2011	São Paulo	978-85-02-10325-2	8
88	Elementos de teoria geral do estado	DALLARI, Dalmo de Abreu	Saraiva	31.ed.		2012	São Paulo	978-85-02-14958-8	2
89	Ética a Nicômaco	ARISTÓTELES	EDIPRO	3.ed.		2009	Bauru, SP	978-85-7283-665-4	10
90	Ética e retórica: para uma teoria da dogmática jurídica	ADEODATO, João Maurício	Saraiva	4.ed.		2009	São Paulo	978-85-02-07708-9	8
91	Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência (em contraposição à antologia de Nicolai Hortmann)	ADEODATO, João Maurício	Saraiva	4.ed.		2009	São Paulo	978-85-02-07762-1	8
92	Física quântica: átomos, moléculas, sólidos, núcleos e partículas	EISBERG, Robert; RESNICK, Robert	Elsevier	34.reimp.		1979	Rio de Janeiro	978-85-700-1309-5	3
93	Fundamentos de economia	VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de ; GARCIA, Manuel Enriquez	Saraiva	4.ed.		2011	São Paulo	978-85-02-13725-7	1
94	Fundamentos de história do direito	WOLKMER, Antonio Carlos (Org.)	Del Rey	6.ed. rev. e ampl.		2011	Belo Horizonte	978-85-384-0167-4	8
95	Fundamentos de metodologia científica	MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria	Atlas	7.ed.		2010	São Paulo	978-85-224-5758-8	7
96	Grécia e Roma (Vida pública e privada; Cultura, pensamento e mitologia;	FUNARI, Pedro Paulo	Contexto	4.ed.		2009	São Paulo	85-7244-160-3	14

	Amor e sexualidade)								
97	Hermenêutica e interpretação jurídica	SOARES, Ricardo Maurício Freire	Saraiva			2010	São Paulo	978-85-02-08674-6	8
98	Hermenêutica jurídica	FRANÇA, R. Limongi	Revista dos Tribunais	9.ed. rev.		2009	São Paulo	978-85-203-3490-4	1
99	Hermenêutica jurídica	FRANÇA, R. Limongi	Revista dos Tribunais	11.ed.		2012	São Paulo	978-85-203-4216-9	7
100	Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito	STRECK, Lenio Luiz	Livraria do Advogado	10.ed. rev. , atual. e ampl.		2011	Porto Alegre	978-85-7348-744-2	8
101	História concisa da literatura brasileira	BOSI, Alfredo	Cultrix	43.ed.		2006	São Paulo	978-85-316-0189-7	10
102	História das guerras	MAGNOLI, Demétrio (Org.)	Contexto	4.ed.		2009	São Paulo	978-85-7244-346-3	5
103	História das ideias políticas	CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne	Jorge Zahar	2.ed.		2009	Rio de Janeiro	978-85-7110-132-6	8
104	História do pensamento jurídico	MACEDO, Sílvio de	Freitas Bastos			1982	Rio de Janeiro		1
105	Individualização da pena	NUCCI, Guilherme de Souza	Revista dos Tribunais	4.ed. rev. , atual. e ampl.		2011	São Paulo	978-85-203-4061-5	8
106	Instituições de direito civil (Contratos: declaração unilateral de vontade, responsabilidade civil)	PEREIRA, Caio Mário da Silva	Forense	16.ed.	V. 3	2012	Rio de Janeiro	978-85-309-3964-9	7
107	Instituições de direito civil (Introdução ao direito civil: teoria geral do direito civil)	PEREIRA, Caio Mário da Silva	Forense	24.ed.	V. 1	2011	Rio de Janeiro	978-85-309-3381-4	3
108	Instituições de direito civil	PEREIRA, Caio Mário	Forense	24.ed.	V. 2	2011	Rio de Janeiro	978-85-309-	8

	(Teoria geral das obrigações)	da Silva						3382-1	
109	Instituições de direito processual civil	DINAMARCO, Cândido Rangel	Malheiros	6.ed. rev. e atual.	V. 1	2009	São Paulo	978-85-7420-939-5	9
110	Instituições de direito processual civil: estudos de direito civil	CALAMANDREI, Piero	Bookseller	2.ed.	V. 3	2003	Campinas,SP	85-7468-197-0	1
111	Interpretação constitucional	COELHO, Inocêncio Mártires	Saraiva	4.ed.		2011	São Paulo	978-85-02-09614-1	10
112	Introdução à ciência do direito	ASCENSÃO, José de Oliveira	Renovar	3.ed. rev. e atual		2005	Rio de Janeiro	85-7147-481-8	2
113	Introdução à economia	ROSSETTI, José Paschoal	Atlas	20.ed.		2012	São Paulo	978-85-224-3467-1	2
114	Introdução à filosofia do direito: uma nova metodologia	MACEDO, Sílvio de	Revista dos Tribunais	2.ed. rev.		1978	São Paulo		1
115	Introdução à metodologia da ciência	DEMO, Pedro	Atlas	2.ed.		2010	São Paulo	978-85-224-1554-0	8
116	Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação	ANDRADE, Maria Margarida de	Atlas	10.ed.		2010	São Paulo	978-85-224-5856-1	10
117	Introdução à sociologia	VILA NOVA, Sebastião	Atlas	6.ed. rev. e aum.		2012	São Paulo	978-85-224-3788-7	2
118	Introdução ao direito: o direito como princípio, o direito como norma, o direito como poder, o direito como garantia	NÓBREGA, J. Flóscolo da Nobrega	José Konfino	5.ed. rev. e ampl.		1975	Rio de Janeiro		1
119	Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação	FERRAZ JR., Tercio Sampaio	Atlas	3.ed.		2001	São Paulo	85-224-2759-3	1

120	Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação	FERRAZ JR., Tercio Sampaio	Atlas	6.ed. rev. e ampl.		2012	São Paulo	978-85-224-5168-5	2
121	Introdução ao pensamento jurídico	ENGISCH, Karl	Fundação Calouste Gulbenkian	10.ed.		2008	Lisboa	978-972-31-0192-8	8
122	Juízes legisladores?	CAPPELLETTI, Mauro	Sergio Antonio Fabris			1993	Porto Alegre	85-88278-28-6	2
123	Leitura e escrita na interação virtual	BEZERRA, Benedito Gomes (Org.)	EDUPE			2011	Recife	978-85-7856-083-6	10
124	Lições de direito processual civil	CÂMARA, Alexandre Freitas	Lumen Juris	21.ed.	V. 1	2011	Rio de Janeiro	978-85-375-0903-6	9
125	Lições de direito processual civil	CÂMARA, Alexandre Freitas	Lumen Juris	22.ed.	V. 1	2012	Rio de Janeiro	978-85-375-1163-3	7
126	Lições de história do direito	NASCIMENTO, Walter Vieira do	Forense	15.ed. rev. e aum.		2004	Rio de Janeiro	978-85-309-2058-6	8
127	Lições preliminares de direito	REALE, Miguel	Saraiva	27.ed.		2002	São Paulo	978-85-02-04126-4	7
128	Lógica: pensamento formal e argumentação (Elementos para o discurso jurídico)	ALVES, Alaôr Caffé	Quartier Latin	5.ed.		2011	São Paulo	85-88813-18-1	10
129	Manual da execução	ASSIS, Araken de	Revista dos Tribunais	15.ed. rev. e atual.		2013	São Paulo	978-85-203-4537-5	2
130	Manual de direito administrativo	CARVALHO FILHO, José dos Santos	Lumen Juris	14.ed. rev. e ampl.		2005	Rio de Janeiro	85-7387-717-0	1
131	Manual de direito administrativo	CARVALHO FILHO, José dos Santos	Atlas	25.ed. rev., ampl. e atual.		2012	São Paulo	978-85-224-6927-7	3
132	Manual de direito comercial	FAZZIO JÚNIOR, Waldo	Atlas	3.ed.		2003	São Paulo	85-224-3339-9	1
133	Manual de direito constitucional	AGRA, Walber de Moura	Revista dos Tribunais			2002	São Paulo	85-203-2323-5	10
134	Manual de direito	AGRA, Walber de	Revista dos Tribunais			2004	São Paulo	85-203-2323-5	9

	constitucional (suplemento)	Moura							
135	Manual de direito constitucional: actividade constitucional do estado	MIRANDA, Jorge	Coimbra Editores	3.ed.	V. 5	2004	Coimbra	972-32-1264-1	1
136	Manual de direito constitucional: constituição	MIRANDA, Jorge	Coimbra Editores	5.ed. rev. e atual.	V. 2	2003	Coimbra	972-32-1172-6	1
137	Manual de direito constitucional: direitos fundamentais	MIRANDA, Jorge	Coimbra Editores	3.ed. rev. e atual.	V. 4	2000	Coimbra	972-32-0935-7	1
138	Manual de direito constitucional: estrutura constitucional da democracia	MIRANDA, Jorge	Coimbra Editores		V. 7	2007	Coimbra	978-972-32-1513-7	1
139	Manual de direito constitucional: estrutura constitucional do estado	MIRANDA, Jorge	Coimbra Editores	5.ed. rev. e atual.	V. 3	2004	Coimbra	972-32-1224-2	1
140	Manual de direito constitucional: inconstitucionalidade e garantia da constituição	MIRANDA, Jorge	Coimbra Editores	3.ed. rev. e atual.	V. 6	2008	Coimbra	978-972-32-1571-7	1
141	Manual de direito constitucional: premissas do estado e os sistemas constitucionais	MIRANDA, Jorge	Coimbra Editores	7.ed. rev. e atual.	V. 1	2003	Coimbra	972-32-1151-3	1
142	Manual de direito penal: parte especial (Arts. 121 a 234-B do CP)	MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.	Atlas	29.ed. rev. e atual.	V. 2	2012	São Paulo	978-85-224-6907-9	2
143	Manual de direito penal: parte especial (Arts. 235 a 361 do CP)	MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.	Atlas	26.ed. rev. e atual.	V. 3	2012	São Paulo	978-85-224-6930-7	2
144	Manual de direito penal: parte geral (Arts. 1º a 120)	MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI,	Atlas	27.ed. rev. e atual.	V. 1	2011	São Paulo	978-85-224-6235-3	8

	do CP)	Renato N.							
145	Manual de introdução ao estudo do direito: definição e conceitos básicos, norma jurídica...	DIMOULIS, Dimitri	Revista dos Tribunais	4.ed. rev., atual. e ampl.		2011	São Paulo	978-85-203-3884-1	10
146	Manual de psicologia jurídica para operadores do direito	TRINDADE, Jorge	Livraria do Advogado	5.ed. rev. , atual. e ampl.		2011	Porto Alegre	978-85-7348-748-0	8
147	Manual de sobrevivência literária: almanaque de sobrevivência no mundo atual	CRUZ, Elcy Luiz da	EDUPE			2011	Recife	978-85-7856-082-9	10
148	Manual de sociologia jurídica: introdução a uma leitura externa do direito	SABADELL, Ana Lucia	Revista dos Tribunais	4.ed. rev., atual. e ampl.		2008	São Paulo	978-85-203-3263-4	1
149	Manual de sociologia jurídica: introdução a uma leitura externa do direito	SABADELL, Ana Lucia	Revista dos Tribunais	5.ed. rev., atual. e ampl.		2010	São Paulo	978-85-203-3733-2	7
150	Manual dos recursos	ASSIS, Araken de	Revista dos Tribunais	5.ed. rev. e atual.		2013	São Paulo	978-85-203-4536-8	2
151	Metodologia do conhecimento científico	DEMO, Pedro	Atlas			2012	São Paulo	978-85-224-2647-8	2
152	Metodologia do trabalho científico	SEVERINO, Antônio Joaquim	Cortez	23.ed. rev. e atual.		2007	São Paulo	978-85-249-1311-2	12
153	Métodos e técnicas de pesquisa social	GIL, Antônio Carlos	Atlas	6.ed.		2011	São Paulo	978-85-224-5142-5	8
154	Nas fronteiras da memória: Guimarães Rosa e Mia Couto, olhares que se cruzam	CHAGAS, Silvania Núbia	EDUPE			2011	Recife	978-85-7856-087-4	10
155	Novo curso de direito civil: contratos em espécie	GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA	Saraiva	4.ed.	V. 4 / Tomo 2	2011	São Paulo	978-85-02-10535-5	5

	(abrangendo os Códigos Cíveis de 1916 e 2002)	FILHO, Rodolfo							
156	Novo curso de direito civil: contratos: teoria geral (abrangendo os Códigos Cíveis de 1916 e 2002)	GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo	Saraiva	7.ed.	V. 4 / Tomo 1	2011	São Paulo	978-85-02-10827-1	8
157	Novo curso de direito civil: obrigações	GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo	Saraiva	13.ed. rev., atual. e ampl.	V. 2	2012	São Paulo	978-85-02-14955-7	2
158	Novo curso de direito civil: parte geral (abrangendo os Códigos Cíveis de 1916 e 2002)	GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo	Saraiva	13.ed.	V. 1	2011	São Paulo	978-85-02-10634-5	8
159	Novo dicionário jurídico brasileiro	NÁUFEL, José	Ícone	8.ed. rev., atual. e ampl.	V. 2	1989	São Paulo	85-274-0106-1	1
160	O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado	CAPPELLETTI, Mauro	Sergio Antonio Fabris	2.ed.		1992	Porto Alegre	85-75251-40-6	2
161	O direito na pós-modernidade (e reflexões frankfurtianas)	BITTAR, Eduardo C. B.	Forense Universitária	2.ed. rev. , atual. e ampl.		2009	Rio de Janeiro	978-85-218-0444-4	8
162	O espaço geográfico: ensino e representação	ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko	Contexto	16.ed.		2010	São Paulo	978-85-85134-47-1	9
163	O planejamento tributário e a lei complementar 104	ROCHA, Valdir de Oliveira (Coor.); SEIXAS FILHO, Aurélio Pitanga et al.	Dialética			2001	São Paulo	85-7500-015-2	1
164	O poder econômico e a conceituação do abuso em seu exercício	BRUNA, Sérgio Varella	Revista dos Tribunais			2001	São Paulo	85-203-1501-1	8

165	O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito	BOBBIO, Norberto	Ícone			2006	São Paulo	85-274-0328-5	11
166	O resgate da dignidade	ABRAMO, Laís Wendel	Imprensa Oficial			1999	São Paulo	978-85-268-0494-4	1
167	O valor da constituição: do controle de constitucionalidade como garantia da supralegalidade constitucional	DANTAS, Ivo	Renovar	2.ed. rev. e aum.		2001	Rio de Janeiro / São Paulo	85-7147-297-1	8
168	Planejamento e educação no Brasil	KUENZER, Acácia Zeneida; CALAZANS, Maria Julieta Costa; GARCIA, Walter	Cortez	7.ed.		2009	São Paulo	978-85-249-0261-1	20
169	Política, ciência e cultura em Max Weber	COELHO, Maria Francisca Pinheiro; BANDEIRA, Lourdes; MENEZES, Marilde Loiola de (Org.)	Ed. Univ. de Brasília/ Imp. Oficial do Estado			2000	Brasília/ São Paulo	85-230-0563-3	8
170	Por uma nova hermenêutica dos direitos reais limitados: das raízes aos fundamentos contemporâneos	ARONNE, Ricardo	Renovar			2001	Rio de Janeiro	85-7147-288-2	2
171	Processo penal	MIRABETE, Julio Fabbrini	Atlas	17.ed. rev. e atual.		2005	São Paulo	85-224-4018-2	1
172	Psicologia jurídica: temas de aplicação	CARVALHO, Maria Cristina Neiva de; MIRANDA, Vera Regina (Orgs.)	Juruá			2011	Curitiba	978-85-362-1561-7	8
173	Responsabilidade civil no direito de família	CARVALHO NETO, Inácio de	Juruá	4.ed. rev. e atual.		2011	Curitiba	978-85-362-3215-7	3
174	Sociologia geral e jurídica: introdução ao estudo do	SCURO NETO, Pedro	Saraiva	7.ed.		2010	São Paulo	978-85-02-09604-2	8

	Direito, instituições jurídicas, evolução e controle social								
175	Sociologia: sua bússola para um novo mundo	BRYM, Robert J. et al.	Cengage Learning			2010	São Paulo	978-85-221-0467-3	1
176	Temas de direito processual	GAMA, Ricardo Rodrigues	Bookseller			2002	Campinas, SP	85-7468-184-9	1
177	Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica	RIGONATTI, Sérgio Paulo (Coord.); SERAFIM, Antonio de Pádua; BARROS, Edgard Luiz (Orgs.)	Vetor			2003	São Paulo	85-7585-021-0	6
178	Teoria da norma jurídica: ensaio de pragmática da comunicação normativa	FERRAZ JR., Tercio Sampaio	Forense	4.ed.		2009	Rio de Janeiro	978-85-309-1116-4	9
179	Teoria geral do delito	BITENCOURT, Cezar Roberto; CONDE, Francisco Muñoz	Saraiva	2.ed.		2004	São Paulo	85-02-04657-8	10
180	Teoria geral do estado	BONAVIDES, Paulo	Malheiros	8.ed.		2010	São Paulo	978-85-392-0032-0	8
181	Teoria geral do estado	BONAVIDES, Paulo	Malheiros	9.ed. rev. e atual.		2012	São Paulo	978-85-392-0133-4	2
182	Teoria geral do processo	MARINONI, Luiz Guilherme	Revista dos Tribunais	5.ed. rev. e atual.	V. 1	2011	São Paulo	978-85-203-3877-3	8
183	Teoria geral do processo	ALVIM, J. E. Carreira	Forense	14.ed. rev., atual. e ampl.		2011	Rio de Janeiro	978-85-309-3467-5	7
184	Teoria geral do processo	ROCHA, José de Albuquerque	Atlas	10.ed. atual. e ampl.		2009	São Paulo	978-85-224-5441-9	8
185	Teoria geral do processo	CINTRA, Antônio Carlos de Araújo;	Malheiros	27.ed.		2011	São Paulo	978-85-392-0056-6	11

		GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel							
186	Teoria geral do processo	CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel	Malheiros	28.ed.		2012	São Paulo	978-85-392-0107-5	2
187	Teoria geral do processo	ALVIM, J. E. Carreira	Forense	15.ed. rev. e atual.		2012	Rio de Janeiro	978-85-309-4078-2	3
189	Teoria geral do processo civil	SILVA, Ovídio A. Baptista da; GOMES, Fábio Luiz	Revista dos Tribunais	6.ed. rev. e atual.		2011	São Paulo	978-85-203-3886-5	8
190	Teoria pura do direito	KELSEN, Hans	Martins Fontes	7.ed.		2006	São Paulo	85-336-2263-5	8
191	Teoria pura do direito	KELSEN, Hans	Martins Fontes	8.ed.		2009	São Paulo	978-85-7827-205-0	3
192	Tratado de direito penal: parte especial (Dos crimes contra a pessoa)	BITENCOURT, Cezar Roberto	Saraiva	11.ed.	V. 2	2011	São Paulo	978-85-02-10436-5	9
193	Tratado de direito penal: parte geral	BITENCOURT, Cezar Roberto	Saraiva	18. ed. rev., ampl. e atual.	V. 1	2012	São Paulo	9788502176874	2
194	Tratado de direito penal: parte especial: dos crimes contra a administração pública e dos crimes praticados por prefeitos	BITENCOURT, Cezar Roberto	Saraiva	6. ed. rev. e ampl.	V. 5	2011	São Paulo	9788502155671	2
195	Tratado de direito penal: parte especial (Dos crimes contra a pessoa)	BITENCOURT, Cezar Roberto	Saraiva	12.ed. rev. e ampl.	V. 2	2012	São Paulo	978-85-02-15351-6	2

196	Tratado de direito penal: parte geral	BITENCOURT, Cezar Roberto	Saraiva	16.ed.	V. 1	2011	São Paulo	978-85-02-10435-8	8
197	Tratado teórico e prático dos contratos	DINIZ, Maria Helena	Saraiva	6.ed. rev. , atual. e ampl.	V. 1	2006	São Paulo	85-02-03864-8	2
198	Tratado teórico e prático dos contratos	DINIZ, Maria Helena	Saraiva	6.ed. rev. , atual. e ampl.	V. 2	2006	São Paulo	85-02-03865-6	2
199	Tratado teórico e prático dos contratos	DINIZ, Maria Helena	Saraiva	6.ed. rev. , atual. e ampl.	V. 3	2006	São Paulo	85-02-03866-4	2
200	Tratado teórico e prático dos contratos	DINIZ, Maria Helena	Saraiva	6.ed. rev. , atual. e ampl.	V. 4	2006	São Paulo	85-02-03867-2	2
201	Tratado teórico e prático dos contratos	DINIZ, Maria Helena	Saraiva	6.ed. rev. , atual. e ampl.	V. 5	2006	São Paulo	85-02-03868-0	2
202	Vade Mecum	PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; CÉSPEDES, Livia	Saraiva	8.ed. atual. e ampl.		2009	São Paulo	978-85-02-08304-2	1
203	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	RENATO SARAIVA; ARYANNA MANFREDINI	JUSPODIUM	12. ED. REV. AMPL. E ATUAL.		2015	SALVADOR	9788544203750	4
204	CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO	PAULO DE BARROS CARVALHO	SARAIVA	26.ED./3. TIR.		2014	SÃO PAULO	9788502215085	4
205	DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO	PAULO AFFONSO LEME MACHADO	MALHEIROS EDITORES	23.ED. REV.		2015	SÃO PAULO	9788539202799	4

			AMPL. E ATUAL.						
206	CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI	REVISTA DOS TRIBUNAIS	9.ED. REV. ATUAL. E AMPL.		2015	SÃO PAULO	9788520358061	4
207	CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO	SACHA CALMON NAVARRO COÊLHO	FORENSE	14.ED. REV. E ATUAL.		2015	RIO DE JANEIRO	9788530959791	4
208	MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO	ALEXANDRE MAZZA	SARAIVA	5.ED.		2014	SÃO PAULO	9788502617919	4
209	NOVO CURSO DE PROCESSO CIVIL: tutela dos direitos mediante procedimentos diferenciados	LUIZ GUILHERME MARINONI; SÉRGIO CRUZ ARENHART; DANIEL MITIDIERO	REVISTA DOS TRIBUNAIS	2. TIR.	3	2015	SÃO PAULO	9788520359587	4
210	NOVO CURSO DE PROCESSO CIVIL: teoria do processo civil	LUIZ GUILHERME MARINONI; SÉRGIO CRUZ ARENHART; DANIEL MITIDIERO	REVISTA DOS TRIBUNAIS	2. TIR.	1	2015	SÃO PAULO	9788520359563	4
211	NOVO CURSO DE PROCESSO CIVIL: tutela dos direitos mediante procedimento comum	LUIZ GUILHERME MARINONI; SÉRGIO CRUZ ARENHART; DANIEL MITIDIERO	REVISTA DOS TRIBUNAIS	3. TIR.		2015	SÃO PAULO	9788520359570	4
212	BREVES COMENTÁRIOS AO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER; FREDIE DIDIER JR.; EDUARDO TALAMINI E BRUNO	REVISTA DOS TRIBUNAIS	2. TIR.		2015	SÃO PAULO	9788520359419	4

		DANTAS (ORG.S)							
213	PRÁTICA TRIBUTÁRIA	EDUARDO SABBAG	EDITORA MÉTODO	7.ED. REV. E ATUAL.		2015	SÃO PAULO	9788530958725	3
214	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	GUSTAVO FILIPE BARBOSA GARCIA	FORENSE	4.ED. REV. ATUAL. E AMPL.		2015	RIO DE JANEIRO	9788530960872	4
215	TRATADO DE RESPONSABILIDADE CIVIL: DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA	RUI STOCO	REVISTA DOS TRIBUNAIS	10.ED. REV. ATUAL E REFOR.		2015	SÃO PAULO	9788520356364	4
216	ARBITRAGEM E MEDIÇÃO: a reforma da legislação brasileira	CAIO CESAR VIEIRA ROCHA; LUIS FELIPE SALOMÃO (COORD.S)	ATLAS			2014	SÃO PAULO	9788522496983	3
217	CURSO DE DIREITO FINANCEIRO	REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA	REVISTA DOS TRIBUNAIS	7.ED. REV. E ATUAL. E AMPL.		2015	SÃO PAULO	9788520363386	4
218	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	JOSÉ CAIRO JÚNIOR	JUSPODIUM	8.ED. REV. AMPL. E ATUAL.		2015	SALVADOR	9788544203521	4
219	MANUAL DE DIREITO AMBIENTAL	LUÍS PAULO SIRVINSKAS	SARAIVA	13.ED.		2014	SÃO PAULO	9788502616295	4
220	RESPONSABILIDADE CIVIL	CARLOS ROBERTO GONÇALVES	SARAIVA	16.ED.		2015	SÃO PAULO	9788502624757	4
221	DIREITO FINANCEIRO E	KIYOSHI HARADA	ATLAS	24.ED.		2015	SÃO PAULO	9788522496563	4

	TRIBUTÁRIO			REV. E AMPL.					
222	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela ...	FREDIE DIDIER JR; PAULA SARNO BRAGA E RAFAEL ALEXANDRIA DE OLIVEIRA	JUSPODIUM	10.ED. REV. AMPL. E ATUAL.	2	2015	SALVADOR	9788544203514	4
223	DIREITO TRIBUTÁRIO ESQUEMATIZADO	RICARDO ALEXANDRE	MÉTODO	9.ED. REV. ATUAL. E AMPL.		2015	SÃO PAULO	9788530959883	4
224	DIREITO TRIBUTÁRIO ESQUEMATIZADO (CADERNO DE QUESTÕES)	RICARDO ALEXANDRE	MÉTODO	9.ED. REV. ATUAL. E AMPL.		2015	SÃO PAULO	9788530959883	4
225	DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL	JOSÉ AFONSO DA SILVA	MALHEIROS EDITORES	10.ED. ATUAL.		2013	SÃO PAULO	9788539201297	4
226	PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE CIVIL	SERGIO CAVALIERI FILHO	ATLAS	11.ED. REV. E AMPL.		2014	SÃO PAULO	9788522484669	4
227	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo do conhecimento	FREDIE DIDIER JR.	JUSPODIUM	17.ED.		2015	SALVADOR	9788544203538	4
228	PROGRAMA DE DIREITO DO CONSUMIDOR	SERGIO CAVALIERI FILHO	ATLAS	4.ED.		2014	SÃO PAULO	9788522490783	4

229	MANUAL DE DIREITO DO CONSUMIDOR: direito material e processual	FLÁVIO TARTUCE E DANIEL AMORIM ASSUMPÇÃO NEVES	FORENSE/MÉTODO	4.ED. REV. ATUAL. E AMPL.		2015	R.DE JANEIRO/SÃO PAULO	9788530960216	4
230	DIREITO DO AMBIENTE	ÉDIS MILARÉ	REVISTA DOS TRIBUNAIS	10.ED. REV. ATUAL. E AMPL.		2015	SÃO PAULO	9788520361153	4
231	NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO	JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA	REVISTA DOS TRIBUNAIS	3.ED.		2015	SÃO PAULO	9788520359525	4

2.3- Laboratórios

Na estrutura atual, o Curso de Direito em Arcoverde conta apenas com um laboratório de informática, instalado em sala climatizada com ar condicionado, equipada com 15 (quinze) monitores LCD de 15" e 15 (quinze) microcomputadores com acesso à internet com as seguintes especificações técnicas: Microcomputadores Hewlett-Packard modelo Compaq 6000 Pro com microprocessadores Intel Core2 Duo 3GHz, 4GB de memória RAM, HD de 500 GB e sistema operacional Windows 7 Professional.

2.4- Gabinetes de atendimento para docentes

Na estrutura física atual não existe gabinete destinado aos docentes. No complexo em construção existe a previsão no projeto de destinar salas para os professores.

2.5- Espaço de convivência discente.

Os discentes compartilham o espaço de convivência oferecido pela Escola Estadual Vitorino Freire, especialmente a área em que funciona o refeitório da Escola (a Escola funciona apenas durante o dia, ficando o turno noturno reservado para uso exclusivo da UPE), uma praça e a própria sala da secretaria da escolaridade.

3 - Corpo Docente

A tabela a seguir detalha as informações sobre o corpo docente efetivo atual:

Nome do Docente	Colegiado/Função	Área de Formação	Subárea de atuação no curso	Titulação	Reg. de Trabalho
Pablo Ricardo de Lima Falcão	Arcoverde/Coordenador	Direito	Componentes Curriculares Propedêuticas	Doutor	40h
Jaziel Lourenço da Silva Filho	Arcoverde/Vice-coordenador	Direito	Direito Civil e Empresarial	Mestre	40h
Luiz Edmundo Celso Borba	Arcoverde/Membro do NDE	Direito	Direito Administrativo, Financeiro e Tributário	Doutor	40h
Isabele Bandeira Moraes D'Angelo	Arcoverde/FCAP	Direito	Direito do Trabalho	Mestre	40h
Bruno Manoel Viana de Araújo	Arcoverde/FCAP/Membro do NDE	Direito	Direito Constitucional e TPE	Doutor	40h
Rita de Cássia S. Tabosa Freitas	Arcoverde	Direito/Filosofia	Componentes Curriculares Propedêuticas	Doutora	40h
Hugo de Barros Chianca	Arcoverde	Direito	Direito Civil, do Consumidor e Empresarial	Mestre	40h
Fernando da Silva Cardoso	Arcoverde/Subcoord. Pesquisa	Direito	Direitos Humanos, Ambiental, Urbanístico, Propriedade Intelectual, Petróleo e Gás	Mestre	40h
Denise Nachtigall Luz	Arcoverde	Direito	Direito Penal e Processual Penal	Mestre	40h
Felipe d'Oliveira Vila Nova	Arcoverde	Direito	Direito Processual Civil e Trabalhista	Mestre	40h
Homero Bezerra Ribeiro	Arcoverde/Subcoord. NPJ	Direito	Direito Penal e Processual Penal	Mestre	40h
Venceslau Tavares Costa Filho	Arcoverde	Direito	Direito Civil e Empresarial	Doutor	40h
Andresson Fernandes Araujo dos Santos	Arcoverde/Caruaru	Ciências Contábeis	Contabilidade e Economia	Mestre	40h
Maria Amália Oliveira de Arruda Câmara	Arcoverde/FCAP	Direito/Ciência Política	Componentes Curriculares Propedêuticas	Doutora	DE

4 - Ementário

4.1 - Ementas das Componentes Curriculares do 1º Período

4.1.1 - Introdução ao Estudo do Direito

Nome da Disciplina Introdução ao Estudo do Direito	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus</i> Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
--	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Apresentar o fenômeno jurídico em suas relações com outros fenômenos normativos, suas abordagens históricas jusnaturalistas e juspositivistas, suas dimensões constitutivas, normativa, valorativa e fática, suas teorias modernas, da norma, do ordenamento, das antinomias e das lacunas, suas fontes estatais, não estatais, nacionais e internacionais e os conceitos de sua teoria geral, direitos objetivo e subjetivo; relação jurídica; fato, ato e negócio jurídicos; personalidade e capacidade.

II – OBJETIVOS: Apresentar ao graduando ingressante uma visão panorâmica do fenômeno jurídico em suas três dimensões constitutivas: normativa, valorativa e fática construindo uma postura histórica, contextualizada e crítica do modelo de direito utilizado no Brasil.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. FENÔMENO JURÍDICO: relações com a justiça, a moral e a política

PONTO 2. ABORDAGENS TEÓRICAS: jusnaturalistas e juspositivistas

PONTO 3. DIMENSÕES CONSTITUTIVAS: normativa, valorativa e fática

PONTO 4. TEORIAS MODERNAS: da norma, do ordenamento, das antinomias e das lacunas

PONTO 5. FONTES NORMATIVAS: estatais, não estatais e internacionais

PONTO 6. CONCEITOS GERAIS: direitos objetivo e subjetivo; relação jurídica; fato, ato e negócio jurídicos; personalidade e capacidade

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

DIMOULIS, Dimitri. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito**. 6ª ed. rev. atual. e ampl, São Paulo, Rt, 2014.

FERRAZ, Jr. Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação**. 7ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2013.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27ª ed. ajustada ao novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2002.

Bibliografia Complementar:

ASCENÇÃO, José de Oliveira. **O direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. São Paulo: Edipro, 2001.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.1.2 - Teoria da Política e do Estado

Nome da Disciplina Teoria da Política e do Estado	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A disciplina Teoria da Política e do Estado parte da análise crítica do fenômeno político até sua estruturação no modelo estatal, por meio de um processo relacional interdependente entre Estado, Direito e Sociedade, constantemente retroalimentado nas práticas institucionais, sociais e culturais de dada sociedade no fluxo de sua historicidade.

II – OBJETIVOS: Apresentar ao graduando ingressante uma visão panorâmica do fenômeno político na sua relação triádica entre Estado, Direito e Sociedade, construindo uma postura histórica, contextualizada e crítica dos modelos de política e de direito utilizados no Brasil.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. TEORIA DA POLÍTICA E DO ESTADO: conceito e temas relevantes

PONTO 2. TEORIAS POLÍTICAS MODERNAS: liberalismo e democracia

- PONTO 3. CONCEITOS: soberania, legalidade, titularidade, limites e legitimidade do Poder Político
PONTO 4. ESPÉCIE DE ESTADO: Constitucional
PONTO 5. FORMA DE GOVERNO: Republicana
PONTO 6. SISTEMA DE GOVERNO: Presidencialista
PONTO 7. INSTITUIÇÕES POLÍTICAS ESTATAIS: Administração Pública, Congresso Nacional e Poder Judiciário
PONTO 8. ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS NÃO ESTATAIS: Partidos Políticos, Grupos de Pressão, Mídia e Opinião Pública

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Globo, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 31ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DALLARI Jr. Hélcio de Abreu. **Teoria Geral do Estado Contemporâneo**. 4ª ed. São Paulo: Rideel, 2011.

Bibliografia Complementar:

FLEINER-GERSTER, Thomas. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FARIAS NETO, Pedro Sabino de. **Ciência Política: enfoque integral avançado**. São Paulo: Atlas, 2011.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.1.3 - Economia

Nome da Disciplina Economia	Código	Crédito 4.0
---------------------------------------	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Especificidade da Economia: Origem, Conceitos Fundamentais, Problemas e Temas Relevantes. Princípios de Economia. Objeto. Direito e Economia. Noções de Microeconomia. Noções de Macroeconomia. Evolução histórica e Clássicos do Pensamento Econômico Contemporâneo. Setor Externo e Comércio Internacional. Evolução histórica da economia brasileira. Panorama contemporâneo da Economia Brasileira: estrutura, problemas e temas relevantes. Planos de desenvolvimento. Sistema financeiro e política monetária. Economia brasileira e globalização. Economia e direitos fundamentais.

II – OBJETIVOS:

Evidenciar para os discentes, noções e a relevância da aplicabilidade dos conceitos da Ciência Econômica aos diversos aspectos do Direito através do conteúdo programático da disciplina.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Especificidade da Economia: Origem, Conceitos Fundamentais, Problemas e Temas Relevantes;
PONTO 2. Princípios de Economia;
PONTO 3. Objeto. Direito e Economia;
PONTO 4. Noções de Microeconomia;
PONTO 5. Noções de Macroeconomia;
PONTO 6. Evolução histórica e Clássicos do Pensamento Econômico Contemporâneo;
PONTO 7. Setor Externo e Comércio Internacional;
PONTO 8. Evolução histórica da economia brasileira;
PONTO 9. Panorama contemporâneo da Economia Brasileira: estrutura, problemas e temas relevantes;
PONTO 10. Planos de desenvolvimento. Sistema financeiro e política monetária;
PONTO 11. Planos de desenvolvimento. Sistema financeiro e política monetária. Economia brasileira e globalização;
PONTO 12. Economia e direitos fundamentais.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

Técnica expositiva oral dialogada. Estudo dirigido. Apresentação de casos concretos. Debates durante as aulas expositivas

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

GIAMBIAGI, Fabio et alii (org). **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Campus, 2005.

MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

ZYLBERSZTAIN, Décio. **Direito e economia**. São Paulo: Campus, 2005.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Alaor Caffé. **Direito, sociedade e economia**. São Paulo: Manole, 2005.

BRUNA, Sérgio Varella. **O poder econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

KEYNES, J. M. **As consequências econômicas da paz**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

SINGER, Paul. **Curso de Introdução à Economia Política**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2003.

VI – AVALIAÇÃO: O processo de avaliação será constituído da participação nos debates realizado durante as aulas expositivas. Performance do discente nas apresentações dos seminários e finalizado com uma avaliação formal que seguirá o calendário e procedimentos da instituição. Poderão ser aplicadas verificações de aprendizagem esporádicas (testes).

4.1.4 - Antropologia Jurídica

Nome da Disciplina Antropologia Jurídica	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A disciplina Antropologia Jurídica deverá contribuir para a formação do cidadão crítico, que compreenda a necessidade de se discutir os conceitos e preconceitos pertinentes as relações culturais, a diversidade étnica, a formação religiosa e as questões econômicas que influenciam nessas relações. O aluno conhecerá as áreas das Escolas Antropológicas e de como elas contribuíram para a formação de nossa realidade multicultural, sendo capaz de compreender o pluralismo jurídico brasileiro, a partir de questões locais e influências externas, bem como compreenderá a formação dos estudos sobre o perfil do criminoso e suas repercussões no âmbito jurídico.

II – OBJETIVOS:

1. O estudante deve estar apto a conhecer o saber antropológico, ter noções sobre cultura e suas relações com o direito.
2. Compreender as categorias básicas, bem como sua aplicação, ao saber antropológico aplicado ao direito.

3. Adquirir competências a respeito da antropologia do poder, da violência, da família, dos processos, do parentesco e das normas/tabus.
4. Enfrentar o debate sobre o universalismo x particularismo das culturas e do direito.
5. Conhecer a relação entre culturas e direitos humanos.

III – CONTEÚDOS:

1. Noções gerais sobre a antropologia jurídica;
 - 1.1. A constituição dos campos de análise e pesquisa da antropologia jurídica;
 - 1.2. Nascimento da antropologia jurídica e sua relação com o colonialismo;
 - 1.3. As especificidades da antropologia jurídica;
 - 1.4. Desenvolvimento da antropologia jurídica;
 - 1.5. Principais escolas e seus representantes mais significativos;
 - 1.6. Tendências atuais da antropologia jurídica.
2. O conceito de cultura (natureza, teorias e conceitos correlatos);
 - 2.1. O conceito de cultura enquanto superação das análises raciais;
 - 2.2. Os conceitos de etnocentrismo, racismo e alteridade;
 - 2.3. A perspectiva do multiculturalismo;
 - 2.4. Multiculturalismo, fusão de horizontes e hermenêutica diatópica;
 - 2.5. O conceito de pluralismo jurídico a partir do viés antropológico;
 - 2.6. O pluralismo jurídico e sua relação com o multiculturalismo;
 - 2.7. O pluralismo jurídico como fundamento do direito das minorias e dos povos autóctones.
3. A abordagem antropológica do direito na sociedade brasileira;
 - 3.1. Principais tendências da análise antropológica do direito no Brasil;
 - 3.2. A antropologia jurídica como veículo de proteção dos direitos das minorias e dos povos autóctones – o exemplo do direito dos povos indígenas.
4. Identificar as repercussões das culturas nos processos de formação das normas jurídicas, partindo da análise do controle social para a formação de uma ciência que construa a imagem do criminoso.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

Aulas expositivas com apresentações de slides, filmes e documentários em data show.
Apresentação de seminários e interpretações teatrais.
Elaboração de papers e artigos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.** São Paulo: Cortez, 2002.

RADCLIFFE-BROWN, A. R.; FERNANDES, Florestan (coord.). **Antropologia.** São Paulo: Ática, 1995.

Bibliografia Complementar:

DaMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 20ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2006.

ROULAND, Norbert. **Nos confins do direito: antropologia jurídica da modernidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

OLIVEIRA, Luis Cardoso de. **Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

VI – AVALIAÇÃO:

Os alunos serão avaliados através de apresentação de seminários, escritas de papers e artigos e prova escrita, além da avaliação contínua feita através da participação em sala em discussões e debates.

4.1.5 - Metodologia da Pesquisa

Nome da Disciplina Metodologia da Pesquisa	Código	Crédito 2.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus</i> Arcoverde	Carga Horária 30 h/a
--	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A disciplina Metodologia da Pesquisa objetiva apresentar a importância da pesquisa jurídica como meio para uma percepção integral do fenômeno jurídico, descrevendo seus aspectos formais e aplicando-os continuamente como experiência prática do conhecimento teórico.

II – OBJETIVOS: Apresentar ao graduando ingressante uma visão panorâmica da importância da pesquisa jurídica em sua formação e em sua percepção integral do fenômeno jurídico, instruí-lo sobre os aspectos estruturais e contedutísticos da pesquisa jurídica.

III – CONTEÚDOS:

- PONTO 1. Pesquisa Jurídica: conceito, classificação e métodos
- PONTO 2. Pesquisa Jurídica: sua importância para a Ciência do Direito
- PONTO 3. Pesquisa Jurídica: espécies
- PONTO 4. Pesquisa Jurídica: metodologia
- PONTO 5. Pesquisa Jurídica: etapas
- PONTO 6. Projeto de Pesquisa Jurídica: trabalho monográfico e suas especificidades
- PONTO 7. Elaboração do Projeto de Pesquisa Jurídica: estrutura
- PONTO 8. Elaboração do Projeto de Pesquisa Jurídica: conteúdo

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e elaboração do projeto de pesquisa jurídica.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica para o curso de Direito**. São Paulo: Atlas, 2001.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **Manual da Monografia Jurídica**. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Metodologia Científica Aplicada ao Direito**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

Bibliografia Complementar:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LOPES, Jorge. **O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas**. Recife: EDUFPE, 2006.

SÁ, Elisabeth Schneider de ... /et. al./ **Manual de Normalização de Trabalhos técnicos, científicos e culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.1.6 - Psicologia Jurídica

Nome da Disciplina Psicologia Jurídica	Código	Crédito 2.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 30 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Psicologia: principais conceitos; Campos de atuação; Psicologia aplicada ao direito; Principais abordagens psicológicas: Psicanálise, behaviorismo e existencialismo; O uso dos recursos da Psicologia no âmbito do Direito; Psicologia Jurídica e Direito Civil; Psicologia Jurídica e Infância e Juventude; Psicologia Jurídica e Direito de Família; Psicologia Jurídica, Direito Penal e Lei das Execuções Penais; Dignidade humana e questões sociais e psicológicas. Preconceito, estigma e exclusão social;

II – OBJETIVOS: Conhecer a importância da psicologia na análise das relações humanas e sua aplicação no contexto sociojurídico.

III – CONTEÚDOS:

1. Psicologia: principais conceitos; Campos de atuação;
2. Psicologia aplicada ao direito;
3. Principais abordagens psicológicas: Psicanálise, behaviorismo e existencialismo;
4. O uso dos recursos da Psicologia no âmbito do Direito;
5. Psicologia Jurídica e Direito Civil;
6. Psicologia Jurídica e Infância e Juventude;
7. Psicologia Jurídica e Direito de Família;
8. Psicologia Jurídica, Direito Penal e Lei das Execuções Penais;
9. Dignidade humana e questões sociais e psicológicas.
10. Preconceito, estigma e exclusão social;

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética:** direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (Org.). **Psicologia jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau, 2008.

PAULO, Beatrice Marinho. **Psicologia na prática jurídica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
ZIMERMAN, David; COLTRO, Antonio Carlos Martins (Orgs.). **Aspectos psicológicos na prática jurídica**. Campinas: Millenium, 2002.

Bibliografia Complementar:

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

VI – AVALIAÇÃO: De caráter reflexivo e continuado, tendo a intersecção entre a frequência e a participação em sala de aula como pontos de partida, além da avaliação nas atividades propostas nas avaliações institucionais.

4.2 - Ementas das Componentes Curriculares do 2º Período

4.2.1 - Teoria Geral do Direito Civil

Nome da Disciplina Teoria Geral do Direito Civil	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus</i> Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
--	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A disciplina tem como escopo a abordagem analítica da parte geral do Direito Civil, inaugurando com o estudo da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Nesta, analisa-se os conceitos iniciais indispensáveis para o estudo do direito civil, englobando principalmente o estudo da lei. Analisa também o instituto dos bens, merecendo destaque o estudo da personalidade jurídica da pessoa natural, principalmente na questão do nascituro, além do estudo aprofundado dos direitos da personalidade, instituto inovador, criado pelo legislador civilista de 2002, bem como conceitos sobre fatos jurídicos em sentido amplo e o estudo dos negócios jurídicos, finalizando com o estudo dos institutos da prescrição e decadência, além da prova no Código Civil.

II – OBJETIVOS: Transmitir ao corpo discente a base teórica do Direito Civil. Como compreendê-lo como ciência, concretizada em um sistema lógico e dedutivo. Assim, quer-se transmitir os conhecimentos técnicos e a dimensão ética, relacionados à ciência global do direito material.

Fomentar o interesse pela pesquisa, compondo um estudo voltado a uma assimilação teoricamente consistente.

III – CONTEÚDOS:

- PONTO 1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
- PONTO 2. Aspectos históricos atinentes ao Direito Civil pátrio
- PONTO 3. Pessoa Natural: Personalidade jurídica e Capacidade Jurídica
- PONTO 4. Ausência
- PONTO 5. Direitos da Personalidade
- PONTO 6. Pessoa Jurídica
- PONTO 7. Domicílio
- PONTO 8. Bens
- PONTO 9. Teoria do Fato Jurídico
- PONTO 10. Negócio Jurídico nos planos da validade e eficácia
- PONTO 11. Prescrição e Decadência
- PONTO 12. Prova do Fato Jurídico

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**, Parte Geral, Vol. I, 13ª ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

PAMPLONA Filho, Rodolfo & STOLZE Gagliano, Pablo. **Novo Curso de Direito Civil**, Parte Geral, Vol. I, 17ª ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil**. Parte Geral, 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. **Curso de Direito Civil - Parte Geral e Lindb - Vol. 1 - 13ª ed.** São Paulo, Atlas, 2015

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Vol. 1 - Teoria Geral do Direito Civil - 32ª ed.** São Paulo, Saraiva, 2015.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais de unidade.

4.2.2 - Teoria Geral do Direito Penal

Nome da Disciplina Teoria Geral do Direito Penal	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Introdução ao Direito Penal. Relação entre Dogmática Penal, Política Criminal e Criminologia. Princípios limitadores do poder punitivo estatal. Aplicação da lei penal: lei penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Conflito aparente de normas. Teoria Jurídica do Crime. Estrutura e Manifestação do Crime: tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Concurso de pessoas.

II – OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL

Possibilitar ao discente o estudo sobre as principais categorias do Direito Penal, através de uma perspectiva crítica e contextualizada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Possibilitar ao aluno uma análise crítica dos fundamentos do direito penal tendo como base sua construção e edificação histórica pós-revoluções burguesas do séc. XVII e XVIII.

Trazer ao aluno o conhecimento dos princípios do direito penal tendo como base a Constituição Federal de 1988.

Preparar o aluno no conhecimento da parte geral do código penal, ministrando-lhe ensinamentos sobre os crimes em espécie.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Introdução ao Direito Penal. Relação entre Dogmática Penal, Política Criminal e Criminologia.

PONTO 2. Princípios limitadores do poder punitivo estatal

PONTO 3. Aplicação da lei penal no tempo

PONTO 4. Aplicação da lei penal no espaço

PONTO 5. Aplicação da lei penal em relação às pessoas

PONTO 6. Conflito aparente de normas

PONTO 7. Teoria Jurídica do Crime

PONTO 8. Estrutura e Manifestação do Crime: tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade

PONTO 9. Concurso de pessoas

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. Parte Geral (Vol. 1). 22ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BUSATO, Paulo César. **Direito Penal**. Parte Geral. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal (parte geral)**. Curitiba/Rio de Janeiro: ICPC/Lúmen Júris, 2008, 3ª edição.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. Parte Geral. 10ª Ed. São Paulo: Impetus, 2016.

PRADO, Luiz Régis. **Curso de direito penal brasileiro**. São Paulo: RT, 2005.

ZAFFARONI, Eugenio Raul; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal**. Parte Geral. 11ª Ed. São Paulo: RT, 2015.

Bibliografia Complementar:

BATISTA, Nilo. **Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BRUNO, Aníbal. **Direito penal: parte geral**. Rio de Janeiro. Forense. 2003.

CONDE, Francisco Muñoz. **Teoria geral do delito**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

TAVARES, Juarez. **Teoria do injusto penal**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002, 2ª edição.

ZAFFARONI, Raul/BATISTA, Nilo/ALAGIA/Alejandro/SLOKAR, Alejandro. **Direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

BRANDÃO, Cláudio. **Direito Penal (parte geral)**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.2.3 - Filosofia Geral e Jurídica

Nome da Disciplina Filosofia Geral e Jurídica	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus</i> Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
--	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Nesta disciplina o aluno irá desenvolver a capacidade de pensar a realidade em termos de modelos teóricos, por meio do exercício da abstração e da universalização. Ele irá conhecer as principais concepções teóricas acerca da realidade, elaboradas ao longo da história da filosofia e como isto se aplicou ao campo do Direito. Será capaz de decompor analiticamente concepções teóricas e exercitar sobre elas uma crítica, a partir do conhecimento dos grandes sistemas teóricos conhecidos. Finalmente, o aluno será capaz de avaliar a realidade à luz dos conceitos e princípios que fazem partes desses sistemas teóricos, no âmbito filosófico e jurídico, respeitando as relações étnico-raciais e a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, os direitos humanos e as políticas de educação ambiental.

II – OBJETIVOS:

1. Exercitar o pensamento abstrato em face de circunstâncias da realidade concreta.
2. Categorizar os objetos do conhecimento, distinguindo entre concretos e ideais.
3. Valorar objetos e, em particular, condutas, em face de padrões teóricos específicos.
4. Distinguir juízos de fato de juízos de valor.
5. Explicitar os conceitos fundamentais das diferentes tradições filosóficas e concepções jurídicas, discernindo entre elas por suas características fundamentais.
6. Decompor ideias complexas em suas partes constitutivas (efetuar análise)
7. Valorar concepções abstratas ou circunstâncias reais ou hipotéticas em face dos padrões éticos ou epistêmicos aceitos (efetuar crítica).

III – CONTEÚDOS:

1. Filosofia e seu objeto; filosofia e ciência.
2. Noções básicas da filosofia de interesse para o direito: verdade; necessidade e contingência; ser e dever ser.
3. O conhecimento, sua possibilidade e legitimação.
4. Pessoa humana, cultura e valores.
5. Ética e liberdade.
6. O Direito e suas diferentes concepções.
7. Relações entre Direito e moral.
8. A lei; a natureza da norma jurídica.
9. Poder e autoridade; o problema da legitimidade da coerção.
10. Direito, história e sociedade.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

Aulas expositivas com apresentações de slides, filmes e documentários em data show.
Apresentação de seminários e interpretações teatrais.

Elaboração de papers e artigos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

CHAUÍ, Marilena de S. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2010.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. São Paulo: Saraiva, 2010. BITTAR, Eduardo Carlos

Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito**. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar:

ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência: em contraposição à ontologia de Nicolai Hartmann**. São Paulo: Saraiva, 2007.

ALEXY, Robert. **Conceito e validade do direito**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

DWORKIN, Ronald. **O império do direito**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

HART, H. L. A. **O conceito de direito**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

NADER, Paulo. **Filosofia do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

VI – AVALIAÇÃO:

Avaliar é verificar a correspondências entre os objetivos traçados para a disciplina e o seu alcance. À vista disso, tem-se por imprescindível a fragmentação da avaliação, de modo a romper com modelo (tradicional) que cria um momento específico (prova) como ato avaliatório. Assim, a realização de seminários, trabalhos, bem como testes preparatórios, formarão, juntamente com a “prova” um “contexto de avaliação” visando as notas dos exercícios de cada unidade.

4.2.4 - História do Direito

Nome da Disciplina História do Direito	Código	Crédito 2.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 30 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A disciplina História do Direito objetiva descrever o fenômeno jurídico como um produto contingente historicamente que possui elementos que vão pouco a pouco se cristalizando culturalmente na experiência social de cada povo.

II – OBJETIVOS: Apresentar ao graduando ingressante uma visão panorâmica formação e transformações históricas do fenômeno jurídico construindo uma postura contextualizada e crítica do modelo de direito utilizado no Brasil.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. HISTÓRIA DO DIREITO: objeto, objetivos, metodologia e métodos
PONTO 2. GRÉCIA: a ideia do direito natural como modelo para o direito positivo
PONTO 3. ROMA: a ideia de codificação como concretização da prudência judicante
PONTO 4. MEDIEVO: a ideia do direito canônico como cristianização do direito romano
PONTO 5. RENASCENÇA: absolutismo político, reforma e contrarreforma religiosas
PONTO 6. MODERNIDADE: liberalismo, contratualismo, racionalismo e codificações
PONTO 7. CONTEMPORANEIDADE: normativismo, culturalismo e decisionismo
PONTO 8. BRASIL: colônia, império e república

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, Luiz Carlos de. **Introdução à História do Direito**. 4ª ed. revista. São Paulo: Rt, 2013.

WOLKMER, Antonio Carlos (Coord.). **Fundamentos de história do direito**. Belo Horizonte, Del Rey, 2007.

WOLKMER, Antônio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 8ª ed. revista com alterações. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Fernando. **Aspectos da História do Direito no Brasil: opressão e bacharelismo, a gênese do positivismo no Brasil**. Recife: Nossa Livraria, 2003.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga: estudos sobre o culto, direito e instituições da Grécia e de Roma**. 2ª ed. São Paulo: Rt, 2011.

VILLEY, Michel. **A formação do Pensamento Jurídico Moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.2.5 - Direito Constitucional I

Nome da Disciplina Direito Constitucional I	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA:

Direito constitucional: objeto e método. Noções de Estado: o Estado constitucional. Evolução histórica do constitucionalismo. Neoconstitucionalismo. Poder constituinte. Constituição. Classificação das Constituições. Normas constitucionais. A hermenêutica. História constitucional do Brasil. A Constituição de 1988 e os princípios constitucionais fundamentais. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais: tópicos e limitações. Ativismo e Judicialização.

II – OBJETIVOS:

Desenvolver uma análise crítica do entendimento do Direito Constitucional com foco principal na criação da Constituição, sua evolução e a teoria dos direitos fundamentais.

III – CONTEÚDOS:

1. Direito constitucional: objeto e método.
2. Noções de Estado: o Estado constitucional.
3. Evolução histórica do constitucionalismo e o Neoconstitucionalismo.
4. Poder constituinte.
5. Constituição: Classificação das Constituições.
6. Normas constitucionais.
7. A hermenêutica.
8. História constitucional do Brasil.
9. A Constituição de 1988 e os princípios constitucionais fundamentais.
10. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais: tópicos e limitações.
11. Ativismo e Judicialização.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e

apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos. Aplicação de metodologias ativas.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2004.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almedina, 2003.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires. **Curso de Direito Constitucional**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia Complementar:

AGRA, Walber de Moura. **Manual de direito constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARROSO, Luis Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado liberal ao Estado social**. São Paulo: Malheiros, 2001.

COELHO, Inocêncio Mártires. **Interpretação constitucional**. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2003.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.3 - Ementas das Componentes Curriculares do 3º Período

4.3.1 - Direito das Obrigações

Nome da Disciplina Direito das Obrigações	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável
Coordenação do Curso de Direito UPE *Campus* Arcoverde

Carga Horária
60 h/a

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A disciplina tem como escopo o estudo das relações obrigacionais oriundas da celebração de negócios jurídicos. Nesta, analisa-se o surgimento do vínculo obrigacional, as espécies de obrigação, sua extinção pelo adimplemento, bem como as consequências do inadimplemento.

II – OBJETIVOS: Transmitir ao corpo discente o entendimento acerca das consequências de um negócio jurídico, como fato gerador de um vínculo obrigacional. Compreender como surgem as obrigações civis de natureza patrimonial. Diferenciar suas diversas espécies e suas repercussões dentro do contexto social e econômico.

III – CONTEÚDOS:

- PONTO 1. Obrigações: Conceito, aspectos históricos, elementos constitutivos, fontes
- PONTO 2. Classificação das obrigações
- PONTO 3. Extinção das obrigações: Teoria do pagamento, formas especiais de pagamento
- PONTO 4. Pagamento indevido, enriquecimento sem justa causa
- PONTO 5. Cessão de crédito, assunção de dívida
- PONTO 6. Inadimplemento culposo e fortuito
- PONTO 7. Inadimplemento absoluto e relativo
- PONTO 8. Cláusula penal
- PONTO 9. Arras
- PONTO 10. Tutela e garantia de créditos
- PONTO 11. Obrigações decorrentes de declaração unilateral de vontade

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Carlos Roberto, **Direito Civil Brasileiro**, Teoria Geral das Obrigações, Vol. 2, 13ª ed. São Paulo, Saraiva, 2016.

PAMPLONA Filho, Rodolfo & STOLZE Gagliano, Pablo, **Novo Curso de Direito Civil**, Obrigações, Vol. 2, 16ª ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil**. Obrigações, 4ª ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de, **Curso de Direito Civil - Obrigações - Vol. 2 - 9ª ed.** São Paulo, Atlas, 2015.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Vol. 2 - Teoria Geral das Obrigações - 30ª ed.** São Paulo, Saraiva, 2015.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais de unidade.

4.3.2 - Teoria Geral da Pena

Nome da Disciplina Teoria Geral da Pena	Código	Crédito 5.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 75 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Teorias da Pena. Das penas privativas de liberdade. Das penas restritivas de direitos. Das penas pecuniárias. Da aplicação das penas. Do concurso de Crimes. Da Suspensão Condicional da pena. Do livramento Condicional. Efeitos da condenação e reabilitação. Das medidas de segurança. Da ação Penal. Da extinção da punibilidade.

II – OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL

Possibilitar ao discente o estudo sobre as principais categorias do Direito Penal, através de uma perspectiva crítica e contextualizada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Possibilitar ao aluno uma análise crítica dos fundamentos do direito penal tendo como base sua construção e edificação histórica pós revoluções burguesas do séc. XVII e XVIII.

Trazar ao aluno o conhecimento dos princípios do direito penal tendo como base a Constituição Federal de 1988.

Preparar o aluno no conhecimento da parte geral do código penal, ministrando-lhe ensinamentos sobre os crimes em espécie.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Teorias da Pena

PONTO 2. Das penas privativas de liberdade

PONTO 3. Das penas restritivas de direitos

- PONTO 4. Das penas pecuniárias
- PONTO 5. Da aplicação das penas
- PONTO 6. Do concurso de Crimes
- PONTO 7. Da Suspensão Condicional da pena e do livramento Condicional
- PONTO 8. Efeitos da condenação e reabilitação
- PONTO 9. Das medidas de segurança
- PONTO 10. Da Ação Penal
- PONTO 11. Da extinção da punibilidade

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. Parte Geral (Vol. 1). 22ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BUSATO, Paulo César. **Direito Penal**. Parte Geral. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Direito Penal (parte geral)**. Curitiba/Rio de Janeiro: ICPC/Lúmen Júris, 2008, 3ª edição.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. Parte Geral. 10ª Ed. São Paulo: Impetus, 2016.

PRADO, Luiz Régis. **Curso de direito penal brasileiro**. São Paulo: RT, 2005.

Bibliografia Complementar:

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Rideel, 2003.

CAMARGO, Antonio Luis Chaves. **Sistema de penas, dogmática jurídico-penal e política criminal**. São Paulo: Cultural Paulista, 2002.

CARVALHO, Salo de. **Penas e Medidas de Segurança no Direito Penal Brasileiro**. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Individualização da pena**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. **Em Busca das Penas Perdidas**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.3.3 - Sociologia Geral e Jurídica

Nome da Disciplina Sociologia Geral e Jurídica	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: O aluno descobrirá, nesta disciplina, que a matéria sociologia e direito faz com que ciência jurídica chegue ao encontro da sociologia. É a perspectiva sociológica no estudo do Direito. Afinal, o aluno terá uma concepção de "totalidade" do fenômeno jurídico nas suas perspectivas de vigência (ciência do direito), de sua eficácia (Sociologia Jurídica) e de sua legitimidade (filosofia do direito). Ele entenderá que o Direito reclama também a tríplice superação: superação da reprodução técnica do direito vigente, superação da reprodução ideológica dos valores incorporados no direito vigente e a superação da reprodução histórica de uma dada sociedade, levando em conta as relações étnico-raciais, a história e cultura dos povos, os direitos humanos e as políticas de preservação do meio ambiente.

II – OBJETIVOS:

- 1- Estabelecer a relação entre as diferenças sociais existentes no Brasil e na região agreste de Pernambuco e o desigualdade econômica e de oportunidades, bem como relacionar as normas jurídicas como mantenedoras desta relação;
- 2- Relacionar o direito brasileiro com os fenômenos de ordem global que influenciam a criação de uma normatização internacional;
- 3- Compreender a importância dos métodos sociológicos para a formação de uma ciência que estude o fenômeno jurídico, bem como refletir sobre a sua legitimidade e eficácia.
- 4- Pensar, raciocinar e posicionar-se criticamente sobre a realidade social historicamente dada.
- 5- Atuar como agentes de transformação pela utilização e aplicação do Direito, visando o engajamento no processo de construção da cidadania.
- 6- Conceber o Direito como uma totalidade, quando o ordenamento jurídico se evidencia em suas perspectivas de vigência.
- 7- Superar a reprodução técnica e a ideológica dos valores incorporados do Direito vigente.
- 8- Atingir um conhecimento mais acurado da complexidade do fenômeno jurídico e da sua manifestação enquanto estrutura normativa.
- 9- Atingir uma visão crítica do Direito de modo que possa manejar com certo vigor, as ideias e os conceitos que fundamentam a teoria Sociológica do Direito.

III – CONTEÚDOS:

1. A Sociologia Jurídica
 - 1.1 - Conceito e formação: condições sociais e possibilidades teóricas

- 1.2 - Temáticas: senso comum, senso crítico, tempo e espaço, (Des) familiarização, sujeitos de conhecimento e sujeitos sociais
- 1.3 - Sociologia das ausências e das emergências
- 1.4 - Positivismo científico e positivismo jurídico: a contribuição de Auguste Comte e Hans Kelsen

2. Direito e Controle Social
 - 2.1 - O sistema de controle social e seus mecanismos
 - 2.2 - Direito e poder

3. Gênese Social do Direito
 - 3.1 - O problema da origem do direito
 - 3.2 - Quadro comparativo do direito das sociedades ágrafas e do direito moderno

4. Direito e Mudança Social
 - 4.1 - Processo de mudança social
 - 4.2 - O direito com agente transformador
 - 4.3 - Direito, reforma, revolução e conflito social

5. O Direito e o fenômeno econômico
 - 5.1 - Teoria marxista do direito
 - 5.2 - Direito e desenvolvimento

6. Estratificação social e direito
 - 6.1 - Conceito e espécies de estratificação social
 - 6.2 - Repercussões jurídicas da estratificação sexual, etária e social
 - 6.3 - O direito na sociedade de classes

7. Direito e comunidades tradicionais

8. O Direito e outros fenômenos sociais
 - 8.1 - Religião e direito
 - 8.2 - Família e direito
 - 8.3 - Poder político e direito
 - 8.4 - Violência e direito

9. Racismo e direito

10. Direito, sociologia e gênero

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

Aulas expositivas com apresentações de slides, filmes e documentários em data show.
Apresentação de seminários e interpretações teatrais.
Elaboração de papers e artigos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

NETO, Pedro Scuro. **Sociologia Geral e Jurídica**: manual dos cursos de direito. São Paulo-SP: Saraiva, 2004.

SABADELL, Ana Lúcia. **Manual de Sociologia Jurídica**: introdução a uma leitura externa do direito. 3ª edição. São Paulo-SP: Revista dos Tribunais, 2008.

BEZERRA, Paulo Cesar Santos. **Sociologia jurídica**. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

Bibliografia Complementar:

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do Direito**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983 (Volumes I e II).

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre faticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LEVY-BRUBL, Henri. **Sociologia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza Santos. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2013.

VI – AVALIAÇÃO:

Avaliar é verificar a correspondências entre os objetivos traçados para a disciplina e o seu alcance. À vista disso, tem-se por imprescindível a fragmentação da avaliação, de modo a romper com modelo (tradicional) que cria um momento específico (prova) como ato avaliatório. Assim, a realização de seminários, trabalhos, bem como testes preparatórios, formarão, juntamente com a “prova” um “contexto de avaliação continuada”.

4.3.4 - Libras

Nome da Disciplina Libras	Código	Crédito 2.0
-------------------------------------	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 30 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA:

Apresentar os conceitos de minoria linguística; as diferentes línguas de sinais; o *status* da língua de sinais no Brasil; a cultura surda; a organização linguística da LIBRAS para usos informais e cotidianos: vocabulário; morfologia, sintaxe e semântica e a expressão corporal como elemento linguístico.

II – OBJETIVOS:

Geral:

Discutir sobre o processo histórico da educação de surdos e as metodologias utilizadas para esse fim.

Específicos:

Conhecer a Legislação vigente em termos de educação, saúde e acessibilidade para a pessoa surda. Reconhecer a importância da cultura surda na construção da identidade surda.

III – CONTEÚDOS:

1. A História do surdo;
2. Legislação específica: a Lei nº 10436 de 24 de abril de 2002, o Decreto nº 5.626 de dezembro de 2005 e a Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010;
3. Abordagens na educação de surdos: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo;
4. Comunidade Surda: cultura e identidade surda;
5. Noções básicas de Língua Brasileira de Sinais (alfabeto manual, parâmetros, o espaço de sinalização, números, boas maneiras/saudações cotidianas, adjetivo, pronomes, verbos, vocabulário em Libras);
6. Noções básicas de SignWriting.
7. Diálogo e conversação com frases simples.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

Aulas expositivas e dialogadas; Exercícios práticos individuais e/ou grupais; Produção de diálogos para exploração da conversação; Leitura de textos e estudos dirigidos; Seminários; Dramatizações; Discussões de temas a partir de filmes; Visitas as escolas que trabalham com alunos surdos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

CAPOVILLA, F. C. & RAFHAEL, V.D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira**. Vol. I e II. São Paulo: EDUSP, 2001.

FELIPE, Tanya & MONTEIRO, Myrna. **Libras em contexto: Curso Básico. Livro do professor**.

Brasília: MEC; SEESP, 2007.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

Bibliografia Complementar:

QUADROS, R. M & KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre : Artes médicas, 2004.

RAMIREZ RAMARIZ, Alejandro R.G; MASUTTI, Maria L. (Organizadores). **A Educação de Surdos em uma Perspectiva Bilíngue,** Florianópolis, SC: UFSC, 2009.

ROCHA, Solange M. R (Organizadora). **O INES e a Educação de Surdos no Brasil** vol. 1, Rio de Janeiro, RJ: INES, 2007.

SKLIAR, C. **Surdez. Um olhar sobre as diferenças.** 5ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

VELOSO, Éden; FILHO, Valdeci M. **Aprenda Libras com eficiência e rapidez.** Curitiba, Mãosinais: 2010.

VI – AVALIAÇÃO:

Serão observadas a participação dos discentes nas discussões presenciais, suas explicações, opiniões e conclusões e a fluência e clareza na exposição em LIBRAS, será avaliado os painéis confeccionado pelos grupos quanto a clareza das informações, uso de imagens e explicação em LIBRAS. O seminário final será apresentado em LIBRAS e será avaliada a aquisição do vocabulário, bem como, a estruturação frasal.

4.3.5 - Teoria Geral do Processo

Nome da Disciplina Teoria Geral do Processo	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA:

Teoria da jurisdição: conceito e evolução histórica. Jurisdição, ação e processo. Espécies de tutelas jurisdicionais. Princípios constitucionais e infraconstitucionais orientadores do Direito Processual Civil. Da norma processual no tempo e no espaço. A interpretação da norma

processual. Direito de ação e direito de defesa. Dos elementos identificadores da ação. Jurisdição e competência. Sujeitos essenciais à administração da justiça. Jurisdição e acesso à justiça.

II – OBJETIVOS:

Gerais:

Trazer aos discentes uma abordagem específica e apresentação da teoria geral do processo e todos os institutos a ela relacionados, no tocante ao trinômio Jurisdição, Ação e Processo, com vistas às alterações ocorridas no Novo Código de Processo Civil, a fim de possibilitar ao aluno uma segura atuação prática, bem como dotá-lo de um arcabouço teórico sólido e eficaz, sem se descuidar de uma reflexão crítica e construtiva dos temas abordados.

Específicos:

Aprimorar os conceitos gerais dos temas da ementa em comentário.

Trazer a lume as correntes doutrinárias e jurisprudenciais divergentes acerca dos institutos.

Despertar nos discentes a importância da disciplina para o exercício profissional.

Facilitar aos discentes a manipulação dos conceitos e aspectos técnicos da disciplina.

Realizar estudo sistemático, numa perspectiva teórica capaz de estruturar racionalmente e logicamente os conteúdos processuais abordados.

III – CONTEÚDOS:

1. Formas de Composição de Conflitos. Acesso a Justiça.
2. Normas Processuais e Normas Materiais. Aplicação da lei processual no espaço e no tempo.
3. Princípios Constitucionais do Processo.
4. Princípios Infraconstitucionais do Processo.
5. Jurisdição e Competência.
6. Ação.
 - 6.1. Teorias da Ação;
 - 6.2. Elementos da Ação;
 - 6.3. Condições da Ação.
7. Processo.
 - 7.1. Pressupostos Processuais;
 - 7.2. Partes e Procuradores;
 - 7.3. Litisconsórcio e Assistência;
 - 7.4. Intervenção de Terceiros.
8. Auxiliares de Justiça.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

A aula é preponderantemente expositiva. Entretanto, o discente deve ser estimulado à reflexão crítica dos conteúdos da disciplina, em consonância com uma perspectiva horizontal e dinâmica do processo de ensinamento e com a adoção de práticas que impliquem o reconhecimento de que os alunos também são produtores de conhecimento e sujeitos ativos na construção coletiva do saber. Para isso, se faz necessário adotar metodologias ativas, por meio das quais o discente deixa de ser mero coadjuvante no processo de ensino-aprendizagem para se tornar também ator principal neste processo.

V – BIBLIOGRAFIA:

Básica:

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros, 2012.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processo Civil**. V.1. 14 ed. São Paulo: Juspodivm, 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Complementar:

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryan. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Fabris, 2002.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de direito processual civil**. vol. 1. Ed. Malheiros.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. Ed. Malheiros.

MITIDIERO, Daniel. **Colaboração no processo civil**. Pressupostos sociais, lógicos e éticos. Ed. Revista dos Tribunais.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo na constituição federal**. Ed. Revista dos Tribunais.

VI – AVALIAÇÃO:

A avaliação consistirá na aplicação de provas com questões objetivas e/ou subjetivas. Não se pode descurar de uma avaliação contínua, onde se privilegia o aspecto meritório; para tanto, serão utilizados métodos de avaliação que possibilitem a aplicação deste tipo de averiguação de aprendizagem, tais como seminários, leitura de textos dirigidos e outras atividades julgadas pertinentes pelo docente neste processo de ensino-aprendizagem.

4.3.6 - Direito Constitucional II

Nome da Disciplina Direito Constitucional II	Código	Crédito 5.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 75 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA:

Direitos fundamentais em espécie: vida, liberdades e propriedade. Garantias constitucionais. Direitos sociais. Direito da nacionalidade. Direitos políticos. Organização do Estado: união,

estados federados, municípios e Distrito Federal. Intervenção. Administração pública. Ordem social: seguridade social, educação, cultura e desporto, ciência e tecnologia, comunicação social, meio ambiente e família. Proteção aos índios. Defesa do Estado e das instituições democráticas.

II – OBJETIVOS:

Desenvolver uma análise crítica do entendimento do Direito Constitucional com foco principal nos direitos e garantias fundamentais, da defesa dos estados e das instituições democráticas.

III – CONTEÚDOS:

1. Direitos fundamentais em espécie: vida, liberdades e propriedade.
2. Garantias constitucionais.
4. Direitos sociais.
6. Direito da nacionalidade.
7. Direitos políticos.
8. Organização do Estado: união, estados federados, municípios e Distrito Federal.
9. Intervenção. Administração pública.
10. Ordem social: seguridade social, educação, cultura e desporto, ciência e tecnologia, comunicação social, meio ambiente e família.
11. Proteção aos índios.
12. Defesa do Estado e das instituições democráticas.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos. Aplicação de metodologias ativas.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2004.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almedina, 2003.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires. **Curso de Direito Constitucional**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARROSO, Luis Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado liberal ao Estado social**. São Paulo: Malheiros, 2001.

COELHO, Inocêncio Mártires. **Interpretação constitucional**. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2003.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.4 - Ementas das Componentes Curriculares do 4º Período

4.4.1 - Direito dos Contratos

Nome da Disciplina Direito dos Contratos	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus</i> Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
--	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA:

Teoria geral dos Contratos. Fontes, princípios e conceitos fundamentais dos contratos. A formação dos contratos: proposta e aceitação. Estipulação em favor de terceiro. Promessa por fato de terceiro. Vícios redibitórios e evicção. Contratos aleatórios, preliminares e com pessoa a declarar. Revisão dos contratos: a cláusula rebus sic stantibus, a teoria da imprevisão e a onerosidade excessiva. Extinção dos contratos: distrato, cláusula resolutiva e exceção do contrato não cumprido. Da compra e venda civil e suas cláusulas especiais. Troca ou permuta. Da doação. Da locação de coisas móveis e imóveis. Empréstimo: comodato e mútuo. Prestação de serviços e empreitada. Depósito e mandato. Constituição de renda. Fiança. Transação.

II – OBJETIVOS:

Apresentar ao graduando ingressante uma visão panorâmica do fenômeno jurídico em suas três dimensões constitutivas: normativa, valorativa e fática construindo uma postura histórica, contextualizada e crítica do modelo de direito utilizado no Brasil.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Fontes, princípios e conceitos fundamentais dos contratos. A formação dos contratos: proposta e aceitação.

PONTO 2. Estipulação em favor de terceiro. Promessa por fato de terceiro.

PONTO 3. Vícios redibitórios e evicção. Contratos aleatórios, preliminares e com pessoa a declarar.

PONTO 4. Revisão dos contratos: a cláusula rebus sic stantibus, a teoria da imprevisão e a onerosidade excessiva. Extinção dos contratos: distrato, cláusula resolutiva e exceção do contrato não cumprido.

PONTO 5. Contratos em espécie. Contratos coligados. Redes contratuais. Da compra e venda civil e suas cláusulas especiais. Troca ou permuta.

PONTO 6. Da doação. Da locação de coisas móveis e imóveis.

PONTO 7. Empréstimo: comodato e mútuo. Prestação de serviços e empreitada.

PONTO 8. Depósito e mandato. Constituição de renda. Fiança. Transação.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 3.

LOBO, Paulo. **Direito civil**: contratos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MONTEIRO, Whashington de Barros. **Curso de direito civil**: direito das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2007, v. 5.

Bibliografia Complementar:

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**: contratos. São Paulo: Saraiva, 2002, v. 3.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil**: contratos e atos unilaterais. São Paulo: Saraiva, 2006, v.3.

WALD, Arnoldo. **Direito das obrigações**: teoria geral das obrigações e contratos civis e comerciais. São Paulo: Malheiros, 2001.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.4.2 - Direito Penal Especial I

Nome da Disciplina Direito Penal Especial I	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável
Coordenação do Curso de Direito UPE *Campus Arcoverde*

Carga Horária
60h/a

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Introdução ao estudo da parte especial. Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.

II – OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL

Possibilitar ao discente o estudo sobre as principais categorias do Direito Penal, através de uma perspectiva crítica e contextualizada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Possibilitar ao aluno uma análise crítica dos fundamentos do direito penal tendo como base sua construção e edificação histórica pós-revoluções burguesas do séc. XVII e XVIII.

Trazer ao aluno o conhecimento dos princípios do direito penal tendo como base a Constituição Federal de 1988.

Preparar o aluno no conhecimento da parte Especial do código penal, ministrando-lhe ensinamentos sobre os crimes em espécie.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Introdução ao estudo da parte especial do Código Penal

PONTO 2. Dos crimes contra a pessoa

PONTO 3. Dos crimes contra o patrimônio

PONTO 4. Dos crimes contra a propriedade imaterial

PONTO 5. Dos crimes contra a organização do trabalho

PONTO 6. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. Parte Especial. Vol. 2 e Vol 3. São Paulo: Saraiva, 2016.

BUSATO, Paulo César. **Direito Penal**. Parte Especial. Vol 2. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal brasileiro**. 14ª Ed. São Paulo: RT, 2015.

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal: parte especial**. Vol. 2. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

FRANCO, Alberto Silva; STOCO, Rui. (coord.). **Código Penal e sua interpretação jurisprudencial**. Parte Especial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal: parte especial**. Vol 2 e Vol 3. São Paulo: Saraiva, 2015.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.4.3 - Hermenêutica e Argumentação Jurídica

Nome da Disciplina Hermenêutica e Argumentação Jurídica	Código	Crédito 5.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 75 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A disciplina Hermenêutica e Argumentação Jurídicas busca descrever o processo que vai do texto de lei geral e abstrato posto pelo Poder Legislativo à norma jurídica particular e concreta posta pelo Poder Judiciário, apresentando o mesmo como a conexão complementar de três discursos dogmáticos: o analítico normativo, o hermenêutico interpretativo e o judicial argumentativo.

II – OBJETIVOS: Apresentar ao graduando ingressante uma visão panorâmica do fenômeno jurídico em suas dimensões normativa, interpretativa e argumentativa construindo uma postura histórica, contextualizada e crítica do modelo de direito utilizado no Brasil.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICAS: metodologia e métodos

PONTO 2. HERMENÊUTICA JURÍDICA MODERNA: o direito estatal enquanto sistema normativo

PONTO 3. HERMENÊUTICA JURÍDICA CONTEMPORÂNEA: o direito estatal enquanto discursos dogmáticos

PONTO 4. ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA: interpretação moderna e significação contemporânea

PONTO 5. ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA: técnicas e tipos argumentativos

PONTO 6. ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA: dialética, tópica e retórica

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

COSTA, Dilvanir José da. **Curso de hermenêutica jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MARMOR, Andrei. **Direito e interpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Alaor Caffé. **Lógica: pensamento formal e argumentação**. São Paulo: Quartier Latin, 2002.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Hermenêutica e interpretação constitucional**. São Paulo: Celso Bastos, 2002.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.4.4 - Direito Administrativo I

Nome da Disciplina DIREITO ADMINISTRATIVO I	Código	Crédito 5.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 75 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Estabelecer as bases para a Administração Pública, através do estudo dos princípios que regem as ações dos servidores públicos, quer de forma direta ou indireta, assim como os parâmetros para a prestação dos serviços públicos.

II – OBJETIVOS: Apresentar ao graduando ingressante uma visão panorâmica do fenômeno da Administração Pública, em sua vertente constitucional, tal qual se constrói a personalidade

jurídica da administração e os princípios a ela atinentes; assim como a conceituação dos serviços públicos e dos atos necessários a sua implementação.

III – CONTEÚDOS:

1. ORIGEM, OBJETO E CONCEITO DE DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1.1. Formação do Direito Administrativo;
- 1.2. Raízes históricas do Direito Administrativo;
- 1.3. O Direito Administrativo Brasileiro; e
- 1.4. Conceito de Direito Administrativo.

2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 2.1. O vocábulo administração e a expressão administração pública;
- 2.2. Administração Pública e Governo;
- 2.3. Administração pública e seus sentidos: lato e estrito; e
- 2.4. A administração pública dos pontos de vista: objetivo e subjetivo.

3. REGIMES JURÍDICOS ADMINISTRATIVOS

- 3.1. Regime público
- 3.2. Regime Privado; e
- 3.3. Regime misto.

4. PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

- 4.1. Princípios Constitucionais Gerais;
- 4.2. Princípios Constitucionais contidos no Artigo 37 da CF de 1988; e
- 4.3. Princípios Administrativos Derivados.

5. SERVIÇOS PÚBLICOS

- 5.1. Conceito;
- 5.2. Elementos de definição;
- 5.3. Poder de Polícia; e
- 5.4. Limitações ao exercício do Poder de Polícia.

6. FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 6.1. Administração pública direta;
- 6.2. Administração pública indireta;
- 6.3. Agências reguladoras;
- 6.4. Restrições ao exercício estatal direto e indireto; e
- 6.5. Controle da Administração pública.

7. ATOS ADMINISTRATIVOS

- 7.1. Conceito geral de ato;
- 7.2. Conceito de Ato Administrativo;
- 7.3. Fato Administrativo;
- 7.4. Atos de Administração;
- 7.5. O “silêncio” da administração pública e seus efeitos;
- 7.6. Existência, validade e eficácia;
- 7.7. Mérito Administrativo;
- 7.8. Requisitos;
- 7.9. Vícios;
- 7.10. Classificações;
- 7.11. Espécies; e

7.12. Extinção.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Básica:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2013.

Complementar:

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2007.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho de Rezende. **Princípios do Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.4.5 - Processo de Conhecimento

Nome da Disciplina Processo de Conhecimento	Código	Crédito 5.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 75 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA:

Disposições gerais do Código de Processo Civil: as partes e os procuradores; atos processuais. Formação, suspensão e extinção do processo. Tutela de conhecimento: teoria geral; Procedimento comum: petição inicial; resposta do réu; revelia; providências preliminares; julgamento conforme o estado do processo; provas, audiências. Sentença e coisa julgada.

II – OBJETIVOS:

Gerais:

O propósito fundamental da disciplina Processo de Conhecimento (Direito Processual Civil I) é propiciar ao aluno do curso de Direito o conhecimento acerca da dinâmica procedimental do processo de conhecimento, levando-se em consideração o exame de todos os seus passos, desde a formação objetiva até a sua extinção no primeiro grau. Ademais, pretende-se contextualizar o processo de conhecimento em face dos princípios constitucionais que lhe servem de esteio legitimador, bem como demonstrar os principais obstáculos à efetivação do acesso à justiça e das perspectivas de sua superação, com o fito de suscitar no aluno uma visão crítica a respeito do processo civil.

Específicos:

Aprimorar os conceitos gerais dos temas da ementa em comentário.
Trazer a lume as correntes doutrinárias e jurisprudenciais divergentes acerca dos institutos.
Despertar nos discentes a importância da disciplina para o exercício profissional.
Facilitar aos discentes a manipulação dos conceitos e aspectos técnicos da disciplina.
Realizar estudo sistemático, numa perspectiva teórica capaz de estruturar racionalmente e logicamente os conteúdos processuais abordados.

III – CONTEÚDOS:

1. Do Procedimento Comum:
 - 1.1. Petição Inicial: Requisitos, Pedido, Indeferimento e Aditamento; Da improcedência liminar; Da audiência de conciliação e mediação.
2. Atos Processuais.
 - 2.1. Da Forma, Tempo e Lugar.
 - 2.2. Atos de Comunicação.
 - 2.3. Prazos.
 - 2.4. Atos de distribuição e Registro.
 - 2.5. Teoria das nulidades.
3. Das Respostas do Réu.
4. Do Julgamento conforme o estado do processo.
5. Das Provas.
 - 5.1. Teoria geral das provas.
 - 5.2. Das provas em espécie.
 - 5.3. Das provas em espécie.
6. Audiência de Instrução e julgamento e Sentença.

7. Coisa Julgada.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

A aula é preponderantemente expositiva. Entretanto, o discente deve ser estimulado à reflexão crítica dos conteúdos da disciplina, em consonância com uma perspectiva horizontal e dinâmica do processo de ensinamento e com a adoção de práticas que impliquem o reconhecimento de que os alunos também são produtores de conhecimento e sujeitos ativos na construção coletiva do saber. Para isso, se faz necessário adotar metodologias ativas, por meio das quais o discente deixa de ser mero coadjuvante no processo de ensino-aprendizagem para se tornar também ator principal neste processo.

V – BIBLIOGRAFIA:

Básica:

DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 01, 17 ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 02, 10 ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Curso de Processo Civil**. Vol. 2, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

Complementar:

THEODORO JÚNIOR, Humberto; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre Melo Franco; PEDRON, Flávio Quinaud. **Novo CPC**. Fundamentos e Sistematização. 2 ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense. 2015.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR, Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno (coordenadores). **Breves comentários ao novo código de processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2015.

NERY JÚNIOR, Nelson; NARY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil Comentado**. 15.^a ed. São Paulo: RT, 2015.

EVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 8.^a ed. Salvador: JusPodivm, 2016.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015.

VI – AVALIAÇÃO:

A avaliação consistirá na aplicação de provas com questões objetivas e/ou subjetivas. Não se pode descurar de uma avaliação contínua, onde se privilegia o aspecto meritório; para tanto, serão utilizados métodos de avaliação que possibilitem a aplicação deste tipo de averiguação de

aprendizagem, tais como seminários, leitura de textos dirigidos e outras atividades julgadas pertinentes pelo docente neste processo de ensino-aprendizagem.

4.4.6 - Direito Constitucional III

Nome da Disciplina Direito Constitucional III	Código	Crédito 5.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus</i> Arcoverde	Carga Horária 75 h/a
--	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA:

Organização dos poderes. Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Controle de Constitucionalidade. Funções essenciais à justiça. Tributação e finanças públicas. Ordem econômica e financeira.

II – OBJETIVOS:

Estudar e desenvolver uma análise crítica da organização dos poderes no Estado Brasileiro e o controle de constitucionalidade.

III – CONTEÚDOS:

1. Organização dos poderes.
2. Poder Legislativo.
3. Poder Executivo
4. Poder Judiciário.
5. Controle de Constitucionalidade.
6. Funções essenciais à justiça.
7. Tributação e finanças públicas.
9. Ordem econômica e financeira.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos. Aplicação de metodologia ativas.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **Curso de Direito Constitucional**. Saraiva, 2009.

CAPPELLETTI, Mauro. **O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado**. Porto Alegre: Fabris, 1999.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Celso Bastos, 2002.

CENEVIVA, Walter. **Direito constitucional brasileiro**. São Paulo. Saraiva, 2003.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.5 - Ementas das Componentes Curriculares do 5º Período

4.5.1. - Direito das Coisas

Nome da Disciplina Direito das Coisas	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus</i> Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
--	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Da posse: princípios, conceitos fundamentais e sua classificação. Aquisição da posse e seus efeitos. Da perda da posse. Dos direitos reais: princípios, fontes, conceitos fundamentais e classificação. Da propriedade e sua função social. Da descoberta. A aquisição da propriedade imóvel: usucapião, aquisição pelo registro do título, aquisição por acessão. A aquisição da propriedade móvel. Da perda da propriedade. Dos direitos de vizinhança. Condomínio: voluntário, necessário e edilício. A propriedade resolúvel e fiduciária. Dos direitos reais sobre coisas alheias: caracteres e classificação. Da superfície. Da servidão. Do usufruto, uso e direito real de habitação. O direito do promitente comprador. Dos direitos reais de garantia: penhor, hipoteca e anticrese.

II – OBJETIVOS: Apresentar ao graduando ingressante uma visão panorâmica do fenômeno jurídico em suas três dimensões constitutivas: normativa, valorativa e fática construindo uma postura histórica, contextualizada e crítica do modelo de direito utilizado no Brasil.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Da posse: princípios, conceitos fundamentais e sua classificação.

PONTO 2. Aquisição da posse e seus efeitos. Da perda da posse.

PONTO 3. Dos direitos reais: princípios, fontes, conceitos fundamentais e classificação. Da propriedade e sua função social.

PONTO 4. Da descoberta. A aquisição da propriedade imóvel: usucapião, aquisição pelo registro do título, aquisição por acessão.

PONTO 5. A aquisição da propriedade móvel. Da perda da propriedade.

PONTO 6. Dos direitos de vizinhança. Condomínio: voluntário, necessário e edifício.

PONTO 7. A propriedade resolúvel e fiduciária. Dos direitos reais sobre coisas alheias: caracteres e classificação.

PONTO 8. Da superfície. Da servidão. Do usufruto, uso e direito real de habitação. O direito do promitente comprador. Dos direitos reais de garantia: penhor, hipoteca e anticrese.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2006, v. 5.

LOBO, Paulo. **Direito civil**: coisas. São Paulo: Saraiva, 2015.

MONTEIRO, Whashington de Barros. **Curso de direito civil**: direito das coisas. 44 ed. São Paulo: Saraiva, 2015, v. 3.

Bibliografia Complementar:

ARONNE, Ricardo. **Por uma hermenêutica dos direitos reais limitados**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: direito das coisas. São Paulo: Saraiva, 2002, v. 4.

JHERING, Rudolf Von. **Teoria simplificada da posse**. Bauru: Edipro, 2002.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.5.2. - Direito Penal Especial II

Nome da Disciplina Direito Penal Especial II	Código	Crédito 5.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 75 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Dos Crimes contra a Dignidade Sexual. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública.

II – OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL

Possibilitar ao discente o estudo sobre as principais categorias do Direito Penal, através de uma perspectiva crítica e contextualizada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Possibilitar ao aluno uma análise crítica dos fundamentos do direito penal tendo como base sua construção e edificação histórica pós revoluções burguesas do séc. XVII e XVIII.

Trazar ao aluno o conhecimento dos princípios do direito penal tendo como base a Constituição Federal de 1988.

Preparar o aluno no conhecimento da parte Especial do código penal, ministrando-lhe ensinamentos sobre os crimes em espécie.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Dos crimes contra a Dignidade Sexual

PONTO 2. Dos crimes contra a Família

PONTO 3. Dos crimes contra a Incolumidade Pública

PONTO 4. Dos crimes contra a Paz Pública

PONTO 5. Dos crimes contra a Fé Pública

PONTO 6. Dos crimes contra a Administração Pública

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. Parte Especial. Vol. 4 e Vol 5. São Paulo: Saraiva, 2016.

BUSATO, Paulo César. **Direito Penal**. Parte Especial. Vol 3. São Paulo: Atlas, 2016.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal brasileiro**. 14ª Ed. São Paulo: RT, 2015.

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal: parte especial**. Vol. 3. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

FRANCO, Alberto Silva (coord). **Código Penal e sua interpretação jurisprudencial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, v. 2.

DELMANTO, Celso et al. **Código Penal comentado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

JESUS, Damásio E. de. **Código Penal anotado**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal: parte especial**. Vol 3 e 4. São Paulo: Saraiva, 2015.

PAZZAGLINI FILHO, Marino. **Lei de improbidade administrativa comentada**. São Paulo: Atlas, 2007.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.5.3. - Direito Individual do Trabalho

Nome da Disciplina Direito Individual do Trabalho	Código	Crédito 5.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 75 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Direito Individual do Trabalho: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Empregado e empregador. Contrato de trabalho. Estabilidade. Serviço. Salário e remuneração. Duração do trabalho. Normas de proteção ao trabalhador.

II – OBJETIVOS:

1. Desenvolver, no plano jurídico-científico, o estudo do Direito do Trabalho, no sentido da construção de sólida base teórica da disciplina;
2. Estimular e capacitar os alunos à reflexão sobre os aspectos mais relevantes dos seus principais institutos;
3. Suscitar o desenvolvimento da avaliação crítica dos alunos.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Formação Histórica do Direito do Trabalho. Fundamentos do Direito do Trabalho - Fontes

PONTO 2. Fundamentos do Direito do Trabalho - Princípios

PONTO 3. Fundamentos e Formação Histórica do Direito do Trabalho

PONTO 4. Relação de Trabalho e Relação de Emprego

PONTO 5. Relação de Trabalho e Relação de Emprego – Espécies de Trabalhadores

PONTO 6. Sujeitos da Relação de Emprego: Empregado e Empregador

PONTO 7. Relação de Trabalho e Relação de Emprego, Revisão para o primeiro exercício

PONTO 8. Contrato Individual de Trabalho, Espécies de Contratos de Emprego, Contratos Triangulares e Terceirização

PONTO 9. Duração do Trabalho

PONTO 10. Normas de Proteção ao Trabalhador, Remuneração e Salário

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, Alice Monteiro. **Curso de Direito Trabalho**. São Paulo: LTR, 2015.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Método, 2016.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2016.

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson; PINTO, José Augusto Rodrigues. **Curso de Direito do Trabalho**. Rio: Forense, 2013.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2016.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2013.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Curso de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2016.

SUSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas; TEIXEIRA, Lima. **Instituições de Direito do Trabalho**, vol. I. São Paulo: LTR: 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **Direito do Trabalho e Pós-Modernidade**. Fundamentos para uma teoria geral. São Paulo: LTR, 2005.

ARAÚJO, Eneida Melo Correia de. **As Relações de Trabalho**. Uma Perspectiva Democrática. São Paulo: LTR, 2003.

BAGOLINI, Luigi. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 1997.

BARBAGELATA, Héctor-Hugo. **O Particularismo do Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1996.

DÄUBLER, Wolfgang. **Derecho del Trabajo**. Madrid: Ministério de Trabajo: 1994.

FERNANDES, Antônio Monteiro. **Direito do Trabalho**. Coimbra: Livraria Almedina, 1998.

GENRO, Tarso Fernando. **Direito Individual do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1985.

JAVELLIER, J.C. **Manual de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1988.

MANNRICH, Nelson. **A Modernização do Contrato de Trabalho**. São Paulo: LTR1998.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Teoria Jurídica do Salário**. São Paulo: LTR, 1997.

NETO, José Affonso Dallegrave. **Contrato Individual de Trabalho**. Uma Visão Estrutural.

ROBORTELA, Luiz Carlos de Amorim. **O Moderno Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1994.

OLEA, Manuel; BAAMONDE. **Derecho del Trabajo**. Madrid: Editorial Civitas, 1997.

RODRIGUEZ, Américo Plá. **Princípios de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1978.

RUPRECHT, Alfredo J. **Os Princípios de Direito do Trabalho**. São Paulo. LTR: 1995.

SILVA, Luiz de Pinho Pedreira. **Principiologia de Direito do Trabalho**. Salvador: Gráfica Contraste, 1996.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.5.4. - Direito Administrativo II

Nome da Disciplina DIREITO ADMINISTRATIVO II	Código	Crédito 5.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 75 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Estabelecer a capacidade de intervenção proativa em processos administrativos específicos, seja com o membro da Administração Pública, ou seja como representante de grupos privados, dentro de um processo de análise crítica sobre o papel dos agentes públicos e dos serviços públicos que são prestados por eles. Há de se estabelecer os direitos e garantias dos servidores públicos, tal qual a forma com a qual a administração pública poderá obter recursos e serviços, através da licitação que prepara o terreno para a elaboração dos contratos da administração. Além do mais se faz mister a compreensão de como os particulares receberão essa intervenção e os limites aos quais poderão reclamar a atenção, dentro da administração, ou fora dela, especialmente através do Poder Judiciário.

II – OBJETIVOS: Apresentar ao graduando ingressante uma visão panorâmica do fenômeno da Administração Pública, de forma mais especializada, com o entendimento de como ocorrem as relações entre Estado (Administração) e Sociedade e como são regidos os servidores públicos, tal qual as possibilidades de defesa do cidadão perante o exercício dos poderes da administração.

III – CONTEÚDOS:

01. AGENTES PÚBLICOS
02. SERVIDORES PÚBLICOS
03. LICITAÇÕES
04. CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO
05. INTERVENÇÕES DO ESTADO NA PROPRIEDADE
06. BENS PÚBLICOS
07. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO
08. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
09. PROCESSO ADMINISTRATIVO

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Básica:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2012.

Complementar:

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2007.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho de Rezende. **Princípios do Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.5.5. - Recursos no Processo Civil

Nome da Disciplina Recursos no Processo Civil	Código	Crédito 5.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 75 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA:

Teoria geral dos recursos. Pressupostos, efeitos, juízo de admissibilidade. Recurso adesivo. Remessa oficial. Recursos em espécie: apelação; agravo de instrumento; agravo interno; embargos de declaração, recurso especial, recurso extraordinário, recurso ordinário, agravo em recurso extraordinário e especial, embargos de divergência. O processo nos tribunais: uniformização de jurisprudência; declaração de inconstitucionalidade; homologação de sentença estrangeira.

II – OBJETIVOS:

Gerais:

Trazer aos discentes uma abordagem específica e completa do sistema recursal cível, bem como do processo nos Tribunais, com vistas às alterações ocorridas no Novo Código de Processo Civil, a fim de possibilitar ao aluno uma segura atuação prática, bem como dotá-lo de um arcabouço teórico sólido e eficaz, sem se descuidar de uma reflexão crítica e construtiva dos temas abordados.

Específicos:

Aprimorar os conceitos gerais dos temas da ementa em comento.
Trazer a lume as correntes doutrinárias e jurisprudenciais divergentes acerca dos institutos.
Despertar nos discentes a importância da disciplina para o exercício profissional.
Facilitar aos discentes a manipulação dos conceitos e aspectos técnicos da disciplina.

Realizar estudo sistemático, numa perspectiva teórica capaz de estruturar racionalmente e logicamente os conteúdos processuais abordados.

III – CONTEÚDOS:

1. Teoria Geral dos Recursos:

- 1.1. Conceito;
- 1.2. Pressupostos Recursais;
- 1.3. Princípios Recursais;
- 1.4. Efeitos dos Recursos.

2. Meios de Impugnação não recursais.

- 2.1. Pedido de Reconsideração;
- 2.2. Reexame Necessário;
- 2.3. Ação Rescisória;
- 2.4. Querela Nullitatis;
- 2.5. Recurso Adesivo.

3. Recursos em Espécie.

- 3.1. Apelação;
- 3.2. Agravo de Instrumento;
- 3.3. Agravo de Instrumento;
- 3.4. Agravo Interno;
- 3.5. Embargos de Declaração;
- 3.6. Recurso Ordinário;
- 3.7. Recurso Extraordinário e Especial;
- 3.8. Agravo em Recurso Extraordinário e Recurso Especial;
- 3.9. Embargos de Divergência;

4. Precedentes Judiciais.

5. Processo nos Tribunais.

- 5.1. Ordem dos Processos;
- 5.2. Incidentes Recursais.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

A aula é preponderantemente expositiva. Entretanto, o discente deve ser estimulado à reflexão crítica dos conteúdos da disciplina, em consonância com uma perspectiva horizontal e dinâmica do processo de ensinamento e com a adoção de práticas que impliquem o reconhecimento de que os alunos também são produtores de conhecimento e sujeitos ativos na construção coletiva do saber. Para isso, se faz necessário adotar metodologias ativas, por meio das quais o discente deixa de ser mero coadjuvante no processo de ensino-aprendizagem para se tornar também ator principal neste processo.

V – BIBLIOGRAFIA:

Básica

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum**. São Paulo: RT, 2015. V. 2.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil: Recursos, processos e incidentes nos tribunais, sucedâneos recursais – técnicas de controle das decisões jurisdicionais**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**. 9.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2016. V. 3.

Complementar

ASSIS, Araken de. **Manual dos Recursos**. 7.^a ed. São Paulo: RT, 2015.

DANTAS, Bruno; et al. **Breves Comentários ao novo código de processo civil**. São Paulo: RT, 2015.

MONTENEGRO FILHO, Mizael. **Curso de Direito Processual Civil: teoria geral dos recursos, recursos em espécie e processo de execução**. São Paulo: Atlas, 2015.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Novo código de processo civil comentado: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973**. São Paulo: RT, 2015.

NERY JUNIOR, Nelson. **Teoria geral dos recursos**. São Paulo: RT, 2014.

VI – AVALIAÇÃO:

A avaliação consistirá na aplicação de provas com questões objetivas e/ou subjetivas. Não se pode descurar de uma avaliação contínua, onde se privilegia o aspecto meritório; para tanto, serão utilizados métodos de avaliação que possibilitem a aplicação deste tipo de averiguação de aprendizagem, tais como seminários, leitura de textos dirigidos e outras atividades julgadas pertinentes pelo docente neste processo de ensino-aprendizagem.

4.6 - Ementas das Componentes Curriculares do 6º Período

4.6.1. - Direito das Famílias

Nome da Disciplina Direito das Famílias	Código	Crédito 5.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 75 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A disciplina tem como escopo o estudo das relações jurídicas originadas no contexto social da convivência familiar. Assim, analisa-se desde as hipóteses plurais do surgimento desses importantes vínculos jurídicos, seus fundamentos jurídicos, as diversas espécies de relações jurídicas, tais como, a relação conjugal, a relação de parentesco e a relação de filiação, seus efeitos jurídicos e as hipóteses de dissolução desses vínculos.

II – OBJETIVOS: Preparar o aluno da área jurídica para o estudo dos principais institutos relacionados ao Direito de Família dotando-o de conhecimentos básicos e de natureza instrumental, que lhe facilitem a manipulação dos conceitos técnicos dos diversos ramos do Direito. Preparação para o enfrentamento da realidade profissional, procurando demonstrar o funcionamento prático dos setores nos quais deverá atuar. Desenvolvimento do espírito de pesquisa e aprofundamento dos conceitos ensinados bem como o senso crítico em relação às teorias apresentadas.

III – CONTEÚDOS:

- PONTO 1. Apresentação da Disciplina e Introdução (Constitucionalização do Direito Civil);
- PONTO 2. Fontes, princípios e conceitos fundamentais do Direito da Família;
- PONTO 3. A proteção constitucional da família;
- PONTO 4. Pluralidade de Entidades Familiares: Problemas e temas relevantes;
- PONTO 5. Casamento: processo de habilitação e impedimentos;
- PONTO 6. Casamento: celebração, regime de bens e efeitos jurídicos;
- PONTO 7. A dissolução da sociedade conjugal e do vínculo conjugal;
- PONTO 8. A união estável: requisitos, reconhecimento, caracteres e efeitos jurídicos;
- PONTO 9. A proteção da pessoa dos filhos;
- PONTO 10. Reconhecimento e negação da filiação;
- PONTO 11. A adoção;
- PONTO 12. Poder Familiar;
- PONTO 13. As relações de parentesco;
- PONTO 14. Tutela e Curatela;
- PONTO 15. Alimentos;
- PONTO 16. A proteção jurídica do bem de família;

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica; e fóruns virtuais de discussão temática, com incentivo à participação do aluno, tanto no questionamento quanto nas discussões virtuais possibilitadas com o apoio da ferramenta *moodle*.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 9ª Ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto, **Direito Civil Brasileiro**, Direito de Família, Vol. 6, 13ª ed. São Paulo, Saraiva, 2016.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil**. Famílias, 4ª ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Vol. 5 – Direito de Família. 30ª ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

PAMPLONA Filho, Rodolfo & STOLZE Gagliano, Pablo, **Novo Curso de Direito Civil**, Direito de Família, Vol. 6, 6ª ed. São Paulo, Saraiva, 2016.

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de, Curso de Direito Civil - Famílias - Vol. 6 - 8ª ed. São Paulo, Juspodivm, 2016.

WALD, Arnoldo; FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. Direito Civil – Direito de Família – Vol. 5 – 19ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

VI – AVALIAÇÃO: A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais (dois exercícios regulares e uma avaliação final para os alunos que não obtiveram média 7 ou superior nos dois exercícios regulares) e da participação do aluno nas aulas presenciais e discussões virtuais possibilitadas com o apoio da ferramenta *moodle*.

4.6.2. - Direito Coletivo do Trabalho

Nome da Disciplina Direito Coletivo do Trabalho	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Estabilidades. Alterações no Contrato de Trabalho. Interrupção e Suspensão Extinção do Contrato de Trabalho. Regulamentações especiais de trabalho. Direito Coletivo do Trabalho: fontes princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais; Origens históricas dos sindicatos; Conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução: convenções e acordos coletivos. O direito de greve e o lock-out. Dissídio Coletivo.

II – OBJETIVOS:

1. Desenvolver, no plano jurídico-científico, o estudo do Direito do Trabalho, no sentido da construção de sólida base teórica da disciplina;

2. Estimular e capacitar os alunos à reflexão sobre os aspectos mais relevantes dos seus principais institutos;
3. Suscitar o desenvolvimento da avaliação crítica dos alunos.

III – CONTEÚDOS:

- PONTO 1. Estabilidades e o Regime do FGTS.
- PONTO 2. Alterações no Contrato de Trabalho
- PONTO 3. Interrupção e Suspensão
- PONTO 4. Extinção do Contrato de Trabalho
- PONTO 5. Regulamentações especiais de trabalho
- PONTO 6. Direito Coletivo do Trabalho
- PONTO 7. O direito de greve e o lock-out.
- PONTO 8. Dissídio Coletivo.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BARROS, Alice Monteiro. **Curso de Direito Trabalho**. São Paulo: LTR, 2015.
- CASSAR, Vólia Bomfim. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Método, 2016.
- DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2016.
- GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson; PINTO, José Augusto Rodrigues. **Curso de Direito do Trabalho**. Rio: Forense, 2013.
- MARTINS, Sérgio Pinto. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2016.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2015.
- _____. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2013.
- SUSSEKIND, Arnaldo. **Curso de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2016.
- SUSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas; TEIXEIRA, Lima. **Instituições de Direito do Trabalho**, vol. I. São Paulo: LTR: 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **Direito do Trabalho e Pós-Modernidade**. Fundamentos para uma teoria geral. São Paulo: LTR, 2005.
- ARAÚJO, Eneida Melo Correia de. **As Relações de Trabalho**. Uma Perspectiva Democrática. São Paulo: LTR, 2003.

- BAGOLINI, Luigi. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 1997.
- BARBAGELATA, Héctor-Hugo. **O Particularismo do Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1996.
- DÄUBLER, Wolfgang. **Derecho del Trabajo**. Madrid: Ministério de Trabajo: 1994.
- FERNANDES, Antônio Monteiro. **Direito do Trabalho**. Coimbra: Livraria Almedina, 1998.
- GENRO, Tarso Fernando. **Direito Individual do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1985.
- JAVELLIER, J.C. **Manual de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1988.
- MANNRICH, Nelson. **A Modernização do Contrato de Trabalho**. São Paulo: LTR1998.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Teoria Jurídica do Salário**. São Paulo: LTR, 1997.
- NETO, José Affonso Dallegrove. **Contrato Individual de Trabalho**. Uma Visão Estrutural.
- ROBORTELA, Luiz Carlos de Amorim. **O Moderno Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1994.
- OLEA, Manuel; BAAMONDE. **Derecho del Trabajo**. Madrid: Editorial Civitas, 1997.
- RODRIGUEZ, Américo Plá. **Princípios de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 1978.
- RUPRECHT, Alfredo J. **Os Princípios de Direito do Trabalho**. São Paulo. LTR: 1995.
- SILVA, Luiz de Pinho Pedreira. **Principiologia de Direito do Trabalho**. Salvador: Gráfica Contraste, 1996.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.6.3. - Direito Processual Penal I

Nome da Disciplina Direito Processual Penal I	Código	Crédito
Pré – Requisito Legislação Penal Extravagante		Carga Horária 75 h/a

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Fundamentos do Direito Processual Penal, seus Princípios Fundamentais e suas relações com os Direitos Humanos. Sistemas Processuais-Penais Contemporâneos. Inquérito Policial e outros meios de Investigação Preliminar. Ação Processual Penal. Sujeitos processuais. Lei Processual Penal no Tempo. Lei Processual Penal no Espaço. Jurisdição e Competência. Questões e Processos Incidentes. Prisão em Flagrante. Prisões cautelares. Medidas Cautelares. Comunicação dos Atos Processuais. Teoria Geral da Prova.

II – OBJETIVOS: Estudar o Direito Processual Penal, compreendendo suas categorias próprias e avaliando, criticamente, as consequências jurídicas e sociais da (não) adoção de seus institutos

na legislação e/ou jurisprudência brasileiras e sua conformidade com a Constituição de 1988 e com a Convenção Americana de Direitos Humanos.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Fundamentos do Processo Penal. Diferenças estruturais do processo civil. Relação com a Teoria Geral do Processo.

PONTO 2. Princípios e garantias constitucionais do processo penal. Garantias Processuais Penais da Convenção Americana de Direitos Humanos.

PONTO 3. Sistemas processuais acusatório, inquisitório e misto.

PONTO 4. Lei Processual Penal no tempo. Lei processual penal no espaço.

PONTO 5. A investigação preliminar. O fundamento da investigação preliminar. O inquérito Policial e outras formas de investigação preliminar. Natureza Jurídica do inquérito policial. Eficácia probatória dos elementos colhidos durante a investigação preliminar. Forma dos atos.

PONTO 6. Ação processual penal. Teorias. Condições da ação processual penal. Prática de fato aparentemente punível. Punibilidade concreta. Legitimidade. Justa causa. Ação Penal de Iniciativa Pública. Ação Penal de Iniciativa Privada. Sujeitos do processo penal. Comunicação dos atos processuais. Citação, Notificação e Intimação. Revelia no processo penal.

PONTO 7. Jurisdição. Competência. Princípios da Jurisdição penal. Competência da Justiça especial militar e eleitoral. Competência da Justiça comum – federal e estadual. Prerrogativa de função. Conexão e continência.

PONTO 8. Questões e Processos Incidentes. Exceções processuais. Exceção de suspeição. Exceção de incompetência. Exceção de litispendência. Exceção de ilegitimidade de parte. Exceção de coisa julgada. Conflito de jurisdição e de competência.

PONTO 9. Da Prisão em flagrante. Prisões cautelares: Prisão preventiva e prisão temporária. Medidas Cautelares.

PONTO 10. Teoria geral das Provas. Provas ilegítimas e ilícitas. Princípio da Contaminação. Teorias da fonte independente e descoberta inevitável.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

Aulas expositivas, seminários de debates, estudo de casos, visita(s) técnica(s) e trabalhos individuais e em grupo, usando textos para debate, projeção de filmes e fotos, lousa, recursos tecnológicos como internet etc. A abordagem do conteúdo será feita de modo teórico, prático e multidisciplinar, tendo o aluno como sujeito de sua aprendizagem, não apenas focada no ensino, mas na formação completa.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

GIACOMOLLI, Nereu José. **O devido Processo Penal**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LOPES JR. Aury. **Direito Processual Penal**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PACELLI, Eugênio; FISCHER, Douglas. **Comentários ao Código de Processo Penal e sua Jurisprudência**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2015.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

CHOUKR, Fauzi Hassan. **Código de Processo Penal: Comentários Consolidados e Crítica Jurisprudencial**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LOPES JR. Aury. **Fundamentos do Processo Penal: Introdução Crítica**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

LUZ, Denise. **Direito Administrativo Sancionador Judicializado: Improbidade Administrativa e Devido Processo – aproximações e distanciamentos do direito penal**. Curitiba: Juruá, 2014.

PRADO, Geraldo. **Sistema Acusatório: a conformidade constitucional das leis processuais penais**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

Anais do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI. Disponíveis em: <<http://www.conpedi.org.br/publicacoes>>. Acesso em: 29.02.2016.

Revista Liberdades – IBCCRIM Disponível em: < https://www.ibccrim.org.br/revista_liberdades>. Acesso em 29.02.2016.

Boletim Informativo do Instituto Brasileiro de Direito Processual Penal – IBRASPP. Disponível em: <<http://www.ibraspp.com.br/publicacoes/boletim>>. Acesso em: 29.02.2016.

Revista Sistema Penal e Violência. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/index>>. Acesso em 29.02.2016.

Revista Justiça e Sistema Criminal. Disponível em: <<http://www.sistemacriminal.org/site/index.php/publicacoes/periodicos>>. Acesso em 29.02.2016.

Biblioteca virtual da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/index.php/es/biblioteca/biblioteca-movil>>. Acesso em: 29.02.2016.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.6.4. - Execução no Processo Civil

Nome da Disciplina	Código	Crédito
--------------------	--------	---------

Execução no Processo Civil		4.0
----------------------------	--	-----

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus Arcoverde</i>	Carga Horária 60 h/a
---	-------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Tutela Jurisdicional Executiva. Princípios Processuais da Execução Civil. Responsabilidade Patrimonial na Execução. Partes e Competência na Execução. Requisitos Necessários para Realizar a Execução. Cumprimento de Sentença (Execução Fundada em Título Executivo Judicial). Execução de Título Extrajudicial. Execução Específica das Obrigações de Fazer; Não Fazer e Dar Coisa Certa. Suspensão e Extinção das Execuções.

II – OBJETIVOS:

Gerais:

Trazer aos discentes uma abordagem específica e completa das diversas espécies de execução, bem como das obrigações específicas de fazer, não fazer e dar coisa certa, com vistas às alterações ocorridas no Novo Código de Processo Civil, a fim de possibilitar ao aluno uma segura atuação prática, bem como dotá-lo de um arcabouço teórico sólido e eficaz, sem se descuidar de uma reflexão crítica e construtiva dos temas abordados.

Específicos:

Aprimorar os conceitos gerais dos temas da ementa em comento.
Trazer a lume as correntes doutrinárias e jurisprudenciais divergentes acerca dos institutos.
Despertar nos discentes a importância da disciplina para o exercício profissional.
Facilitar aos discentes a manipulação dos conceitos e aspectos técnicos da disciplina.
Realizar estudo sistemático, numa perspectiva teórica capaz de estruturar racionalmente e logicamente os conteúdos processuais abordados.

III – CONTEÚDOS:

1. Tutela Jurisdicional Executiva.
 - 1.1. A Técnica Processual Executiva.
 - 1.2. Atos Executivos em Espécie e Formas de Execução.
2. Princípios Processuais da Execução Civil.
3. Responsabilidade Patrimonial na Execução.
4. Partes e Competência na Execução.
5. Requisitos Necessários para Realizar a Execução.

5.1. Inadimplemento do Devedor.

5.2. Título Executivo.

6. Cumprimento de Sentença (Execução Fundada em Título Executivo Judicial)

6.1. Cumprimento de Sentença Contra a Fazenda Pública.

6.2. Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos.

6.3. Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente.

6.4. Impugnação ao Cumprimento de Sentença.

7. Execução de Título Extrajudicial.

7.1. Execução Contra a Fazenda Pública.

7.2. Execução de Alimentos.

7.3. Embargos à Execução.

7.4. Exceção de Pré-executividade.

8. Execução Específica das Obrigações de Fazer; Não Fazer e Dar Coisa Certa.

9. Suspensão e Extinção das Execuções.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: A aula é preponderantemente expositiva. Entretanto, o discente deve ser estimulado à reflexão crítica dos conteúdos da disciplina, em consonância com uma perspectiva horizontal e dinâmica do processo de ensinamento e com a adoção de práticas que impliquem o reconhecimento de que os alunos também são produtores de conhecimento e sujeitos ativos na construção coletiva do saber. Para isso, se faz necessário adotar metodologias ativas, por meio das quais o discente deixa de ser mero coadjuvante no processo de ensino-aprendizagem para se tornar também ator principal neste processo.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil**. São Paulo: Atlas, 2015. V. 2.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: execução e processo cautelar**. 38 ed. Rio de Janeiro, Forense, 2005, v. 2.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil: Execução**. 15.^a ed. São Paulo: RT, 2015. V. 2.

Bibliografia Complementar:

BUENO, Cássio Scarpinela. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015.

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **A fazenda pública em juízo**. São Paulo: Dialética, 2006.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil Esquemático**. 6.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2006, V. 3.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil: execução e processo cautelar: emendas**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v. 2.

VI – AVALIAÇÃO: A avaliação consistirá na aplicação de provas com questões objetivas e/ou subjetivas. Não se pode descurar de uma avaliação contínua, onde se privilegia o aspecto meritório; para tanto, serão utilizados métodos de avaliação que possibilitem a aplicação deste tipo de averiguação de aprendizagem, tais como seminários, leitura de textos dirigidos e outras atividades julgadas pertinentes pelo docente neste processo de ensino-aprendizagem.

4.6.5. - Direito Internacional Público

Nome da Disciplina Direito Internacional Público	Código	Crédito 5.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Sociedade Internacional: pressupostos, sujeitos e características. Direito Internacional: origem, pressupostos, fontes, objetos e negadores. Direito Interno versus de Direito Internacional: dualismo, monismo e conciliatória. Fundamento do Direito Internacional: teorias utilitária, voluntaristas, objetivistas e sociológica. Tratados: conceito, terminologia, espécies, condições de validade, princípio básico, fases de constituição, efeitos, reserva e extinção. Teorias brasileiras de Recepção dos Tratados no Brasil. Sujeitos de Direito Internacional e suas relações jurídicas: Estados e Organismos Internacionais. Tratados Internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil.

II – OBJETIVOS: Apresentar diretrizes acerca da utilização das fontes de direito internacional e de direito interno em relação a questões que ultrapassam o interesse exclusivo de uma única ordem jurídica estatal;

III – CONTEÚDOS:

1. Sociedade Internacional: pressupostos, sujeitos e características.
2. Direito Internacional: origem, pressupostos, fontes, objetos e negadores.
3. Direito Interno versus de Direito Internacional: dualismo, monismo e conciliatória.
4. Fundamento do Direito Internacional: teorias utilitária, voluntaristas, objetivistas e sociológica.

5. Tratados: conceito, terminologia, espécies, condições de validade, princípio básico, fases de constituição, efeitos, reserva e extinção.
6. Teorias brasileiras de Recepção dos Tratados no Brasil.
7. Sujeitos de Direito Internacional e suas relações jurídicas: Estados e Organismos Internacionais.
8. Tratados Internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas e dialogadas com o auxílio dos seguintes instrumentos/ações: realização de atividades em sala e extraclasse, resolução de casos práticos, discussões a partir de filmes e leituras prévias, assim como apresentação de resenhas e seminários.

V – BIBLIOGRAFIA:

BIBLIOGRAFIA GERAL

GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MELLO, Celso Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 2 vols. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional Público Curso elementar**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Roberto Luiz. **Direito Internacional Público**. 4. ed. Belo Horizonte: Inédita, 2010.

SOARES, Guido Fernando Silva. **Curso de Direito Internacional Público**. v. 1. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Público**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

VI – AVALIAÇÃO: De caráter reflexivo e continuado, tendo a intersecção entre a frequência e a participação em sala de aula como pontos de partida, além da avaliação nas atividades propostas nas avaliações institucionais.

4.7 - Ementas das Componentes Curriculares do 7º Período

4.7.1. - Direito das Sucessões

Nome da Disciplina	Código	Crédito
--------------------	--------	---------

Direito das Sucessões	5.0
-----------------------	-----

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus Arcoverde</i>	Carga Horária 75 h/a
---	-------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A disciplina tem como escopo o estudo dos fatos jurídicos que acontecem a partir da morte das pessoas naturais, bem como os negócios jurídicos admitidos pelo ordenamento jurídico vigente para disciplina do destino dos bens particulares da pessoa natural extinta. Assim, analisa-se desde as diversas espécies de testamento até a ordem de sucessão hereditária estabelecida pela lei, bem como os temas jurídicos relevantes dentro desse contexto.

II – OBJETIVOS: Preparar o aluno da área jurídica para o estudo dos principais institutos relacionados ao Direito de Sucessões dotando-o de conhecimentos básicos e de natureza instrumental, que lhe facilitem a manipulação dos conceitos técnicos dos diversos ramos do Direito. Preparação para o enfrentamento da realidade profissional, procurando demonstrar o funcionamento prático dos setores nos quais deverá atuar. Desenvolvimento do espírito de pesquisa e aprofundamento dos conceitos ensinados bem como o senso crítico em relação às teorias apresentadas.

III – CONTEÚDOS:

- PONTO 1. Apresentação da Disciplina e Introdução (Constitucionalização do Direito Civil);
- PONTO 2. Introdução ao Direito das Sucessões;
- PONTO 3. As Relações de Parentesco (revisão);
- PONTO 4. Sucessão Hereditária – Generalidades;
- PONTO 5. Sucessão Legítima;
- PONTO 6. Ordem de Vocação Hereditária;
- PONTO 7. Sucessão dos Cônjuges e Companheiros;
- PONTO 8. Sucessão dos Descendentes e Ascendentes;
- PONTO 9. Sucessão dos Colaterais;
- PONTO 10. A Legítima dos Herdeiros Necessários;
- PONTO 11. Dever de Redução do Excesso e Dever de Colação;
- PONTO 12. Os Excluídos da Sucessão;
- PONTO 13. Sucessão Testamentária;
- PONTO 14. Testamentos em Espécie;

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica; e fóruns virtuais de discussão temática, com incentivo à participação do aluno, tanto no questionamento quanto nas discussões virtuais possibilitadas com o apoio da ferramenta *moodle*.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

DIAS, Maria Berenice. **Manual das Sucessões**. 3ª Ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

GONÇALVES, Carlos Roberto, **Direito Civil Brasileiro**, Direito das Sucessões, Vol. 7, 10ª ed. São Paulo, Saraiva, 2016.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Direito Civil**. Sucessões, 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 2016.

Bibliografia Complementar:

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Vol. 6 – Direito das Sucessões. 29ª ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

PAMPLONA Filho, Rodolfo & STOLZE Gagliano, Pablo, **Novo Curso de Direito Civil**, Direito das Sucessões, Vol. 7, 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 2016.

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de, Curso de Direito Civil - Sucessões - Vol. 7 - 2ª ed. São Paulo, Juspodivm, 2016.

WALD, Arnoldo; CAVALCANTI, Ana Elizabeth L. W.; PAESANI, Liliana Minardi. Direito Civil – Direito das Sucessões – Vol. 6 – 16ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

VI – AVALIAÇÃO: A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais (dois exercícios regulares e uma avaliação final para os alunos que não obtiveram média 7 ou superior nos dois exercícios regulares) e da participação do aluno nas aulas presenciais e discussões virtuais possibilitadas com o apoio da ferramenta *moodle*.

4.7.2. - Direito Financeiro e Tributário I

Nome da Disciplina Direito Financeiro e Tributário I	Código	Crédito 5.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 75 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A EXPOSIÇÃO DOS ELEMENTOS E PRINCÍPIOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO FINANCEIRO E DO DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO, SUA GÊNESE NO DIREITO CONSTITUCIONAL E DESDOBRAMENTOS NAS DEMAIS LEGISLAÇÕES INFRACONSTITUCIONAIS, ATRAVÉS DA ADEQUADA INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO. A COMPREENSÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO; DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA E DO SEU FATO GERADOR, CONHECENDO OS SUJEITOS ATIVO E PASSIVO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E AS FORMAS DE SUA CONSTITUIÇÃO E EXTINÇÃO.

II – OBJETIVOS: Ampliar a capacidade do aluno de desenvolver o raciocínio dedutivo a partir do conhecimento das fontes do direito presentes no ordenamento jurídico brasileiro, através da pesquisa e da interpretação, que serão essenciais para a visualização da prática jurídica a partir do exercício da argumentação lógica. Proporcionar ao discente a possibilidade de superar elementares dificuldades que surjam no decorrer do curso de Direito Financeiro e Tributário,

capacitando-o a aplicar os conhecimentos adquiridos na solução de problemas reais, especificamente no que diz respeito no que diz respeito a atuação do Estado no Domínio Econômico e a partir do estudo da ordem jurídica constitucional e seus desmembramentos no plano infraconstitucional.

III – CONTEÚDOS:

Unidade I

1. NOÇÕES GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO

- 1.1 Atividade financeira do Estado.
- 1.2 Conceito de Direito Financeiro.
- 1.3 Orçamento Público
 - 1.3.1 Natureza Jurídica
 - 1.3.2 Orçamentos: programa, de desempenho, base zero e participativo.
 - 1.3.3 Princípios orçamentários
 - 1.3.4 Leis orçamentárias
 - 1.3.5 Processo legislativo orçamentário
 - 1.3.6 Vedações orçamentárias constitucionais

2. DESPESA PÚBLICA, RECEITA PÚBLICA E CRÉDITO PÚBLICO

- 2.1. Despesa Pública
 - 2.1.1 Conceito
 - 2.1.2 Classificações
 - 2.1.3 Estágios
 - 2.1.4 Adiantamentos
 - 2.1.5 Despesa Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal
- 2.2. Receita Pública
 - 2.2.1 Conceito
 - 2.2.2 Classificações
 - 2.2.3 Estágios
 - 2.2.4 Dívida Ativa
 - 2.2.5 Repartição de receitas (transferências constitucionais)
 - 2.2.6 Receita Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal
- 2.3. Crédito Público
 - 2.3.1 Conceito
 - 2.3.2 Natureza Jurídica
 - 2.3.3 Classificação
 - 2.3.4 Dívida Pública: competências do Congresso Nacional e do Senado Federal; Lei 4.320/64; Lei de Responsabilidade Fiscal.

UNIDADE II

3. FUNDAMENTOS BÁSICOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO.

- 3.1. Conceito de Direito Tributário.

3. 2 Posição constitucional (princípios constitucionais tributários).
 3. 3 Problema da autonomia e do relacionamento do Direito Tributário com outros ramos do Direito.
 3. 4 Fontes do Direito Tributário. (lei complementar tributária, lei ordinária, decretos, portarias, etc.).
- 4. ESPÉCIES E CLASSIFICAÇÕES DOS TRIBUTOS.**
- 4.1 Impostos (classificações).**
 - 4.2 taxas.**
 - 4.3 Serviço público e poder de polícia.
 - 4.4 Taxa e preço público.
 - 4.5 Contribuição de melhoria.**
 - 4.5.1 Pedágio
 - 4.6. Empréstimo compulsório.
 - 4.7. Contribuições sociais, econômicas e corporativas.**
- 5. VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.**
- Vigência das leis.
- 5.1. Vigência no tempo (princípio da anterioridade).
 - 5.2. Vigência no espaço (leis estrangeiras).
 - 5.3. Aplicação da lei tributária.
 - 5.4. Fatos futuros e pendentos.
 - 5.5. Retroatividade benigna em matéria de infrações.
- 6. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.**
- 6.1. Noção de interpretação e integração.
 - 6.2. Métodos de interpretação.
 - 6.3. Lacunas e métodos integrativos
 - 6.4. Interpretação benigna.
 - 6.5. Interpretação com base econômica.
 - 6.6. Interpretação das normas sobre isenção.
- 7. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA E FATO GERADOR.**
- 7.1. Obrigação principal.
 - 7.2. Obrigação acessória.
 - 7.3. Fato gerador.
 - 7.4. Noção e espécies do fato gerador.
 - 7.5. Elementos do fato gerador do tributo.

7.6. Efeitos do fato gerador.

8. SUJEITOS, ATIVO E PASSIVO, DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.

8.1. Sujeito ativo.

8.2. Competência e capacidade tributária.

8.3. Sujeito passivo da obrigação principal e da obrigação acessória.

8.3.1. Contribuinte.

8.3.2. Responsável.

8.4. Solidariedade (efeitos da solidariedade).

8.5. Capacidade tributária.

8.6. Domicílio tributário.

8.7. Responsabilidade tributária.

9. CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

9.1. Noções gerais.

9.2. Lançamento tributário.

9.3. Nascimento da obrigação tributária.

9.4. Conceito e natureza do lançamento.

9.5. Modalidades de lançamento.

9.6. Revisão de ofício.

9.7. Homologação.

9.8. Arbitramento.

9.9. Efeitos do lançamento.

10. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

10.1 Obrigação tributária e exigibilidade e suspensão desta exigibilidade.

10.2 Moratória.

10.3 Depósito do crédito tributário.

10.4 Reclamações e recursos.

10.5 Liminar em mandado de segurança.

11. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

10.1. Extinção da obrigação e do crédito tributário.

10.2. Causas extintivas do crédito tributário no CTN.

10.3. Pagamento.

10.4. Repetição do indébito.

10.5. Decadência e prescrição.

12. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

12.1 Definição.

- 12.2 Incidência, não incidência, imunidade e isenção.
- 12.3 Isenção
- 12.4 Supressão de isenção.
- 12.5 Condições e requisitos.
- 12.6 **Anistia** (ampla e limitada).

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- AMARO, Luciano. **Direito Tributário Braileiro**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- CARVALHO, Paulo de Barros: **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINS, Sérgio Pinto: **Manual de direito tributário**. São Paulo: Atlas, 2003.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de Direito Financeiro**. São Paulo: RT, 2010.
- TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ALEXANDRINO, Marcelo e PAULO, Vicente. **Direito Tributário na Constituição e no STF**. Niterói: Impetus, 2007.
- BALEIRO, Aliomar: **Direito Tributário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1997.
- BORGES, José Souto Maior. **Lei Complementar Tributária**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1975.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- COLNAGO, Rodrigo. **Direito Financeiro e Econômico (perguntas e respostas)**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ICHIHARRA, Yoshiaki. **Direito Tributário**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva: **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- _____ (Coord.): **Direitos fundamentais do contribuinte**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- PASCOAL, Valdecir. **Direito Financeiro e Controle Externo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- VELLOSO, Andrei Pitten. **Constituição Tributária Interpretada**. São Paulo: Atlas, 2007.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.7.3. - Direito Processual do Trabalho

Nome da Disciplina Direito Processual do Trabalho	Código	Crédito 5.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus</i> Arcoverde	Carga Horária 75 h/a
--	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Direito Processual do Trabalho: princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Justiça do Trabalho: competência. O processo trabalhista: dissídio individual. Recursos. Execução.

II – OBJETIVOS:

Gerais:

Trazer aos discentes uma abordagem específica e completa dos institutos processuais trabalhistas, com vistas às alterações ocorridas no Novo Código de Processo Civil, a fim de possibilitar ao aluno uma segura atuação prática, bem como dotá-lo de um arcabouço teórico sólido e eficaz, sem se descuidar de uma reflexão crítica e construtiva dos temas abordados.

Específicos:

Aprimorar os conceitos gerais dos temas da ementa em comentário.
Trazer a lume as correntes doutrinárias e jurisprudenciais divergentes acerca dos institutos.
Despertar nos discentes a importância da disciplina para o exercício profissional.
Facilitar aos discentes a manipulação dos conceitos e aspectos técnicos da disciplina.
Realizar estudo sistemático, numa perspectiva teórica capaz de estruturar racionalmente e logicamente os conteúdos processuais abordados.

III – CONTEÚDOS:

1. Princípios e conceitos fundamentais.
 - 1.1. Problemas e temas relevantes; Fundamentos históricos e constitucionais.
2. Justiça do Trabalho: competência.
3. O processo trabalhista.
 - 3.1. Atos Processuais.
 - 3.2. Petição Inicial.
 - 3.3. Audiências.
 - 3.4. Resposta do Réu.
4. Rito Sumário e Sumaríssimo.
5. Provas no Processo do Trabalho.

6. Recursos no Processo do Trabalho.

7. Execução Trabalhista.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: A aula é preponderantemente expositiva. Entretanto, o discente deve ser estimulado à reflexão crítica dos conteúdos da disciplina, em consonância com uma perspectiva horizontal e dinâmica do processo de ensinamento e com a adoção de práticas que impliquem o reconhecimento de que os alunos também são produtores de conhecimento e sujeitos ativos na construção coletiva do saber. Para isso, se faz necessário adotar metodologias ativas, por meio das quais o discente deixa de ser mero coadjuvante no processo de ensino-aprendizagem para se tornar também ator principal neste processo.

V – BIBLIOGRAFIA:

Básica:

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de Direito Processual de Trabalho*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra Leite. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 10 ed. São Paulo: LTr. 2012

SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. 8 ed. São Paulo: LTr., 2015.

Complementar:

BRANCO, Ana Maria Saad C.; SAAD, Eduardo Gabriel; SAAD, José Eduardo Duarte. **Curso de direito processual do trabalho: prática processual – mais de 100 modelos de petição**. 7 ed. São Paulo: LTr, 2014.

BRANDÃO, Cláudio. **Reforma do sistema recursal trabalhista: comentários à lei nº. 13.015/2014**. São Paulo: LTr, 2015.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito Processual do Trabalho**. 36 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **A execução na justiça do trabalho**. 8 ed. São Paulo: LTr, 2015.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **Sistema dos recursos trabalhistas**. 12 ed. São Paulo: LTr, 2014.

VI – AVALIAÇÃO: A avaliação consistirá na aplicação de provas com questões objetivas e/ou subjetivas. Não se pode descuidar de uma avaliação contínua, onde se privilegia o aspecto meritório; para tanto, serão utilizados métodos de avaliação que possibilitem a aplicação deste tipo de averiguação de aprendizagem, tais como seminários, leitura de textos dirigidos e outras atividades julgadas pertinentes pelo docente neste processo de ensino-aprendizagem.

4.7.4. - Direito Processual Penal II

Nome da Disciplina	Código	Crédito
Direito Processual Penal II		5.0

Departamento Responsável
Coordenação do Curso de Direito UPE *Campus Arcoverde*

Carga Horária
75 h/a

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA:

Provas em Espécie. Procedimentos comuns e demais procedimentos constantes do Código de Processo Penal e em leis especiais. Júri. Vícios Processuais. Recursos. Ações Autônomas de Impugnação

II – OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL

O estudo do Direito Processual Penal estruturado sobre o princípio do devido processo legal no sentido que lhe dão a Constituição de 1988 e a Convenção Americana de Direitos Humanos, focando-se nos ritos processuais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender teoricamente os conteúdos tratados e ter a habilidade de aplicá-los diante de problemas práticos concretos que lhe sejam apresentados na vida real;
Conhecer o tratamento dogmático da ritualística processual no Brasil;
Conhecer a jurisprudência brasileira sobre matérias do conteúdo programático e saber se posicionar criticamente a partir do pensamento reflexivo.
Apresentar postura crítica em relação aos ritos processuais penais e sua aplicação prática no Brasil, sabendo expor seu pensamento com autonomia e fundamentadamente, de forma oral e escrita;
Ser capaz de problematizar, com autonomia intelectual, questões relevantes para o desenvolvimento da de um processo penal democrático e justo no Brasil e de tomar atitudes aptas a influenciar na equação de problemas, com tolerância às diferenças e respeitando valores de uma sociedade plural.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Provas em Espécies. Prova pericial e exame de corpo de delito. Interrogatório. Confissão. Prova testemunhal. Reconhecimento de pessoas e coisas. Reconstituição do delito. Acareação. Prova documental. Busca e da Apreensão.

PONTO 2. Processo e Procedimento. Procedimentos comuns: ordinário, sumário e sumariíssimo. Procedimentos especiais do CPP (Júri, honra, funcionários públicos), Lei de Tóxicos e Lei de Organizações Criminosas.

PONTO 3. Juizado Especial Criminal.

PONTO 4. Procedimento do Júri.

PONTO 5. Sentença. *Emendatio* e *Mutatio libelli*.

PONTO 6. Teoria das nulidades. Atos inexistentes e irregulares. Classificação das nulidades. Princípios aplicáveis e espécies. Regras legais e jurisprudenciais. Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos

PONTO 7. Teoria Geral dos Recursos. Princípios, conceito, fundamento e natureza jurídica. Classificação, condições e pressupostos. Efeitos, juízo de admissibilidade e juízo de mérito.

PONTO 8. Recursos em espécie. Em sentido estrito. Apelação. Embargos de declaração. Embargos infringentes e de nulidade. Agravo de Execução, de instrumento e regimentais.

PONTO 9. Recurso especial. Recurso extraordinário. Recurso ordinário constitucional.

PONTO 10. Ações autônomas de impugnação. *Habeas Corpus*. Revisão Criminal. Mandado de Segurança.

PONTO 11. Medidas Correcionais: correição parcial e reclamação.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

Aulas expositivas. Seminários de debates. Estudo de casos. Visita(s) Técnica(s). Trabalhos individuais e em grupo. Como recursos didáticos, serão usados textos para debate em sala de aula, projeção de filmes e fotos, lousa, recursos tecnológicos como internet etc. A abordagem do conteúdo será feita de modo teórico, prático e multidisciplinar, tendo o aluno como sujeito de sua aprendizagem, não apenas focada no ensino, mas na formação completa. Os estudos de caso priorizarão situações emergentes relevantes para a sociedade brasileira, priorizando questões regionais e buscando desenvolver o pensamento reflexivo e a atitude crítica, valendo-se de método dialético-participativo.

A disciplina terá abordagem interdisciplinar no plano teórico, por meio de textos e outros materiais didáticos de profissionais e/ou intelectuais de outras áreas como do Serviço Social, da Psicologia, da História, da Antropologia etc. Do mesmo modo, buscar-se-á articular os temas tratados com outras áreas do Direito e das Ciências Criminais em geral. Também podem realizadas atividades práticas como, por exemplo, visitas técnicas a instituições, sempre buscando interlocução com os diversos atores de diferentes áreas, como peritos, médicos-forenses, criminólogos, juízes, policiais, agentes de segurança, etc.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

GIACOMOLLI, Nereu José. *O devido Processo Penal*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LOPES JR. Aury. *Direito Processual Penal*. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PACELLI, Eugênio; FISCHER, Douglas. *Comentários ao Código de Processo Penal e sua Jurisprudência*. 7ed. São Paulo: Atlas, 2015.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Manual de Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

CHOUKR, Fauzi Hassan. *Código de Processo Penal: Comentários Consolidados e Crítica Jurisprudencial*. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GIACOMOLLI, Nereu José. *Juizados Especiais Criminais*. 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. *Nulidades no Processo Penal*. 2 ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal Comentado*. São Paulo: RT, 2015.

PELLEGRINI GRINOVER, Ada; MAGALHÃES GOMES FILHO, Antônio & SCARANCE FERNANDES, Antônio. *Nulidades no Processo Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

Anais do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – CONPEDI. Disponíveis em: <<http://www.conpedi.org.br/publicacoes>>. Acesso em: 29.02.2016.

Revista Liberdades – IBCCRIM Disponível em: < https://www.ibccrim.org.br/revista_liberdades>. Acesso em 29.02.2016.

Boletim Informativo do Instituto Brasileiro de Direito Processual Penal – IBRASPP. Disponível em: <<http://www.ibraspp.com.br/publicacoes/boletim>>. Acesso em: 29.02.2016.

Revista Sistema Penal e Violência. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/index>>. Acesso em 29.02.2016.

Revista Justiça e Sistema Criminal. Disponível em: <<http://www.sistemacriminal.org/site/index.php/publicacoes/periodicos>>. Acesso em 29.02.2016.

Biblioteca virtual da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/index.php/es/biblioteca/biblioteca-movil>>. Acesso em: 29.02.2016.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.7.5. - Processo Cautelar e Procedimentos Especiais

Nome da Disciplina Processo Cautelar e Procedimentos Especiais	Código	Crédito 5.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 75 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Tutela cautelar: O Poder Geral de Cautela. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária, na legislação codificada e na legislação extravagante. Juizados Especiais Cíveis.

II – OBJETIVOS:

Gerais:

Trazer aos discentes uma abordagem específica e completa das ações judiciais de procedimentos especiais, bem como sobre o poder geral de cautela, com vistas às alterações ocorridas no Novo Código de Processo Civil, a fim de possibilitar ao aluno uma segura atuação prática, bem como dotá-lo de um arcabouço teórico sólido e eficaz, sem se descuidar de uma reflexão crítica e construtiva dos temas abordados.

Específicos:

Aprimorar os conceitos gerais dos temas da ementa em comento.
Trazer a lume as correntes doutrinárias e jurisprudenciais divergentes acerca dos institutos.
Despertar nos discentes a importância da disciplina para o exercício profissional.
Facilitar aos discentes a manipulação dos conceitos e aspectos técnicos da disciplina.
Realizar estudo sistemático, numa perspectiva teórica capaz de estruturar racionalmente e logicamente os conteúdos processuais abordados.

III – CONTEÚDOS:

Tutela Cautelar: Conceito, características, Requisitos e competência.

O Poder Geral de Cautela: Tutela Cautelar de Urgência.

O Poder Geral de Cautela: Tutela Cautelar requerida em caráter antecedente.

Procedimentos Especiais: Ação de Consignação em Pagamento.

Procedimentos Especiais: Ação de Exigir Contas.

Procedimentos Especiais: Ações Possessórias.

Procedimentos Especiais: Inventário, Partilha e Arrolamento.

Procedimentos Especiais: Embargos de Terceiro e Oposição.

Procedimentos Especiais: Ação Monitória.

Procedimentos Especiais: Ação de Despejo.

Procedimentos Especiais: Ações de Família.

Procedimentos Especiais: Da Interdição.

Procedimentos Especiais: Juizados Especiais.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: A aula é preponderantemente expositiva. Entretanto, o discente deve ser estimulado à reflexão crítica dos conteúdos da disciplina, em consonância com uma perspectiva horizontal e dinâmica do processo de ensinamento e com a adoção de práticas que impliquem o reconhecimento de que os alunos também são produtores de conhecimento e sujeitos ativos na construção coletiva do saber. Para isso, se faz necessário adotar metodologias ativas, por meio das quais o discente deixa de ser mero coadjuvante no processo de ensino-aprendizagem para se tornar também ator principal neste processo.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2007. V. 3.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: procedimentos especiais. 37 ed. Rio de Janeiro, Forense, 2006, v. 3.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: execução e processo cautelar. 38 ed. Rio de Janeiro, Forense, 2005, v. 2.

Bibliografia Complementar:

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. A fazenda pública em juízo. São Paulo: Dialética, 2006.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2006, V. 3.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de direito processual civil: execução e processo cautelar: emendas. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v. 2.

SILVA, Ovídio Baptista da. Procedimentos especiais: exegese do Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Aide, 1989.

WAMBIER, Luiz Rodrigues (Coord.). Curso avançado de processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. V. 3.

VI – AVALIAÇÃO: A avaliação consistirá na aplicação de provas com questões objetivas e/ou subjetivas. Não se pode descurar de uma avaliação contínua, onde se privilegia o aspecto meritório; para tanto, serão utilizados métodos de avaliação que possibilitem a aplicação deste tipo de averiguação de aprendizagem, tais como seminários, leitura de textos dirigidos e outras atividades julgadas pertinentes pelo docente neste processo de ensino-aprendizagem.

4.7.6. - Direito Empresarial I

Nome da Disciplina Direito Empresarial I	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A disciplina tem como escopo o estudo das relações jurídicas entre empresas e empresários, desde o reconhecimento jurídico da atividade empresarial, o conceito jurídico de empresa e os deveres e direitos que gozam estes específicos sujeitos de direito. Assim, analisa-se desde a Teoria Geral da Empresa até a parte inicial do Direito Societário.

II – OBJETIVOS: Preparar o aluno da área jurídica para o estudo dos principais institutos relacionados ao Direito Empresarial dotando-o de conhecimentos básicos e de natureza instrumental, que lhe facilitem a manipulação dos conceitos técnicos dos diversos ramos do Direito. Preparação para o enfrentamento da realidade profissional, procurando demonstrar o funcionamento prático dos setores nos quais deverá atuar. Desenvolvimento do espírito de pesquisa e aprofundamento dos conceitos ensinados bem como o senso crítico em relação às teorias apresentadas.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Apresentação da Disciplina e Introdução (Constitucionalização do Direito Privado);
PONTO 2. Introdução ao Direito Empresarial;
PONTO 3. Teoria Geral da Empresa – A Teoria Poliédrica de Alberto Asquini;
PONTO 4. Regime Jurídico das Empresas;
PONTO 5. Registro de Empresas;
PONTO 6. Propriedade Industrial;
PONTO 7. Introdução ao Direito Societário;
PONTO 8. Teoria Geral do Direito Societário;
PONTO 9. Nome Empresarial;
PONTO 10. Livros Empresariais e Escrituração;
PONTO 11. Exercício da Atividade Empresarial Individual;
PONTO 12. As Sociedades Não Personificadas;
PONTO 13. As Sociedades Contratuais Menores.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica; e fóruns virtuais de discussão temática, com incentivo à participação do aluno, tanto no questionamento quanto nas discussões virtuais possibilitadas com o apoio da ferramenta *moodle*.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial:** Direito de Empresa, vol. 1. 20ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial:** Direito de Empresa, vol. 2. 20ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MAMEDE, Gladstone. **Direito Empresarial Brasileiro:** Empresa e Atuação Empresarial, Vol. 1, 9ª ed. rev., atual., ampli. São Paulo, Atlas, 2016.

MAMEDE, Gladstone. **Direito Empresarial Brasileiro:** Direito Societário: Sociedades simples e empresárias, Vol. 2, 8ª ed. rev. e atual.. São Paulo, Atlas, 2016.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial e de Empresa:** Teoria Geral da Empresa e Direito Societário. Vol. 1. 12ª Ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

CHAGAS, Edilson Enedino das. *Direito Empresarial Esquematizado*. 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 2016.

REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Comercial*, 1º Vol., 34ª ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

TEIXEIRA, Tarcísio. *Direito Empresarial Sistematizado*: doutrina, jurisprudência e prática. 4ª ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

VI – AVALIAÇÃO: A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais (dois exercícios regulares e uma avaliação final para os alunos que não obtiveram média 7 ou superior nos dois exercícios regulares) e da participação do aluno nas aulas presenciais e discussões virtuais possibilitadas com o apoio da ferramenta *moodle*.

4.8 - Ementas das Componentes Curriculares do 8º Período

4.8.1. - Responsabilidade Civil

Nome da Disciplina Responsabilidade Civil	Código	Crédito 3.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 45 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A disciplina tem como escopo o estudo do instituto da Responsabilidade Civil. Nesta, analisa-se o surgimento da obrigação de reparar civilmente, as espécies de responsabilidade, suas peculiaridades, bem como a produção de efeitos.

II – OBJETIVOS: Demonstrar a importância do instituto da Responsabilidade Civil enquanto instrumento de regulamentação social, com influência no cotidiano dos indivíduos, em face das lesões a direitos subjetivos de natureza patrimonial e extrapatrimonial, estabelecendo uma correlação com a realidade fática e a contemporaneidade da matéria, a partir de análise teórica e jurisprudencial.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Noções Gerais. Evolução histórica. Responsabilidade Aquiliana e Contratual. Pressupostos da Responsabilidade Civil.

PONTO 2. Elementos da Responsabilidade Civil. Conduta. Dano. Nexo de Causalidade.

PONTO 3. Dano Moral.

PONTO 4. Responsabilidade Civil do Estado.

PONTO 5. Excludentes da Responsabilidade Civil.

PONTO 6. Responsabilidade Civil Subjetiva. Teoria da Culpa.

PONTO 7. Responsabilidade Civil Objetiva. Teoria do Risco.

PONTO 8. Responsabilidade Civil Por Ato de Terceiro, Pelo Fato da Coisa ou do Animal.

PONTO 9. Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo. Responsabilidade Civil dos Profissionais Liberais.

PONTO 10. Transmissibilidade da obrigação de indenizar e da ação. Direito de regresso. Solidariedade passiva.

PONTO 11. Efeitos da Decisão Criminal Sobre a Indenização no Juízo Cível. Garantias de Indenização.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Carlos Roberto, **Direito Civil Brasileiro**, Responsabilidade Civil, Vol. 4, 11ª ed. São Paulo, Saraiva, 2016.

PAMPLONA Filho, Rodolfo & STOLZE Gagliano, Pablo, **Novo Curso de Direito Civil**, Responsabilidade Civil, Vol. 3, 14ª ed. São Paulo, Saraiva, 2016.

CAVALIERI Filho, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**, 12ª ed. São Paulo, Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar:

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de, Curso de Direito Civil – Responsabilidade Civil - Vol. 3 - 3ª ed. São Paulo, Atlas, 2016.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro - Vol. 7 – Responsabilidade Civil - 29ª ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais de unidade.

4.8.2. - Direito Financeiro e Tributário II

Nome da Disciplina Direito Financeiro e Tributário II	Código	Crédito 5.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 75 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Estabelecer a realidade prática do STN no Brasil, abordando os tributos em espécie, com base na Carta Magna de 1988 e no CTN. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. Processo Administrativo e Processo Judicial Tributário.

II – OBJETIVOS: Entender os impostos descritos nos artigos 153 a 156 da CF de 1988, além da estrutura aplicativa das taxas, empréstimos compulsórios, contribuições sociais e contribuições de melhoria, além dos mecanismos para entender a fazenda pública em juízo e os mecanismos de defesa. Entender cada um dos impostos federais, estaduais e municipais, as garantias e privilégios do crédito tributário, o processo administrativo e o processo judicial.

III – CONTEÚDOS:

I UNIDADE

1. REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS.
2. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: O CTN X A CF De 1988.
3. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.
4. DÍVIDA ATIVA E PROCESSO DE INSCRIÇÃO DOS DEVEDORES.
5. IMPOSTOS FEDERAIS.
 - 4.1. Imposto de importação
 - 4.2. Imposto de exportação
 - 4.3. Imposto sobre produtos industrializados
 - 4.4. Imposto sobre operações financeiras
 - 4.5. Imposto territorial rural
 - 4.6. Imposto sobre a renda

II UNIDADE

5. IMPOSTOS ESTADUAIS.
 - 5.1. Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços.
 - 5.2. Imposto sobre a transmissão causa mortis e doação
 - 5.3. Imposto sobre a propriedade de veículos automotivos
6. IMPOSTOS MUNICIPAIS.
 - 6.1. Imposto sobre serviços.
 - 6.2. Imposto predial territorial urbano.
 - 6.3. Imposto sobre a transmissão de bens imóveis
7. PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES
 - 7.1. Federais.
 - 7.2. Estaduais e do DF.
 - 7.3. Municipais e do DF.

8. TAXAS
9. EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS
10. CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA.
11. PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.
12. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, Paulo de Barros: **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARTINS, Sérgio Pinto: **Manual de direito tributário**. São Paulo: Atlas, 2003.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALEXANDRINO, Marcelo e PAULO, Vicente. **Direito Tributário na Constituição e no STF**. Niterói: Impetus, 2007.

BALEEIRO, Aliomar: **Direito Tributário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1997.

COLNAGO, Rodrigo. **Direito Financeiro e Econômico (perguntas e respostas)**. São Paulo: Saraiva, 2009.

ICHIHARRA, Yoshiaki. **Direito Tributário**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Ives Gandra da Silva: **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____ (Coord.): **Direitos fundamentais do contribuinte**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

PASCOAL, Valdecir. **Direito Financeiro e Controle Externo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VELLOSO, Andrei Pitten. **Constituição Tributária Interpretada**. São Paulo: Atlas, 2007.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.8.3. - Ética Geral e Jurídica

Nome da Disciplina Ética Geral e Jurídica	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: O conhecimento a respeito dos fenômenos humanos, precisa ser submetido a um olhar crítico, capaz de explicitar suas condições de existência e seu processo de construção. Tal atitude é especialmente relevante no que diz respeito ao fenômeno moral, sua contextualização e exercício. Nessa disciplina o aluno terá um contato inicial com as grandes correntes da ética e suas relações com a justiça e o direito, permitindo-lhe desenvolver instrumental teórico básico de entendimento dos fenômenos acima citados, a partir de perspectivas de análise distintas e centradas nos pensadores clássicos e contemporâneos.

II – OBJETIVOS:

1. Elaborar enfoque crítico sobre as condições de existência do fenômeno moral.
2. Refletir sobre os fenômenos sociais dentro da perspectiva da ética, do direito e da prática jurídica.
3. Estabelecer relações entre moral, direito e dever.
4. Formular uma interpretação crítica da realidade social e das condições de possibilidade da concretização do exercício no dever-ser.

III – CONTEÚDOS:

1. O fenômeno moral, sua essência e fundamento:
 - 1.1 A existência histórica do indivíduo e a finalidade da vida ética.
 - 1.2 Os valores e o dever-ser.
 - 1.3 A ética como filosofia moral.
 - 1.4 Os pressupostos da moral.
2. As grandes correntes na ética.
 - a. A antiguidade clássica: Sócrates, Aristóteles e Epicuro.
 - b. A modernidade: Hume, Spinoza e Kant.
 - c. A contemporaneidade: Hegel, Nietzsche, Habermas e Tugendat.
3. Ética, moral, justiça e direito
 - 3.1 A ordem moral objetiva:
 - 3.2 Lei, direito e dever.
 - 3.3 Leis naturais e leis éticas
 - 3.4 Bem pessoal e bem coletivo.
4. A conduta ética no exercício das atividades jurídicas.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

Aulas expositivas com apresentações de slides, filmes e documentários em data show.
Apresentação de seminários e interpretações teatrais.
Elaboração de papers e artigos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

BITTAR, C.B. Eduardo. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional**. São Paulo: Saraiva, 2010.

COSTA, Elcias Ferreira da. **Deontologia jurídica, ética nas profissões jurídicas**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

NALINI, José R. **Ética geral e profissional**. São Paulo: RT, 2009.

Bibliografia Complementar:

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MAMEDE, Gladston. **A advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008.

PERELMAN, Chain. **Ética e direito**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

TUGENDHAT, Ernst. **Lições sobre ética**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

WILLIAMS, Bernard. **Moral: uma introdução à ética**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

VI – AVALIAÇÃO:

Avaliar é verificar a correspondências entre os objetivos traçados para a disciplina e o seu alcance. À vista disso, tem-se por imprescindível a fragmentação da avaliação, de modo a romper com modelo (tradicional) que cria um momento específico (prova) como ato avaliatório. Assim, a realização de seminários, trabalhos, bem como testes preparatórios, formarão, juntamente com a “prova” um “contexto de avaliação” visando as notas dos exercícios de cada unidade.

4.8.4. - Direito Urbanístico e Ambiental

Nome da Disciplina	Código	Crédito
--------------------	--------	---------

Direito Urbanístico e Ambiental		4.0
---------------------------------	--	-----

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus Arcoverde</i>	Carga Horária 60 h/a
---	-------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Noções Introdutórias do Direito Ambiental; Consciência ecológica e educação ambiental. Ética ambiental e cidadania. Visões sobre o ambiente; Legislação Internacional Ambiental: Declaração de Estocolmo, PNUMA, Rio 92; Princípios em matéria ambiental; Fontes do Direito Ambiental; Autonomia do Direito Ambiental; Relação do Direito Ambiental com outros ramos do Direito. Constituição Federal e Meio Ambiente: comentários sobre as normas constitucionais específicas, gerais e de competência; Sistema Nacional de Meio Ambiente: estrutura, órgãos e competências; Política Nacional de Meio ambiente (Lei nº 6.938/1981): instrumentos da PNMA; Prevenção e Reparação do Dano Ambiental: aspectos e teorias. Crimes Ambientais; Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) e o Código Florestal (Lei nº 12.651); Noções Gerais de Direito Urbanístico: conceitos principais e princípios; Da Ordenação, do Uso e da Ocupação do Solo Urbano. Do Parcelamento Urbanístico do Solo (Lei nº 6.766/1979); Instrumentos de atuação urbanística. Dos instrumentos de controle urbanístico.

II – OBJETIVOS: Apresentar e discutir, criticamente e de forma integrada, os principais aspectos do Direito Ambiental e Urbanístico e das práticas sociais, políticas e institucionais; Transmitir o conhecimento das teorias e das legislações relativas ao Direito Ambiental em alguns ramos do Direito, capacitando os futuros profissionais da necessidade do estudo sistemático do Direito Ambiental, em face da realidade brasileira; e, Demonstrar a importância da participação do operador do direito no processo de salvaguarda de um ambiente compatível com a digna existência humana, pela via da aplicabilidade das normas constitucionais e infraconstitucionais de Direito Ambiental.

III – CONTEÚDOS:

1. Consciência ecológica e educação ambiental. Ética ambiental e cidadania. Lei nº 9.795/1999. Visões sobre o ambiente;
2. Princípios do Direito Ambiental. Legislação Internacional Ambiental: Declaração de Estocolmo, PNUMA, Rio 92; Fontes do Direito Ambiental;
3. Autonomia do Direito Ambiental; Relação do Direito Ambiental com outros ramos do Direito.
4. Constituição Federal e Meio Ambiente: comentários sobre as normas constitucionais específicas, gerais e de competência;
5. Sistema Nacional de Meio Ambiente: estrutura, órgãos e competências;
6. Política Nacional de Meio ambiente (Lei nº 6.938/1981): instrumentos da PNMA;
7. Prevenção e Reparação do Dano Ambiental: aspectos e teorias.
8. Crimes Ambientais;
9. Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) e o Código Florestal (Lei nº 12.651);
10. Noções Gerais de Direito Urbanístico: conceitos principais e princípios;
11. Da Ordenação, do Uso e da Ocupação do Solo Urbano.

12. Do Parcelamento Urbanístico do Solo (Lei nº 6.766/1979);
13. Instrumentos de atuação urbanística.
14. Dos instrumentos de controle urbanístico.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas e dialogadas com o auxílio dos seguintes instrumentos/ações: realização de atividades em sala e extraclasse, resolução de casos práticos, discussões a partir de filmes e leituras prévias, assim como apresentação de resenhas e seminários.

V – BIBLIOGRAFIA:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 8. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005.

_____. **Jurisprudência ambiental brasileira**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 1995.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Manual de Direito Ambiental e Legislação aplicável**. São Paulo: Max Limonad, 1997.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 9. ed. rev., atual. e ampl.. São Paulo: Malheiros, 2001.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1994.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Ruben Morato (Orgs.). **Direito constitucional ambiental**. Curitiba: Juruá, 2007.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2002.

FREITAS, Vladimir Passos de; FREITAS, Gilberto Passos de. **Crimes contra a natureza**. 6. ed. São Paulo: RT, 2000.

VI – AVALIAÇÃO: De caráter reflexivo e continuado, tendo a intersecção entre a frequência e a participação em sala de aula como pontos de partida, além da avaliação nas atividades propostas nas avaliações institucionais.

4.8.5. - Direitos Humanos

Nome da Disciplina Direitos Humanos	Código	Crédito 4.0
Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde		Carga Horária 60 h/a

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: 1. Desenvolvimento histórico dos Direitos Humanos; 2. Fundamentos dos Direitos Humanos; 3. Universalismo e Relativismo Cultural; 4. Proteção internacional dos direitos humanos; 4.1 Sistema Global; 4.2 Sistemas Regionais; 4.3 Sistema Interamericano; 5. Violência, Ditaduras e Direitos Humanos; 5.1 Justiça de Transição; 6. Estado Democrático de Direito e Direitos Humanos no Brasil; 7. Minorias, processos de afirmação e defesa dos direitos humanos no Brasil; 7.1 Racismo, questão racial e Direitos Humanos; 7.2 Questão Indígena e Direitos Humanos; 7.3 Meio Ambiente, desenvolvimento, Povos Tradicionais e Direitos Humanos; 7.4 Infância, Adolescência e Direitos Humanos; 7.5 Pessoa idosa e Direitos Humanos; 7.6 Direitos feminis no Brasil e a questão humanista; 7.7 Minorias sexuais e Direitos Humanos; 7.8 Religião, intolerância e a questão humanista; 7.9 Globalização, liberdade de expressão e a questão humanista; 7.10 Trabalho escravo, tráfico de pessoas e Direitos Humanos; 7.11 Violência Urbana e Direitos Humanos; 7.12 Segurança Pública e Direitos Humanos; 7.13 Cárcere e Direitos Humanos; 7.14 Saúde Mental e Direitos Humanos; 7.15 Guerra às drogas, questões sociais e Direitos Humanos; 7.16 Defensores de Direitos Humanos no Brasil;

II – OBJETIVOS: Pensar e posicionar-se criticamente sobre a realidade social que circunda a diversidade humana; Agir como sujeitos de transformação na aplicação do Direito, visando o engajamento em prol dos direitos humanos e da cidadania; Ultrapassar a reprodução técnica e positivista do Direito, incorporados pelo discurso jurídico vigente; Alcançar um saber mais reflexivo e humanista sobre a complexidade da defesa e da afirmação dos direitos humanos; e, Relacionar a atuação e a compreensão dos direitos humanos a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

III – CONTEÚDOS:

1. Desenvolvimento histórico dos Direitos Humanos; Fundamentos dos Direitos Humanos.
2. Universalismo e Relativismo Cultural. Multiculturalismo. Universalismo do Confluência.
3. Proteção internacional dos direitos humanos; Sistema Global; Sistemas Regionais; Sistema Interamericano.
4. Violência, Ditaduras e Direitos Humanos.
5. Justiça de Transição.
6. Racismo e questão racial.
7. Questão Indígena. Meio ambiente, desenvolvimento e Povos Tradicionais.
8. Primeira Avaliação de Aprendizagem.

9. Infância e Adolescência. Pessoa idosa.
10. Direitos feminis no Brasil. Minorias sexuais.
11. Religião e intolerância. Globalização e liberdade de expressão.
12. Trabalho escravo. Tráfico de Pessoas.
13. Violência Urbana. Cárcere e direitos humanos.
14. Saúde Mental. Guerra às drogas e questões sociais.
15. Defensores de Direitos Humanos no Brasil.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas e dialogadas com o auxílio dos seguintes instrumentos/ações: realização de atividades em sala e extraclasse, resolução de casos práticos, discussões a partir de filmes e leituras prévias, assim como apresentação de resenhas e seminários.

V – BIBLIOGRAFIA:

BIBLIOGRAFIA GERAL

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** São Paulo: Saraiva, 2008.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FERREIRA FILHO, M. Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais.** 9. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2007.

HERKENHOF, João Batista. **Curso de direitos humanos: gênese dos direitos humanos.** vol. I. São Paulo: Acadêmica, 1994.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história.** Trad.: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e direito constitucional internacional.** São Paulo: Saraiva. 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, José Augusto Lindgren. **Os direitos humanos como tema global.** São Paulo: Perspectiva, 2003.

BICUDO, Hélio. **Defesa dos direitos humanos: sistemas regionais.** Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, vol. 17, nº. 47, São Paulo, Jan./Abr. 2003.

CARVALHO, Oscar de. **Gênese e evolução dos direitos humanos fundamentais**. Revista Divisão Jurídica - Instituto de Pesquisas e Estudos. nº. 34, abr./jul., Faculdade de Direito de Bauru, 2002.

CHAUÍ, M. Direitos humanos e medo. In: FESTER, A. C. R. (org.) **Direitos humanos e...** São Paulo: Brasiliense, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Sobre o fundamento dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Campus, 1964.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Um breve histórico dos direitos humanos. In: CARVALHO, José Sérgio (org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo**. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo. 2008.

PIOVESAN, F. MARCÍLIO, M. L. (org.). **A declaração universal dos direitos humanos**. Sessenta anos: sonhos e realidade. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. Rio de Janeiro, 2005.

RIZZINI, Irene, RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.

TELES, Vera da Silva. **Sociedade civil, direitos e espaços públicos**. São Paulo: Instituto Polis, 1994.

VI – AVALIAÇÃO: De caráter reflexivo e continuado, tendo a intersecção entre a frequência e a participação em sala de aula como pontos de partida, além da avaliação nas atividades propostas nas avaliações institucionais.

4.8.6. - Direito Empresarial II

Nome da Disciplina Direito Empresarial II	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A disciplina tem como escopo o estudo das diversas espécies de arranjos societários admitidos e reconhecidos pelo ordenamento jurídico, bem como dos principais títulos de crédito em uso. Assim, analisa-se desde as regras jurídicas definidas para as sociedades simples, passando pelas sociedades empresárias mais complexas, como a Limitada e a

Sociedade por Ações. Ao final do curso, estudam-se os principais Títulos de Crédito próprios do Direito Empresarial.

II – OBJETIVOS: Preparar o aluno da área jurídica para o estudo dos principais institutos relacionados ao Direito Empresarial dotando-o de conhecimentos básicos e de natureza instrumental, que lhe facilitem a manipulação dos conceitos técnicos dos diversos ramos do Direito. Preparação para o enfrentamento da realidade profissional, procurando demonstrar o funcionamento prático dos setores nos quais deverá atuar. Desenvolvimento do espírito de pesquisa e aprofundamento dos conceitos ensinados bem como o senso crítico em relação às teorias apresentadas.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Sociedades Simples;
PONTO 2. Sociedades Limitadas;
PONTO 3. Sociedades por Ações;
PONTO 4. Transformações Sociais: fusão, incorporação, cisão e transformação;
PONTO 5. Dissolução de Sociedades;
PONTO 6. Teoria Geral dos Títulos de Crédito;
PONTO 7. Letra de Câmbio;
PONTO 8. Nota Promissória;
PONTO 9. Protesto;
PONTO 10. Ações Cambiais;
PONTO 11. Cheque;
PONTO 12. Duplicatas;
PONTO 13. Outros Títulos de Crédito (impróprios).

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica; e fóruns virtuais de discussão temática, com incentivo à participação do aluno, tanto no questionamento quanto nas discussões virtuais possibilitadas com o apoio da ferramenta *moodle*.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial:** Direito de Empresa, vol. 1. 20ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial:** Direito de Empresa, vol. 2. 20ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MAMEDE, Gladstone. **Direito Empresarial Brasileiro:** Direito Societário: Sociedades simples e empresárias, Vol. 2, 8ª ed. rev. e atual.. São Paulo, Atlas, 2016.

MAMEDE, Gladstone. **Direito Empresarial Brasileiro:** Títulos de Crédito, Vol. 3, 9ª ed. rev. e atual. São Paulo, Atlas, 2016.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial e de Empresa**: Teoria Geral da Empresa e Direito Societário. Vol. 1. 12ª Ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial e de Empresa**: Títulos de crédito e contratos empresariais. Vol. 2. 5ª Ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

CHAGAS, Edilson Enedino das. **Direito Empresarial Esquematizado**. 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 2016.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**, 2º Vol., 31ª ed. São Paulo, Saraiva, 2014.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Empresarial Sistematizado**: doutrina, jurisprudência e prática. 4ª ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

VI – AVALIAÇÃO: A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais (dois exercícios regulares e uma avaliação final para os alunos que não obtiveram média 7 ou superior nos dois exercícios regulares) e da participação do aluno nas aulas presenciais e discussões virtuais possibilitadas com o apoio da ferramenta *moodle*.

4.9 - Ementas das Componentes Curriculares do 9º Período

4.9.1. - Medicina Legal

Nome da Disciplina Medicina Legal	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus</i> Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
--	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA:

Introdução ao Estudo da Medicina Legal; A aplicabilidade da Medicina na prática do Direito Penal; Conhecimentos da Traumatologia, Toxicologia, Tanatologia e Sexologia Forense. Psicologia e Psiquiatria forense.

II – OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL

Proporcionar ao alunado condições para um aprendizado eficiente da disciplina, dentro de um modelo de estudo e de pesquisa focalizando sua estreita relação com as ciências criminais, bem como com os demais ramos das ciências jurídicas, e da Medicina.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar as principais concepções e funções da Medicina Legal;

Discutir a importância da Medicina Legal de maneira ética, crítica e reflexiva;

Refletir sobre a abrangência da Medicina Legal e sua avaliação dentro das ciências jurídicas;

Analisar e discutir a política de avaliação da Medicina Legal Geral e Especial no âmbito do Direito Penal Brasileiro

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Introdução ao Estudo da Medicina Legal. Conceito, Função e Objetivos da Medicina Legal. A Relação entre Medicina Legal e as Ciências Jurídicas e, em especial, às ciências criminais (Direito Penal, Processo Penal e Criminologia).

PONTO 2. Identificação médico-legal: Perícia e Peritos: Local; requisição; objeto; divergência entre peritos, perícia contraditória. Identificação médico-legal (físico): raça; sexo; estatura; idade; dentição; machas; sinais individuais; sinais profissionais; DNA (perfil). Datiloscopia: Sistemas Decadatilares. Sistema Monodátilar.

PONTO 3. Traumatologia Forense: Classificação médico-legal da causalidade do dano. Energia: física, mecânica, química, físico-química. Instrumentos perfurantes: Lesões. Caracteres. Instrumentos Cortantes: Lesões. Caracteres. Identificação genérica, específica, individual. Feridas de defesa. Esgorjamento. Degolamento. Decapitação. Instrumentos Contundentes: escoriações, equimoses, lesões produzidas por instrumentos contundentes. Instrumentos Corto-contundentes. Instrumentos Pérfuro-contundentes. Comoção cerebral. Comoção Medular. Choque. Coma. Inibição cardíaca. Hemorragia. Embolia. Armas de fogo. Lesões Corporais (art. 29 CP): leve, grave e gravíssima. Lesões mortais.

PONTO 4. Tanatologia Forense: Destino dos cadáveres. Inumação. Exumação. Cremação. Embalsamento. Imersão. Ossários. Destruição por animais. Mastabas. Pirâmides. Lipogeu. Fenômenos Cadavéricos. Tanatognose. Rigidez cadavérica. Putrefação. Maceração. Mumificação. Saponificação.

PONTO 5. Toxicologia Forense: Envenenamento. Embriaguez alcoólica. Psicotrópicos.

PONTO 6. Sexologia Forense: Perícia na conjunção carnal. Estupro e Estupro de Vulnerável. Atos libidinosos diversos da Conjunção Carnal. Problemas Periciais.

Fecundação. Gravidez. Parto. Aborto legal e criminoso. Infanticídio. Investigação da paternidade e da maternidade. Impedimentos matrimoniais. Aberrações sexuais. Suicídio.

PONTO 7. Psicologia e Psiquiatria forense: Conceitos: Psicologia. Psiquiatria. Neurologia. Psicanálise. Psicoses. Oligofrenias. Neuroses. Personalidades psicopatas. Demência senil. Epilepsia. Paranoia. Parafrenia.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

A disciplina terá abordagem interdisciplinar no plano teórico, por meio de textos e outros materiais didáticos de profissionais e/ou intelectuais de outras áreas como do Serviço Social, da Psicologia, da História, da Antropologia etc. Do mesmo modo, buscar-se-á articular os temas tratados com outras áreas do Direito e das Ciências Criminais em geral. Também podem realizadas atividades práticas como, por exemplo, visitas técnicas a instituições, sempre buscando interlocução com os diversos atores de diferentes áreas, como peritos, médicos-forenses, criminólogos, juízes, policiais, agentes de segurança, etc.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

BENFICA, Francisco Silveira; VAZ, M. Medicina legal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
CROCE, Delton; CROCE JÚNIOR, Delton. Manual de medicina legal. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
GALVÃO, Luis Carlos Cavalcante. Medicina Legal. 1ª ed. São Paulo: Editora Santos, 2008.
GOMES, Hélio. Medicina Legal. 33ª ed. Freitas Bastos Editora. Rio de Janeiro, 2008.

Bibliografia Complementar:

CARDOSO, Leonardo Mendes. Medicina Legal para o Acadêmico de Direito. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2009.
FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina legal. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
FREIRE, José Josefran Berto. Medicina Legal: Fundamentos Filosóficos. 1ª Ed. São Paulo: Editora Leud, 2010.
HERCULES, Hygino de C. Medicina Legal – Texto e Atlas. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.
MARANHÃO, Odon Ramos. Curso Básico de Medicina Legal. 8ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2005.

VI – AVALIAÇÃO:

A avaliação consistirá na aplicação de provas com questões objetivas e/ou subjetivas. Não se pode descurar de uma avaliação contínua, onde se privilegia o aspecto meritório; para tanto, serão utilizados métodos de avaliação que possibilitem a aplicação deste tipo de averiguação de

aprendizagem, tais como seminários, leitura de textos dirigidos e outras atividades julgadas pertinentes pelo docente neste processo de ensino-aprendizagem.

4.9.2. - Trabalho de Conclusão de Curso I

Nome da Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I – TCC I	Código	Crédito
---	--------	---------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus Arcoverde</i>	Carga Horária h/a
--	-----------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Elaboração de proposta de trabalho científico e/ou tecnológico, envolvendo temas abrangidos pelo curso.

II – OBJETIVOS:

1. Elaborar projetos de pesquisa;
2. Desenvolver capacidade de leitura e síntese de texto técnico científico;
3. Desenvolver escrita formal para elaboração de projetos e monografias;
4. Praticar a apresentação em público.

III – CONTEÚDOS:

Orientação na elaboração do projeto de trabalho de conclusão de curso, realizada em conjunto com o professor orientador, desde o levantamento e fichamento bibliográfico para fundamentação teórica até o desenvolvimento dos tópicos: introdução, objetivos, materiais e métodos, resultados esperados, cronograma e referências bibliográficas. Orientação da escrita de acordo com as normas de trabalhos acadêmicos da UPE.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

GERAL

CARVALHO, M. C. M. Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. 5ª ed. Campinas (SP): Papirus, 1995.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo, Cortez, 1991.

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo, Atlas, 1985. 5. FAZENDA, I. et al. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo, Cortez, 1991.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo, Atlas, 1985.

COMPLEMENTAR

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação. Disponível em:

<http://www.abnt.org.br/default.asp?resolucao=1024X768>

2. _____. NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

3. _____. NBR 6028: Informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

4. _____. NBR 10520: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

5. _____. NBR 6023: Informação e documentação: referências: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

VI – AVALIAÇÃO: elaboração e apresentação do projeto de pesquisa.

4.9.3. - Legislação Penal Extravagante

Nome da Disciplina Legislação Penal Extravagante	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus</i> Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
--	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Introdução à Legislação Extravagante do Direito Penal. Aspectos constitucionais: mandamentos constitucionais de criminalização; responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica e Garantismo Constitucional; Hiperinflação penal e Legislação Extravagante. Crimes Hediondos. Crime de Tortura. Legislação Antidrogas. Crime de Terrorismo. Crime de Abuso de Autoridade. Crimes de Racismo. Crimes Contra a Ordem Econômica, Tributária e as Relações de Consumo. Crime de Lavagem de Dinheiro. Crimes contra a Ordem Financeira. Crimes do Estatuto do Desarmamento. Crimes de Trânsito.

II – OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL

Possibilitar ao discente o estudo sobre as principais categorias do Direito Penal, através de uma perspectiva crítica e contextualizada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Possibilitar ao aluno uma análise crítica dos fundamentos do direito penal tendo como base sua construção e edificação histórica pós-revoluções burguesas do séc. XVII e XVIII.

Trazer ao aluno o conhecimento dos princípios do direito penal tendo como base a Constituição Federal de 1988.

Preparar o aluno no conhecimento das Legislações Extravagantes, ministrando-lhe ensinamentos sobre os crimes constantes nestas legislações.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Introdução à Legislação Extravagante do Direito Penal.

PONTO 2. Aspectos constitucionais: mandamentos constitucionais de criminalização; responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica e Garantismo Constitucional; Hiperinflação penal e Legislação Extravagante

PONTO 3. Crimes Hediondos

PONTO 4. Crimes de Tortura

PONTO 5. Legislação Antidrogas

PONTO 6. Crime de Terrorismo

PONTO 7. Crime de Abuso de Autoridade

PONTO 8. Crimes de Racismo

PONTO 9. Crimes Contra a Ordem Econômica, Tributária e as Relações de Consumo. Crime de Lavagem de Dinheiro. Crimes contra a Ordem Financeira.

PONTO 10. Crimes do Estatuto do Desarmamento.

PONTO 11. Crimes de Trânsito.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Legislação Penal Especial**. São Paulo: Saraiva, 2015.

DELMANTO, Roberto; *Et al.* **Leis Penais Especiais Comentadas**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MORAIS, Alexandre de; SMANIO, Gianpaolo. **Legislação Penal Especial**. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

DELMANTO, Celso et al. **Código Penal comentado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Legislação Criminal Especial Comentada**. 4ª Ed. Salvador: Juspodvim, 2016.

MONTENEGRO, Marília. **Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

COIMBRA, Mário. **Tratamento Injusto Penal de Tortura**. São Paulo: RT, 2002.

FRANCO, Alberto Silva; LIRA, Rafael; FELIX, Yuri. **Crimes Hediondos**. São Paulo: RT, 2007.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.346/06**. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.9.4. - Direito Empresarial III

Nome da Disciplina Direito Empresarial III	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A disciplina tem como escopo o estudo das diversas espécies de contratos empresariais admitidos e reconhecidos pelo ordenamento jurídico, bem como das regras e conceitos próprios dos procedimentos especiais de recuperação judicial e falências de empresas e empresários no direito brasileiro. Assim, analisam-se tanto as regras jurídicas pré-definidas para os contratos empresariais, como os procedimentos legais impostos para a Falência e a Recuperação de Empresas.

II – OBJETIVOS: Preparar o aluno da área jurídica para o estudo dos principais institutos relacionados ao Direito Empresarial dotando-o de conhecimentos básicos e de natureza instrumental, que lhe facilitem a manipulação dos conceitos técnicos dos diversos ramos do Direito. Preparação para o enfrentamento da realidade profissional, procurando demonstrar o funcionamento prático dos setores nos quais deverá atuar. Desenvolvimento do espírito de pesquisa e aprofundamento dos conceitos ensinados bem como o senso crítico em relação às teorias apresentadas.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Introdução aos Contratos Empresariais;
PONTO 2. Contratos Bancários, de Faturização e de Cartão de Crédito;
PONTO 3. Contratos de Arrendamento Mercantil e de Alienação Fiduciária;

PONTO 4. Contrato de Franquia;
PONTO 5. Contrato de Locação Empresarial e em Shopping Centers;
PONTO 6. Contratos de Confiança e Representação: Agência, Distribuição, Comissão, Concessão, Mandato, Gestão de Negócios, Corretagem e Representação Comercial;
PONTO 7. Introdução ao Direito Falimentar;
PONTO 8. Disposições Comuns à Recuperação Judicial e à Falência;
PONTO 9. Verificação e Habilitação de Créditos;
PONTO 10. Administrador Judicial;
PONTO 11. Participação dos Credores;
PONTO 12. Recuperação Judicial e Extrajudicial de Empresas;
PONTO 13. Falências.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica; e fóruns virtuais de discussão temática, com incentivo à participação do aluno, tanto no questionamento quanto nas discussões virtuais possibilitadas com o apoio da ferramenta *moodle*.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial:** Direito de Empresa, vol. 3. 17ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MAMEDE, Gladstone. **Direito Empresarial Brasileiro:** Falência e Recuperação de Empresas, Vol. 4, 6ª ed. São Paulo, Atlas, 2014.

MAMEDE, Gladstone. **Direito Empresarial Brasileiro:** Teoria Geral dos Contratos, Vol. 5, 2ª ed. São Paulo, Atlas, 2014.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial e de Empresa:** Títulos de crédito e contratos empresariais. Vol. 2. 5ª Ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial e de Empresa:** Recuperação de Empresas e Falência. Vol. 3. 10ª Ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

CHAGAS, Edilson Enedino das. **Direito Empresarial Esquematizado.** 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 2016.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Empresarial Sistematizado:** doutrina, jurisprudência e prática. 4ª ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

VI – AVALIAÇÃO: A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais (dois exercícios regulares e uma avaliação final para os alunos que não obtiveram média 7 ou superior nos dois exercícios regulares) e da participação do aluno nas aulas presenciais e discussões virtuais possibilitadas com o apoio da ferramenta *moodle*.

4.10 - Ementas das Componentes Curriculares do 10º Período

4.10.1. - Trabalho de Conclusão de Curso II

Nome da Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II	Código	Crédito
---	--------	---------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus Arcoverde</i>	Carga Horária h/a
--	-----------------------------

PROGRAM A D E DISCIPLINA

I – EMENTA: Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso.

II – OBJETIVOS:

1. Apresentar o tema investigado como um Trabalho de Conclusão de Curso;
2. Executar e finalizar o plano de trabalho estabelecido junto com o orientador, para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso
3. Ao final da disciplina o aluno deverá ser capaz de executar e finalizar um projeto de pesquisa que resultará no trabalho final de conclusão de curso, sob orientação de um docente responsável cumprindo todas as etapas de um trabalho científico.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Recomendações para apresentação de trabalhos científicos conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

PONTO 2. Execução das etapas de uma pesquisa científica.

PONTO 3. Aspectos ético-legais em pesquisa científica.

PONTO 4. Propriedade intelectual em pesquisa.

PONTO 5. Elaboração do relatório de pesquisa.

PONTO 6. Divulgação de pesquisas científicas.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

GERAL

CARVALHO, M. C. M. Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. 5ª ed. Campinas (SP): Papirus, 1995.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo, Cortez, 1991.

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo, Atlas, 1985.

FAZENDA, I. et al. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo, Cortez, 1991.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo, Atlas, 1985.

COMPLEMENTAR

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/default.asp?resolucao=1024X768>
2. _____. NBR 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.
3. _____. NBR 6028: Informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
4. _____. NBR 10520: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
5. _____. NBR 6023: Informação e documentação: referências: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

VI - AVALIAÇÃO: execução do plano de trabalho e apresentação do projeto de pesquisa.

4.11 - Ementas das Componentes Curriculares Eletivas

4.11.1. - Direito do Trabalho e Teoria Social Crítica

Nome da Disciplina Direito do Trabalho e Teoria Social Crítica	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h.a.
---	---------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: 1. O TRABALHO LIVRE/SUBORDINADO/ASSALARIADO E SUA DEMARCAÇÃO HISTÓRICA. 2. A DESCONSTRUÇÃO DO TRABALHO LIVRE/SUBORDINADO/ASSALARIADO COMO OBJETO DO DIREITO DO TRABALHO. 3. A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO OPERÁRIA E DO SINDICALISMO. SUA DIMENSÃO REFORMISTA/REVOLUCIONÁRIA. 4. OS SENTIDOS DO TRABALHO NO CONTEXTO DA SOCIOLOGIA DO TRABALHO CRÍTICA. 5. A CULTURA E O PODER DAS ORGANIZAÇÕES NO CONTEXTO DA TEORIA ORGANIZACIONAL CRÍTICA. 6. AS TEORIAS DAS FONTES NO DIREITO DO TRABALHO. 7. A RECONFIGURAÇÃO DOS

PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO. 8. A RECONFIGURAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO DIREITO DO TRABALHO. 9. OS QUADRANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. 10. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS RELAÇÕES COM AS RELAÇÕES INDIVIDUAIS E COLETIVAS DE TRABALHO.

II – OBJETIVOS:

1. Desenvolver, no plano jurídico-científico, o estudo do Direito do Trabalho, no sentido da construção de sólida base teórica da disciplina;
2. Estimular e capacitar os alunos à reflexão sobre os aspectos mais relevantes dos seus principais institutos;
3. Suscitar o desenvolvimento da avaliação crítica dos alunos.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. O TRABALHO LIVRE/SUBORDINADO/ASSALARIADO E SUA DEMARCAÇÃO HISTÓRICA.

PONTO 2. A DESCONSTRUÇÃO DO TRABALHO LIVRE/SUBORDINADO/ASSALARIADO COMO OBJETO DO DIREITO DO TRABALHO.

PONTO 3. A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO OPERÁRIA E DO SINDICALISMO. SUA DIMENSÃO REFORMISTA/REVOLUCIONÁRIA.

PONTO 4. OS SENTIDOS DO TRABALHO NO CONTEXTO DA SOCIOLOGIA DO TRABALHO CRÍTICA.

PONTO 5. A CULTURA E O PODER DAS ORGANIZAÇÕES NO CONTEXTO DA TEORIA ORGANIZACIONAL CRÍTICA.

PONTO 6. AS TEORIAS DAS FONTES NO DIREITO DO TRABALHO.

PONTO 7. A RECONFIGURAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO.

PONTO 8. A RECONFIGURAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO DIREITO DO TRABALHO.

PONTO 9. OS QUADRANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

PONTO 10. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS RELAÇÕES COM AS RELAÇÕES INDIVIDUAIS E COLETIVAS DE TRABALHO.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

BIBLIOGRAFIA

Específica sobre Movimentos Sociais e Teorias dos Movimentos Sociais.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.*

Perdizes, SP: Boitempo, 2006.

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança. Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997. Aborda, noutra obra, a experiência brasileira.

_____. *Histórias dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Orgs). *Movimentos Sociais na Era da Globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2012.

HOBBSBAWM, Eric. J. *A Era do Capital – 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs). *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais. Diálogos para uma práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Trabalhar o mundo: Os caminhos do novo internacionalismo operário**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARICATO, Hermínia [...] [et al.] *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Mario, 2013.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classe e Movimento Social*. São Paulo: Cortez, 2011.

NABUCO, Ary. *Hackerativismo. A guerra Instalada no mundo virtual*. São Paulo: Revista Caros Amigos, ano XVI, n. 184, 2012, pp.39-43.

PAGES, M; BONETTI, M; GUALEJAC, V de; DESCENDRE, D. **O Poder das Organizações: A Dominação das Multinacionais Sobre os Indivíduos**. São Paulo: Atlas, 1987.

SENNETT, R. **A Corrosão do Caráter: Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo**. São Paulo: Record, 1999.

Específica de Teoria Jurídico-trabalhista crítica.

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. *Direito do Trabalho e Pós-modernidade. Fundamentos para uma teoria geral* (2005).

_____. *O Direito do Trabalho na Filosofia e na Teoria Social Crítica. Os sentidos do Trabalho na Cultura e no Poder das Organizações*. São Paulo: LTr, 2014.

BERNARDES, Maria Clara. **A Livre Circulação de Trabalhadores no Mersocul e na União Europeia**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

COUTINHO, Aldacy Rachid. *Poder Punitivo Trabalhista*. São Paulo: LTr, 1999.

D'ANGELO, Isabele de Moraes. *A Subordinação no Direito do Trabalho. Para ampliar os cânones da proteção, a partir da economia social e solidária*. São Paulo: LTr, 2014.

ESTEVES, Juliana Teixeira. *O Direito da Seguridade Social e da Previdência Social. A Renda Universal Garantida. A taxação dos fluxos financeiros internacionais e nova proteção social*. Recife: Editora UFPE, 2015.

LIRA Fernanda Barreto. *A Greve e os Novos Movimentos Sociais. Para além da dogmática jurídica e da doutrina da OIT*. São Paulo: LTr, 2009.

MELHADO, Reginaldo. *Poder e Sujeição: os fundamentos da relação de poder entre capital e trabalho e o conceito de subordinação*. São Paulo: LTr, 2003.

VASCONCELOS FILHO, Oton de Albuquerque. *Liberdades Sindicais e Atos antissindicais. Para além da dogmática jurídica e da doutrina da OIT*. São Paulo: LTRr, 2007.

VI – AVALIAÇÃO: A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais (dois exercícios regulares e uma avaliação final para os alunos que não obtiveram média 7 ou superior nos dois exercícios regulares) e da participação do aluno nas aulas presenciais e discussões virtuais possibilitadas com o apoio da ferramenta *moodle*.

4.11.2. - Direitos Humanos

Nome da Disciplina Direitos Humanos	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: 1. Desenvolvimento histórico dos Direitos Humanos; 2. Fundamentos dos Direitos Humanos; 3. Universalismo e Relativismo Cultural; 4. Proteção internacional dos direitos humanos; 4.1 Sistema Global; 4.2 Sistemas Regionais; 4.3 Sistema Interamericano; 5. Violência, Ditaduras e Direitos Humanos; 5.1 Justiça de Transição; 6. Estado Democrático de Direito e Direitos Humanos no Brasil; 7. Minorias, processos de afirmação e defesa dos direitos humanos no Brasil; 7.1 Racismo, questão racial e Direitos Humanos; 7.2 Questão Indígena e Direitos Humanos; 7.3 Meio Ambiente, desenvolvimento, Povos Tradicionais e Direitos Humanos; 7.4 Infância, Adolescência e Direitos Humanos; 7.5 Pessoa idosa e Direitos Humanos; 7.6 Direitos feminis no Brasil e a questão humanista; 7.7 Minorias sexuais e Direitos Humanos; 7.8 Religião, intolerância e a questão humanista; 7.9 Globalização, liberdade de expressão e a questão humanista; 7.10 Trabalho escravo, tráfico de pessoas e Direitos Humanos; 7.11 Violência Urbana e Direitos Humanos; 7.12 Segurança Pública e Direitos Humanos; 7.13 Cárcere e Direitos Humanos; 7.14 Saúde Mental e Direitos Humanos; 7.15 Guerra às drogas, questões sociais e Direitos Humanos; 7.16 Defensores de Direitos Humanos no Brasil;

1. Direitos feminis no Brasil. Minorias sexuais.
2. Religião e intolerância. Globalização e liberdade de expressão.
3. Trabalho escravo. Tráfico de Pessoas.
4. Violência Urbana. Cárcere e direitos humanos.
5. Saúde Mental. Guerra às drogas e questões sociais.
6. Defensores de Direitos Humanos no Brasil.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas e dialogadas com o auxílio dos seguintes instrumentos/ações: realização de atividades em sala e extraclasse, resolução de casos práticos, discussões a partir de filmes e leituras prévias, assim como apresentação de resenhas e seminários.

V – BIBLIOGRAFIA:

BIBLIOGRAFIA GERAL

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FERREIRA FILHO, M. Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 9. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2007.

HERKENHOF, João Batista. **Curso de direitos humanos: gênese dos direitos humanos**. vol. I. São Paulo: Acadêmica, 1994.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. Trad.: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, José Augusto Lindgren. **Os direitos humanos como tema global**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BICUDO, Hélio. **Defesa dos direitos humanos: sistemas regionais**. Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, vol. 17, nº. 47, São Paulo, Jan./Abr. 2003.

CARVALHO, Oscar de. **Gênese e evolução dos direitos humanos fundamentais**. Revista Divisão Jurídica - Instituto de Pesquisas e Estudos. nº. 34, abr./jul., Faculdade de Direito de Bauru, 2002.

CHAUÍ, M. Direitos humanos e medo. In: FESTER, A. C. R. (org.) **Direitos humanos e...** São Paulo: Brasiliense, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Sobre o fundamento dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Campus, 1964.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Um breve histórico dos direitos humanos. In: CARVALHO, José Sérgio (org.). **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo**. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo. 2008.

PIOVESAN, F. MARCÍLIO, M. L. (org.). **A declaração universal dos direitos humanos**. Sessenta anos: sonhos e realidade. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos**. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. Rio de Janeiro, 2005.

RIZZINI, Irene, RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.

TELES, Vera da Silva. **Sociedade civil, direitos e espaços públicos**. São Paulo: Instituto Polis, 1994.

VI – AVALIAÇÃO: De caráter reflexivo e continuado, tendo a intersecção entre a frequência e a participação em sala de aula como pontos de partida, além da avaliação nas atividades propostas nas avaliações institucionais.

4.11.3. - Direito Eleitoral

Nome da Disciplina Direito Eleitoral	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus Arcoverde</i>	Carga Horária 60 h/a
--	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Princípios e Sistemas Eleitorais. Alistamento Eleitoral e Capacidade Política. Convenções e Registro de Candidatura. Condições de Elegibilidade e Causas de Inelegibilidades. Propaganda Política. Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais. Votação e Diplomação. Ações e Recursos Eleitorais.

II – OBJETIVOS:

Gerais:

Inserir o discente no debate acerca dos direitos políticos, bem como dos procedimentos para o regular exercício do sufrágio, despertando o seu espírito crítico frente às fontes normativas eleitorais, jurisprudência e costumes. Busca-se também compreender os institutos do direito eleitoral à luz da nova ordem constitucional, fazendo um exercício interdisciplinar com o direito constitucional e demais ramos do direito.

Específicos:

Aprimorar os conceitos gerais dos temas da ementa em comento.
Trazer a lume as correntes doutrinárias e jurisprudenciais divergentes acerca dos institutos.
Despertar nos discentes a importância da disciplina para o exercício profissional.
Facilitar aos discentes a manipulação dos conceitos e aspectos técnicos da disciplina.
Realizar estudo sistemático, numa perspectiva teórica capaz de estruturar racionalmente e logicamente os conteúdos processuais abordados.

III – CONTEÚDOS:

1. Princípios e Sistemas Eleitorais.
2. Alistamento Eleitoral e Capacidade Política.
 - 2.1. Domicílio Eleitoral.

- 2.2. Transferência Eleitoral.
- 2.3. Revisão Eleitoral.
- 2.4. Perda e Suspensão dos Direitos Políticos.

3. Convenções e Registro de Candidatura.
 - 3.1. Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC)

4. Condições de Elegibilidade e Causas de Inelegibilidades.
 - 4.1. Inelegibilidades na Constituição Federal.
 - 4.2. Inelegibilidades na Lei Complementar n.º 64/90.
 - 4.3. Desincompatibilização e Prazos.

5. Propaganda Política.

6. Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais.

7. Votação e Diplomação.
 - 7.1. Seções Eleitorais e Mesas Receptoras de Voto.
 - 7.2. Sistema Eletrônico de Votação.
 - 7.3. Justificativas para Ausências.
 - 7.4. Fiscalização.
 - 7.5. Apuração dos Votos e Proclamação dos Resultados.
 - 7.6. Diplomação e Posse.

8. Ações e Recursos Eleitorais.
 - 8.1. Representações Eleitorais.
 - 8.2. Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE).
 - 8.3. Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo (AIME).
 - 8.4. Recurso Contra a Diplomação (RCD).

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: A aula é preponderantemente expositiva. Entretanto, o discente deve ser estimulado à reflexão crítica dos conteúdos da disciplina, em consonância com uma perspectiva horizontal e dinâmica do processo de ensinamento e com a adoção de práticas que impliquem o reconhecimento de que os alunos também são produtores de conhecimento e sujeitos ativos na construção coletiva do saber. Para isso, se faz necessário adotar metodologias ativas, por meio das quais o discente deixa de ser mero coadjuvante no processo de ensino-aprendizagem para se tornar também ator principal neste processo.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

AGRA, Walber de Moura; VELLOSO, Carlos Mário da Silva. **Elementos de Direito Eleitoral**. 2.^a ed. São Paulo : Saraiva, 2010.

ALMEIDA, Roberto Moreira de. **Direito Eleitoral**. 6.^a ed. Salvador: JusPodivm, 2009.

RAMAYANA, Marcos. **Direito eleitoral**. 13.^a ed. São Paulo: Impetus, 2012.

Bibliografia Complementar:

CAGGIANO, Monica Herman. **Ficha Limpa: impacto nos Tribunais – tensões e confrontos**. São Paulo: RT, 2014.

CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua; CERQUEIRA, Camila Albuquerque. **Direito Eleitoral Esquemático**. 2.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CONEGLIAN, Olivar. **Eleições 2014: radiografia da Lei 9.504/97**. Curitiba: Juruá.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas eleitorais**. 6. Ed. São Paulo: FGV Editora, 2012.

PINTO, Djalma. **Direito Eleitoral**. 5.^a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VI – AVALIAÇÃO: A avaliação consistirá na aplicação de provas com questões objetivas e/ou subjetivas. Não se pode descurar de uma avaliação contínua, onde se privilegia o aspecto meritório; para tanto, serão utilizados métodos de avaliação que possibilitem a aplicação deste tipo de averiguação de aprendizagem, tais como seminários, leitura de textos dirigidos e outras atividades julgadas pertinentes pelo docente neste processo de ensino-aprendizagem.

4.11.4. - Direito da Criança e do Adolescente (ECA)

Nome da Disciplina Direito da Criança e do Adolescente (ECA)	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Evolução histórico-sociológica da infância e da juventude. Da teoria da situação irregular à teoria da proteção da criança e do adolescente. Direitos Fundamentais da criança e do adolescente. Tutela jurídica especial à criança e ao adolescente: condição peculiar de desenvolvimento. Medidas de proteção. Medidas socio-educativas.

II – OBJETIVOS:

Desenvolver uma análise crítica do funcionamento dos direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente.

III – CONTEÚDOS:

1. Análise histórica do tratamento jurídico dispensado à criança e ao adolescente até os dias atuais.
2. Estatuto da Criança e do Adolescente:
 - a) Base doutrinária;
 - b) Dos Direitos Fundamentais;
 - c) Da Família Natural;
 - d) Da Família Substituta: Guarda, Tutela e Adoção;
 - e) Da Política de Prevenção;
 - f) Da Política de Atendimento;
 - g) das Medidas de Proteção;
 - h) Das Medidas Socio-educativas;
 - i) Do Ato Infracional: Direitos individuais e Garantias Processuais;
 - j) Remissão e medidas pertinentes aos pais ou responsáveis;
 - k) Do Conselho Tutelar;
 - l) Do acesso à Justiça da Infância e Juventude;
 - m) Dos Procedimentos e Recursos;
 - n) Do papel do Ministério Público;
 - o) Do papel do Advogado;
 - p) Da Proteção Judicial dos Interesses Individuais Difusos e Coletivos;
 - q) Dos crimes e Infrações contra Criança e Adolescente;
 - r) Das Disposições Finais e Transitórias.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos. Aplicação de metodologias ativas.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

- CHAVES, Antônio. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2 ed. São Paulo: Ltr, 1997.
- CURY, GARRIDO e MARÇURA. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado**. 2 ed. Revisada e atualizada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais: 2000.
- FIRMO M. F. C. **A criança e o Adolescente no ordenamento Jurídico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

Bibliografia Complementar:

- GOMES DA COSTA A.C. ; MENDEZ, E. G. **Das Necessidades aos Direitos. Série Direitos da Criança**. São Paulo: Malheiros, 1994.

PONTES JR. F. **Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente**. Série Direitos da Criança. São Paulo: Malheiros, 1993.

SILVA PEREIRA, Tânia da. **Direito da criança e do adolescente** – uma proposta interdisciplinar. Editora Renovar. Rio de Janeiro, 1996.

_____. Tânia da.(Org.) **O melhor Interesse da Criança**: um debate Interdisciplinar. Editora Renovar. Rio de Janeiro, 2000.

VERONESE J.R. P. **Os Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo. LTr.,1992.

VI – AVALIAÇÃO:

Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.11.5. - Direito e Bioética

Nome da Disciplina Direito e Bioética	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A disciplina busca descrever como os impactos das tecnologias humanas vem impactando o fenômeno vital humano e como o direito positivo estatal vem sendo estrategicamente articulado pelos juristas para tutelar as ameaças e lesões delas resultantes.

II – OBJETIVOS: Apresentar ao graduando ingressante uma visão panorâmica do fenômeno jurídico em sua relação interdisciplinar com a Bioética frente aos impactos tecnológicos nas garantias legais tuteláveis pelo Poder Judiciário.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. BIOÉTICA TEÓRICA: regras morais e sua limitação classista

PONTO 2. BIOÉTICA PRÁTICA: casos médicos e resoluções dos Conselhos de Medicina

PONTO 3. BIODIREITO TEÓRICO: regras legais e jurisprudência casuística

PONTO 4. BIODIREITO PRÁTICO: casos jurídicos e súmulas do Supremo Tribunal Federal

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

DINIZ, Maria Helena. **O Estado Atual do Biodireito**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

NAMBA, Edison Tetsuzo. **Manual de Bioética e Biodireito**. São Paulo: Atlas, 2009.

SOARES, André Marcelo M.; PIÑEIRO, Walter Esteves: **Bioética e Biodireito: uma introdução**. São Paulo: Loyola, 2006.

Bibliografia Complementar:

FALCÃO, Pablo R. de L. Falcão. **Deformidade Fetal Grave e STF: entre a retóricas da vida e da dignidade**. Recife: EDUFPE, 2010.

LEITE, Taylisi de Souza Corrêa. **Bioética, Biodireito e Modernidade: razão e humanização**. Curitiba: Juruá, 2016.

SAUWERI, Regina Fiusa et all. **O Direito in Vitro: da Bioética ao Biodireito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.11.6. – Criminologia

Nome da Disciplina Criminologia	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: **Introdução à Criminologia. A Escola Clássica da Criminologia. A escola positivista da Criminologia. As escolas sociológicas I: O Funcionalismo. As escolas sociológicas II: A teoria das subculturas criminais. A criminologia da reação social I: interacionismo e conflituísmo. A criminologia da reação social II: A criminologia crítica. Pensamento Criminológico na Atualidade.**

II – OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma visão global da criminologia com a necessária transdisciplinaridade, tendo como foco as mudanças proporcionadas pela nova criminologia (criminologia da reação social), a partir da década de 60 do século passado, principalmente no contexto criminológico latino-americano.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Promover um necessário estudo histórico das variadas escolas criminológicas, abrangendo não somente as teorias etiológicas do crime (escola clássica e escola positivista), mas também as teorias sociológicas tradicionais (escola funcionalista e escola das subculturas criminais) e a moderna teoria da reação social, abrangendo a escola internacionalista, o conflituísmo e as escolas críticas da criminologia.

Abranger a necessidade de construção de um pensamento criminológico humanista, voltado para a análise sobre contexto social hodierno, bem como compreender o importante papel desempenhado pelos acadêmicos de direito nesse contexto.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Introdução à Criminologia.

PONTO 2. A Escola Clássica da Criminologia.

PONTO 3. A escola positivista da Criminologia.

PONTO 4. As escolas sociológicas I: O Funcionalismo.

PONTO 5. As escolas sociológicas II: A teoria das subculturas criminais.

PONTO 6. A criminologia da reação social I: interacionalismo e conflituísmo.

PONTO 7. A criminologia da reação social II: A criminologia crítica.

PONTO 8. Pensamento Criminológico na Atualidade.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Introdução à Sociologia do Direito Penal. Rio de Janeiro, Revan, 1997.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Criminología*. Aproximación desde una margen. Bogotá: Temis, 1988.

_____. *Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal*. Tradução de: Vânia Romano Pedrosa & Almir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro, Revan, 1991.

Bibliografia Complementar:

Aniyar de castro, Lola. Criminologia da libertação. Tradução de Sylvia Moretzsohn. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. Criminologia da reação social. Tradução e acréscimos de Ester Kosovski. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

BATISTA, Vera Malaguti. Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ICC - Freitas Bastos, 1998.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. história da violência nas prisões. Tradução por Ligia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1987.

OLMO, Rosa del. A América Latina e sua Criminologia. Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2004.

WACQUANT, Lóic. As Prisões da Miséria. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

_____. Punir os Pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Tradução de Sérgio Lamarão. 3ª. edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Instituto Carioca de Criminologia/Freitas Bastos, 2007.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.11.7. - Redação Forense

Nome da Disciplina Redação Forense	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável	Carga Horária 60 h/a
--------------------------	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Princípios gerais da redação. Citação de leis. Aspectos formais. Regência e Clareza. Estruturação do parecer jurídico. Elementos da narrativa forense. Análise de peças processuais.

II – OBJETIVOS:

- 1- Compreender os princípios gerais da redação forense.
- 2- Desenvolver no aluno a capacidade da utilização do português correto nas regras da ABNT;
- 3- Identificar a necessidade da regência verbal e nominal no texto claro e esteticamente correto;
- 4- Demonstrar como se faz um parecer;
- 5- Estabelecer os elementos da narrativa forense;
- 6- Verificar como se faz análise das peças processuais.

III – CONTEÚDOS:

1. Princípios geral da redação.
2. Técnicas da redação forense e citação as leis.

3. Tratamento formal.
4. Questões práticas de revisão da língua portuguesa.
5. Regência.
6. Parecer.
7. Elementos da narrativa forense.
8. Análise de peças processuais

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

Aulas expositivas com apresentações de slides, filmes e documentários em data show. Apresentação de seminários e interpretações teatrais. Elaboração de papers e artigos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Dicionário de Questões Vernáculas. Ed. Caminho Suave, s/data.
- COSTA, José Maria da. Manual de Redação Profissional. Millennium Editora, 2002
- FILIPPETTO, Maria Elizabeth Carvalho Pádua. Apontamentos de redação e prática forense. Memória Jurídica Editora, São Paulo, 2001.
- MARTINS, Eduardo. Manual de Redação e Estilo. Ed. Moderna, 3a. ed., 1991.
- NICOLA, José de; TERRA, Ernani. 1001 Dúvidas de Português. Editora Saraiva, 2002.

Bibliografia Complementar:

- PERO, Maria Thereza Gonçalves. A motivação da sentença civil. Editora Saraiva, 2001.
- SQUARISI, Dad. Dicas da Dad. Editora Contexto, 2003.
- TELLES, Carlos Queiroz. Manual do Cara-de-pau ou É fácil falar difícil. Ed. Best Seller, 1991.
- TOLEDO, Marleine P. M. F. e NADÓLSKIS, Hêndricas. Comunicação Jurídica. Sugestões Literárias, 4a. ed., 2000.

VI – AVALIAÇÃO:

Avaliar é verificar a correspondências entre os objetivos traçados para a disciplina e o seu alcance. À vista disso, tem-se por imprescindível a fragmentação da avaliação, de modo a romper com modelo (tradicional) que cria um momento específico (prova) como ato avaliatório. Assim, a realização de seminários, trabalhos, bem como testes preparatórios, formarão, juntamente com a “prova” um “contexto avaliatório”.

4.11.8. - Direito Previdenciário

Nome da Disciplina Direito Previdenciário	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável	Carga Horária
--------------------------	---------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Teoria Geral da Seguridade Social. Custeio da Seguridade Social. Previdência Social: Beneficiários, Prestações, Benefícios. Processo Administrativo e Judicial. Assistência Social. Saúde.

II – OBJETIVOS: O curso objetiva oferecer ao aluno as noções teórico-práticas do direito previdenciário, direito em bastante evidência nas demandas judiciais principalmente nas cidades do interior.

III – CONTEÚDOS:

Ponto 1. Teoria Geral da Seguridade Social

- 1.1. Evolução Histórica.
- 1.2. Direito da Seguridade Social.
 - 1.2.1. Denominação.
 - 1.2.2. Definição.
 - 1.2.3. Divisão.

Ponto 2. Autonomia da Seguridade Social. / Posição e princípios da Seguridade Social.

- 2.1. Posição enciclopédica do Direito da Seguridade Social.
- 2.2. Relações do Direito da Seguridade Social com outras disciplinas.
- 2.3. Fontes formais do Direito da Seguridade Social.
- 2.4. Aplicação das normas do Direito da Seguridade Social.
- 2.5. Princípios do Direito da Seguridade Social.

Ponto 3. Custeio da Seguridade Social

- 3.1. Fontes de Custeio da Seguridade Social.
- 3.2. Natureza jurídica da contribuição à seguridade social.
- 3.3. Contribuintes e segurados.
- 3.4. Contribuições.
 - 3.4.1. Contribuição da União.
 - 3.4.2. Contribuição do segurado.
 - 3.4.2.1. Salário de contribuição.
 - 3.4.2.2. Salário base.
 - 3.4.2.3. Contribuição do empregador doméstico.
 - 3.4.2.4. Contribuição da empresa.
 - 3.4.2.5. Alíquotas de acidente do trabalho.
 - 3.4.2.6. Contribuições de terceiros.
 - 3.4.2.7. Contribuição social sobre o faturamento.
 - 3.4.2.8. Contribuição social sobre o lucro.
 - 3.4.2.9. Simples.
 - 3.4.2.10. Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos.

- 3.4.2.11. Outras receitas.
- 3.4.2.12. Isenção da contribuição da seguridade social.
- 3.4.2.13. Arrecadação e recolhimento das contribuições.

Ponto 4. Responsabilidade solidária.

Ponto 5. Crédito da Seguridade Social.

Ponto 6. Prescrição e decadência.

Ponto 7. Crimes contra a seguridade social.

Ponto 8. Processo administrativo e processo judicial em matéria securitária.

Ponto 9. Previdência Social.

- 9.1. Beneficiários.
- 9.2. Segurados.
- 9.3. Dependentes.
- 9.4. Prestações da Previdência Social.
- 9.5. Período de carência.
- 9.6. Salário de benefício.
- 9.7. Renda mensal dos benefícios.
- 9.8. Benefícios.
- 9.9. Acidente do Trabalho.
- 9.10. Seguro-desemprego.
- 9.11. Cumulação de benefícios e prescrição.
- 9.12. Tempo de serviço e contagem recíproca.

Ponto 10. Assistência Social.

- 10.1. Princípios e diretrizes constitucionais.
- 10.2. Custeio.
- 10.3. Benefícios.

Ponto 11. Saúde

- 11.1. Princípios e diretrizes constitucionais.
- 11.2. Custeio.
- 11.3. Sistema Único de Saúde

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social.. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de direito previdenciário: noções de direito previdenciário . 3 ed. São Paulo: LTr, 2005.

VIANNA, João Ernesto Aragonés. Curso de Direito Previdenciário. São Paulo: LTr, 2007

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. 7º ed. São Paulo: LTr, 2007.

Bibliografia Complementar:

GONÇALVES, Ionas Deda. Direito Previdenciário. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

OLIVEIRA, Lamartino França de. Direito Previdenciário. 2 ed. São Paulo: RT, 2006.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentários À Lei Básica da Previdência Social – Tomo I - Plano Custeio. São Paulo: LTR - 5ª Ed. 2006.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentários a Lei Básica da Previdência Social – Tomo II - Plano de Benefícios. São Paulo: LTR - 7ª Edição 2006.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de direito previdenciário. São Paulo: LTr.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.11.9. - Direito do Consumidor

Nome da Disciplina Direito do Consumidor	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A disciplina tem como escopo a abordagem da evolução histórica do Direito do Consumidor. Conceitos de consumidor e fornecedor. O consumidor individual e a coletividade de consumidores. Os consumidores por equiparação. Produtos e serviços como objetos da relação de consumo. Os direitos fundamentais do consumidor. A responsabilidade civil objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade pelo fato do produto e do serviço e a responsabilidade por vício do produto e do serviço. Da responsabilidade nas relações de consumo. Das práticas e das cláusulas contratuais abusivas. Dos crimes nas relações de consumo. Das sanções administrativas. Da tutela jurisdicional individual e coletiva dos consumidores. Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e da convenção coletiva de consumo.

II – OBJETIVOS: Instrumentalizar o discente com a legislação nos assuntos pertinentes ao Direito do Consumidor, estimulando o raciocínio e as amplas possibilidades de postular, defender, arguir o que for possível e necessário na defesa de uma tese. Aproximá-lo dos conceitos, vocabulários, procedimentos técnicos e jurídicos concernentes à relação jurídica consumerista.

III – CONTEÚDOS:

- Ponto 1. A história do movimento consumerista
- Ponto 2. A proteção ao consumidor: o consumerismo
- Ponto 3. A questão da intervenção do Estado na ordem econômica e na ordem jurídica
- Ponto 4. A legislação básica sobre relações de consumo em defesa do consumidor
- Ponto 5. A Constituição de 1988 e o advento da Lei nº. 8.078/90
- Ponto 6. O estudo dos elementos da relação de consumo
- Ponto 7. Política Nacional de Relações de Consumo
- Ponto 8. Direitos básicos do consumidor
- Ponto 9. Da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos
- Ponto 10. Da desconsideração da personalidade jurídica
- Ponto 11. Das práticas comerciais
- Ponto 12. Da proteção contratual
- Ponto 13. Os contratos eletrônicos
- Ponto 14. Das sanções administrativas e das infrações penais
- Ponto 15. Da defesa do consumidor em juízo
- Ponto 16. A convenção coletiva de consumo

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

BENJAMIN, Antônio Herman V., MARQUES, Claudia Lima, BESSA, Leonardo Roscoe, **Manual De Direito Do Consumidor**, 6ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

NUNES, Luis Antônio Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CAVALIERI Filho, Sérgio. **Programa de Direito do Consumidor**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, João Batista de. **A Proteção Jurídica do Consumidor**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**, 7^a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais de unidade.

4.11.10. - Mediação e Arbitragem

Nome da Disciplina Mediação e Arbitragem	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Mediação: princípios e conceitos fundamentais; fundamentos históricos e teoria geral. Mediação e conciliação. Arbitragem: princípios e conceitos fundamentais; fundamentos históricos e teoria geral. Arbitragem e jurisdição. Arbitragem no direito brasileiro: arbitragem nos juizados especiais; arbitragem comercial; arbitragem trabalhista; arbitragem internacional.

II – OBJETIVOS: O curso objetiva oferecer ao aluno as noções teórico-práticas de solução de conflito através da mediação e da arbitragem.

III – CONTEÚDOS:

Ponto 01– Jurisdição: Conceito de Jurisdição, Métodos de solução de conflitos, Autotutela, Autocomposição e Heterocomposição.

Ponto 02: Mediação: Conceito, Princípios, Fundamentos históricos e Teoria Geral.

Ponto 03: Conciliação.

Ponto 04: Arbitragem: Conceito, Princípios, Fundamentos históricos, Arbitragem no Direito Brasileiro, Aplicabilidade da legislação e Aspectos processuais.

Ponto 05: Arbitragem no Direito do Trabalho

Ponto 06: Arbitragem Comercial

Ponto 07: Arbitragem Internacional

Ponto 08: Arbitragem no Direito Civil

Ponto 09: Arbitragem na Administração Pública

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, André Gomma de (org). Estudos em arbitragem, mediação e negociação. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

COOLEY, John W; LUBET, Steven. Advocacia de arbitragem. Brasília: UNB, 2001.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Grandes temas da atualidade: mediação, arbitragem. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

Bibliografia Complementar:

AMARAL, Lídia Miranda de Lima. Mediação e arbitragem: uma solução para os conflitos trabalhistas no Brasil. São Paulo: LTR, 1994.

CASELLA, Paulo Borba (coord). Arbitragem: lei brasileira e praxe internacional. São Paulo: LTR, 1999.

MORAIS, José Luís Bolzan de. Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

RECHSTEINERM Beat Walter. A arbitragem privada internacional no Brasil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.11.11. - Direito Agrário

Nome da Disciplina Direito Agrário	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A reforma agrária no contexto jurídico constitucional brasileiro. Definição. Conceitos e história. Função social da propriedade. Direito agrário brasileiro. Estatuto da Terra. Módulo rural. Propriedade rural. Das ações agrárias no código de Processo Civil. Rito. Requisitos e procedimentos. Contratos agrários e seus aspectos gerais. Formas de contratos. Arrendamento rural. Desenvolvimento rural. Proteção à economia. Política de tributação fundiária. Fatores determinantes. Dinâmica operacional e órgãos normativos e executores. Prática processual. Forma processual nos diversos procedimentos rurais. Conjuntura da questão agrária no Brasil.

II – OBJETIVOS:

Problematizar as questões agrárias na história social e jurídica do Brasil e da América Latina;
Relacionar, criticamente e de forma integrada, os principais aspectos do Direito Agrário aos demais ramos jurídicos correlatos;

III – CONTEÚDOS:

1. A reforma agrária no contexto jurídico constitucional brasileiro. Definição. Conceitos e história.
2. Função social da propriedade.
3. Direito agrário brasileiro. Estatuto da Terra.
4. Módulo rural. Propriedade rural.
5. Das ações agrárias no código de Processo Civil. Rito. Requisitos e procedimentos.
6. Contratos agrários e seus aspectos gerais. Formas de contratos.
7. Arrendamento rural. Desenvolvimento rural. Proteção à economia.
8. Política de tributação fundiária. Fatores determinantes. Dinâmica operacional e órgãos normativos e executores.
9. Prática processual. Forma processual nos diversos procedimentos rurais.
10. Conjuntura da questão agrária no Brasil.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

BARROSO, Lucas et alli. **Direito Agrário na Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

OPITZ, Sílvia C. B. **Curso completo de direito agrário**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

SODERO, Fernando Pereira. **Direito Agrário e Reforma Agrária**. Florianópolis: OAB/SC, 2006.

Bibliografia Complementar:

GORENDER, Jacob. **Regime territorial no Brasil escravista**. In: STÉDILE, João Pedro (org). A questão agrária no Brasil. vol 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GURSEN DE MIRANDA, Alcir. **Direito Agrário e Ambiental**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

OPITZ, Oswaldo & OPITZ, Silvia. **Curso de Direito Agrário**. São Paulo: Saraiva, 2007.

VI – AVALIAÇÃO: De caráter reflexivo e continuado, tendo a intersecção entre a frequência e a participação em sala de aula como pontos de partida, além da avaliação nas atividades propostas nas avaliações institucionais.

4.11.12. - Direito do Petróleo e Gás

Nome da Disciplina Direito do Petróleo e Gás	Código	Crédito 4.0
Pré – Requisito		Carga Horária 60 h/a

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Compreender, de modo introdutório, o funcionamento do setor de petróleo e gás, o(s) regime(s) jurídico(s) adotado(s), os modelos de outorga, a aquisição de direitos exploratórios e as práticas mais comuns de solução de conflito no setor.

II – OBJETIVOS: Estudar o Direito do Petróleo, Gás e Biocombustíveis com foco na necessidade de geração de energia a baixo custo e na preservação do meio ambiente

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO e GÁS: segmentos do petróleo e gás, agentes do setor, *upstream*, *midstream* e *downstream*, aquisição de ativos.

PONTO 2. REGIME JURÍDICO: procedimentos para outorga, instrumentos de outorga, natureza jurídica das relações e regime tributário.

PONTO 3. MODELOS DE OUTORGA: evolução histórica

PONTO 4. AQUISIÇÃO DE DIREITOS EXPLORATÓRIOS: introdução à aquisição e aspectos da aquisição.

PONTO 5. SOLUÇÕES DE CONTROVÉRSIA NO SETOR: espécies mais comuns de controvérsias, mecanismos de solução de conflitos, solução judicial versus solução por arbitragem

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

QUINTANS, Luiz Cezar. **Manual de Direito do Petróleo**. São Paulo: Atlas, 2015.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Direito do Petróleo e de outras fontes de energia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BERCOVICI, Gilberto. **Direito Econômico do petróleo**. São Paulo: Quarter Latin, 2011.

Bibliografia Complementar:

SCAFF, Fernando Facury. **Royalties do petróleo, minério e energia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

FRANÇA, Vladimir da Rocha. **Agência Nacional do Petróleo, gás natural e biocombustíveis**. São Paulo: Atlas, 2015.

PAIM, Maria Augusta. **Petróleo no Mar: o regime das plataformas**. São Paulo: Renovar, 2011.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.11.13. - Direito Internacional Privado

Nome da Disciplina Direito Internacional Privado	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Noções Gerais de Direito Internacional Privado: conceito, evolução e sujeitos. O conflito de leis no espaço, os limites da jurisdição nacional e a cooperação internacional. O processo de homologação de sentença estrangeira. Os contratos e a arbitragem internacional.

II – OBJETIVOS:

Estudar e desenvolver uma análise crítica e prática do Direito Internacional Privado.

Analisar o conflito de leis no espaço, os limites da jurisdição nacional e a cooperação internacional.

Compreender o processo de homologação de sentença estrangeira.

Entender os contratos e a arbitragem internacionais

III – CONTEÚDOS:

1. Direito Internacional Privado: noções fundamentais e objeto.
2. Fontes do Direito Internacional Privado
3. Conflito de leis no espaço
4. Institutos básicos do Direito Internacional Privado.
5. Nacionalidade
6. Condição jurídica do estrangeiro
7. Aplicação do direito estrangeiro.
- 8 Processo Civil Internacional e os limites da jurisdição nacional

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica; e fóruns virtuais de discussão temática, com incentivo à participação do aluno, tanto no questionamento quanto nas discussões virtuais possibilitadas com o apoio da ferramenta *moodle*.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Nadia de. **Direito Internacional Privado:** teoria e prática brasileira, 5ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

DOLINGER, Jacob, TIBURCIO, Carmen. **Direito Internacional Privado:** parte geral e processo internacional, 12ª ed. São Paulo: Gen, 2016.

FLORISBAL. **Curso de Direito Internacional Privado**, 12 ed. São Paulo: Gen, 2016.

Bibliografia Complementar:

BASSO, Maristela. **Curso de Direito Internacional Privado**, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MAZZUOLI. Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Privado**, 2 ed. São Paulo: RT, 2016.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado.** Incluindo noções de Direitos Humanos e Direito Comunitário, 8 ed. Salvador: Jus Podivum, 2016.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado:** teoria e prática, 18ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

VI – AVALIAÇÃO: A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais (dois exercícios regulares e uma avaliação final para os alunos que não obtiveram média 7 ou superior nos dois exercícios regulares) e da participação do aluno nas aulas presenciais e discussões virtuais possibilitadas com o apoio da ferramenta *moodle*.

4.11.14. - Direito Comunitário

Nome da Disciplina Direito Comunitário	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Direito comunitário. Tratados Comunitários. Direito da Integração e conceitos afins. Fontes do Direito da Integração Regional. Soberania constitucional dos Estados e sua flexibilização. Supranacionalidade. Mundialização da cultura e globalização econômica. Instituições comunitárias: aspectos gerais. União Europeia. Mercosul.

II – OBJETIVOS: Compreender as matrizes e fontes do direito Comunitário Internacional, relacionando-o com o processo de globalização jurídica;

III – CONTEÚDOS:

1. Direito comunitário. Tratados Comunitários.
2. Direito da Integração e conceitos afins.
3. Fontes do Direito da Integração Regional.
4. Soberania constitucional dos Estados e sua flexibilização.
5. Supranacionalidade.
6. Mundialização da cultura e globalização econômica.
7. Instituições comunitárias: aspectos gerais.
8. União Europeia.
9. Mercosul.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas e dialogadas com o auxílio dos seguintes instrumentos/ações: realização de atividades em sala e extraclasse, resolução de casos práticos, discussões a partir de filmes e leituras prévias, assim como apresentação de resenhas e seminários.

V – BIBLIOGRAFIA:

BIBLIOGRAFIA GERAL

ACCIOLY, Elizabeth. **Mercosul & União Europeia – Estrutura Jurídico-institucional**. Curitiba: Editora Juruá, 1996.

BORCHARDT (K, D.). **O ABC do Direito Comunitário**. Luxemburgo: Serviço das publicações oficiais das Comunidades Europeias 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 1996.

PEREIRA (A. C. P.), (coord.), **Mercosul e União Européia – Perspectivas da Integração Regional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

VI – AVALIAÇÃO: De caráter reflexivo e continuado, tendo a intersecção entre a frequência e a participação em sala de aula como pontos de partida, além da avaliação nas atividades propostas nas avaliações institucionais.

4.11.15. - Legislação Protetiva

Nome da Disciplina Legislação Protetiva	Código	Crédito 4.0
Pré – Requisito Direito Constitucional II		Carga Horária 60 h/a

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Apresentar, de modo propedêutico, o Direito Protetivo: evolução, fundamentos, estrutura, finalidade e instrumentos.

II – OBJETIVOS: Estudar a legislação protetiva no Brasil, sua relação com o Direito Internacional dos Direitos Humanos e sua relação com o Direito Penal e Processual Penal, sobretudo como mecanismo de defesa da vítima.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. DIREITO PROTETIVO: evolução histórica, fundamentos, estrutura e finalidade

PONTO 2. LEGISLAÇÃO PROTETIVA NO BRASIL: aspectos gerais

PONTO 3. LEGISLAÇÃO PROTETIVA DA MULHER: Convenção de Belém do Pará, Lei Maria da Penha e demais atos normativos

PONTO 4. LEGISLAÇÃO PROTETIVA DO IDOSO: Convenção Interamericana sobre a proteção dos Direitos Humanos da pessoa idosa. Estatuto do Idoso

PONTO 5. LEGISLAÇÃO PROTETIVA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: Convenção sobre proteção da Pessoa com Deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência

PONTO 6. LEGISLAÇÃO PROTETIVA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Convenção Internacional sobre direito da criança. Estatuto da Criança e do Adolescente: ato infracional, medidas protetivas e medidas sócio educativas.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas, seminários de debates, estudo de casos, visita(s) técnica(s) e trabalhos individuais e em grupo, usando textos para

debate, projeção de filmes e fotos, lousa, recursos tecnológicos como internet etc. A abordagem do conteúdo será feita de modo teórico, prático e multidisciplinar, tendo o aluno como sujeito de sua aprendizagem, não apenas focada no ensino, mas na formação completa.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

VILAS BOAS, Marco Antonio. **Estatuto do Idoso Comentado**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

SARAVIA, João Batista da Costa. **Adolescente em Conflito com a lei: da indiferença à proteção integral**. 4 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

MADRUGA, Sidney. **Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos: ótica da indiferença e ações afirmativas**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

COSTA, Ana Paula Mota. **As garantias processuais e o direito penal juvenil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.11.16. - Direito de Propriedade Intelectual

Nome da Disciplina DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Formação histórica e distinção dos Direitos da Propriedade Intelectual, dos direitos de propriedade industrial e da propriedade Autoral; Natureza jurídica da Propriedade Intelectual; Direitos Fundamentais: o choque entre os direitos individuais, os sociais e os difusos; Dos institutos da propriedade intelectual; Da propriedade Industrial; Dos Direitos Autorais; Dos procedimentos de Registro; Da defesa dos Direitos da Propriedade Intelectual; Do equilíbrio econômico.

II – OBJETIVOS: Apresentar ao graduando uma visão panorâmica do fenômeno jurídico com foco na temática da propriedade intelectual enquanto direito subjetivo juridicamente tutelado.

III – CONTEÚDOS:

PARTE I: DO SURGIMENTO E CRIAÇÃO DOS DIREITOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL.

1. DEFINIÇÕES E TERMINOLOGIAS, PRÉVIAS, NECESSÁRIAS.

- 1.1 Bens públicos.
- 1.2 Bens intelectuais.
- 1.3 Propriedade intelectual.
- 1.4 Direito da informação.
- 1.5 Mercado da informação.

2. HISTÓRICO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL, NATUREZA JURÍDICA E FUNÇÃO SOCIAL.

- 2.1 Aspectos históricos.
- 2.2 O aspecto da propriedade intelectual como informação.
- 2.3 Limites de proteção jurídica da propriedade intelectual.
- 2.4 Natureza jurídica.
- 2.5 A função social da propriedade.

PARTE II: DOS INSTITUTOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

3. INSTITUTOS DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

3.1 Patentes de invenção

- 3.1.1 Titulares e inventores;
- 3.1.2 Requisitos;
- 3.1.3 Procedimentos;
- 3.1.4 Duração e escopo da proteção; e
- 3.1.5 Extinção e nulidade.

3.2 Modelo de utilidade

- 3.2.1 Titulares e inventores;
- 3.2.2 Requisitos;
- 3.2.3 Procedimentos;
- 3.2.4 Duração e escopo da proteção; e
- 3.2.5 Extinção e nulidade.

3.3 Desenho industrial

- 3.3.1 Titulares e inventores;
- 3.3.2 Requisitos;
- 3.3.3 Procedimentos;
- 3.3.4 Duração e escopo da proteção; e
- 3.3.5 Extinção e nulidade.

3.4 Dos sinais distintivos: marcas, indicações geográficas, nomes de domínio e nomes empresariais.

- 3.4.1 Titulares e inventores;
- 3.4.2 Requisitos;
- 3.4.3 Procedimentos;
- 3.4.4 Duração e escopo da proteção; e
- 3.4.5 Extinção e nulidade.

4. DOS DIREITOS AUTORAIS.

- 4.1 Proteção autoral.
- 4.2 Programas de computador.
- 4.3 Titulares e repasse do direito;
- 4.4 Permissão de uso.
- 4.5 Requisitos.
- 4.6 Procedimentos;
- 4.7 Duração e escopo da proteção; e
- 4.8 Extinção e nulidade.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

BAPTISTA, Luís Olavo. **Uma introdução a propriedade intelectual**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

BARBOSA, Cláudio. R. **Propriedade Intelectual: introdução a propriedade intelectual como informação**. Rio: Elsevier, 2013.

BASSO, Maristela. **O direito internacional da propriedade intelectual**. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 2009.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Marcus Elidius Michelli de. **Abuso de direito e concorrência desleal**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito Autoral**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

BERTOLDI, Arcelo M. & RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. **Curso Avançado de Direito Comercial**. São Paulo: RT, 2012.b

CHAVES, Antônio. **Direito de Autor**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

MAMEDE, Gladston. **Manual de Direito Empresarial**. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. Rio de Janeiro: Editora forense, 2012.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito Empresarial Esquemático**. Rio de Janeiro: GEN/Método, 2014.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.11.17. - Direito Indígena

Nome da Disciplina Direito Indígena	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus</i> Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
--	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: História dos direitos indígenas no Brasil. Afirmação dos direitos indígenas pós Brasil Colônia. Colonização e violação de direitos indígenas no Brasil. Direito internacional e povos indígenas. Constituição Federal de 1988, os aspectos legais e os critérios de indianidade. Instituições e atores responsáveis pela promoção e defesa dos direitos indígenas. Estatuto do Índio - Lei nº 6.001/1973. Principais dispositivos constitucionais aplicados aos povos indígenas. Direito à educação e a saúde diferenciadas. Direito à terra. Direito à cultura. Direito à autodeterminação. Direito das minorias. Teorias pós-coloniais e indigenato.

II – OBJETIVOS: Alcançar um saber interdisciplinar, reflexivo e humanista sobre a complexidade da defesa e da afirmação dos direitos indígenas no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco.

III – CONTEÚDOS:

1. História dos direitos indígenas no Brasil.

2. Afirmção dos direitos indígenas pós Brasil Colônia.
3. Colonização e violação de direitos indígenas no Brasil.
4. Direito internacional e povos indígenas.
5. Constituição Federal de 1988, os aspectos legais e os critérios de indianidade.
6. Instituições e atores responsáveis pela promoção e defesa dos direitos indígenas.
7. Estatuto do Índio - Lei nº 6.001/1973.
8. Principais dispositivos constitucionais aplicados aos povos indígenas.
9. Direito à educação e a saúde diferenciadas.
10. Direito à terra.
11. Direito à cultura.
12. Direito à autodeterminação.
13. Direito das minorias.
14. Teorias pós-coloniais e indigenato.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Ana Valéria. **Povos indígenas e a Lei dos “Branços”:** o direito à diferença. Brasília: MEC, 2006.

BARBOSA, Marco Antônio. **Direito antropológico e terras indígenas no Brasil.** São Paulo: FAPESP, 2001.

BARRETO, Helder Girão. **Direitos indígenas:** vetores constitucionais. 1. ed. 6. reimp. Curitiba: Juruá, 2011.

SANTILLI, Juliana (org.). **Os direitos indígenas e a Constituição.** 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

Bibliografia Complementar:

FARIA, José Eduardo. **Eficácia jurídica e violência simbólica.** São Paulo: Edusp, 1986.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O renascer dos povos indígenas para o direito.** Curitiba: Juruá, 2005.

VILLARES, Luiz Fernando. **Direito e povos indígenas.** Curitiba: Juruá, 2009.

VI – AVALIAÇÃO: De caráter reflexivo e continuado, tendo a intersecção entre a frequência e a participação em sala de aula como pontos de partida, além da avaliação nas atividades propostas nas avaliações institucionais.

4.11.18. - Execução Penal

Nome da Disciplina Execução Penal	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus</i> Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
--	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Introdução à Execução Penal: Histórico, Objetivos, Fundamentos e Críticas. Execução Penal e Constituição Federal. Execução Penal e Direito Internacional. Princípios Constitucionais da Execução Penal. O Sujeito Passivo da Execução Penal. Órgãos da Execução Penal. Estabelecimentos Penais. Execução das Penas (Privativas de Liberdade, Restritivas de Direitos e Multa). Execução da Medida de Segurança. *SURDIS*, Livramento Condicional e Monitoração Eletrônica de Presos. Incidentes na Execução. Procedimento Judicial. Reabilitação.

II – OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL

Possibilitar ao discente o estudo sobre as principais categorias da Execução Penal, através de uma perspectiva crítica e contextualizada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Possibilitar ao aluno uma análise crítica dos fundamentos do direito penal tendo como base sua construção e edificação histórica pós revoluções burguesas do séc. XVII e XVIII.

Trazer ao aluno o conhecimento dos princípios da execução penal tendo como base a Constituição Federal de 1988.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. Introdução à Execução Penal: Histórico, Objetivos, Fundamentos e Críticas.

PONTO 2. Execução Penal e Constituição Federal; Execução Penal e Direito Internacional.

PONTO 3. Princípios Constitucionais da Execução Penal

PONTO 4. O Sujeito Passivo da Execução Penal

PONTO 5. Órgãos da Execução Penal

PONTO 6. Estabelecimentos Penais

PONTO 7. Execução das Penas (Privativas de Liberdade, Restritivas de Direitos e Multa)

PONTO 8. Execução da Medida de Segurança

PONTO 9. *SURDIS*, Livramento Condicional e Monitoração Eletrônica de Presos.

PONTO 10. Incidentes na Execução.

PONTO 11. Procedimento Judicial; Reabilitação.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

BRITO, Alexis Couto de. Execução Penal. São Paulo: Atlas, 2013.

ESTRADA, Rodrigo Duque. Execução Penal: Teoria Crítica. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARCÃO, Renato. Curso de Execução Penal. 13ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

WACQUANT, Loic. As Prisões da Miséria. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FILHO, Tourinho. Processo Penal. Vol. 4. 35ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ZAFFARONI, Raul/BATISTA, Nilo/ALAGIA/Alejandro/SLOKAR, Alejandro. Direito penal brasileiro. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.11.19. - Direito Processual Coletivo

Nome da Disciplina Direito Processual Coletivo	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE <i>Campus</i> Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
--	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA:

II – OBJETIVOS:

Gerais:

Objetiva-se o estudo interdisciplinar e sistemático deste novel ramo do Direito Processual, tendo em vista as crescentes relações intersubjetivas de massa. Hodiernamente, não se pode descurar do estudo desta temática, haja vista a superação gradativa dos ideais liberais-individuais que permearam as codificações processuais civis no século passado, tudo em busca de dar uma maior efetividade e concretude aos novos direitos metaindividuais, os quais reclamam uma proteção específica e condizente com os ideais por eles objetivados.

Específicos:

Conscientizar os discentes acerca do papel transformador da realidade positiva social por meio do Direito Processual Coletivo.

Aprimorar os conceitos gerais dos temas da ementa em comentário.

Trazer a lume as correntes doutrinárias e jurisprudenciais divergentes acerca dos institutos.

Despertar nos discentes a importância da disciplina para o exercício profissional.

Facilitar aos discentes a manipulação dos conceitos e aspectos técnicos da disciplina.

Realizar estudo sistemático, numa perspectiva teórica capaz de estruturar racionalmente e logicamente os conteúdos processuais abordados.

III – CONTEÚDOS:

1. Fundamentos do Direito Processual Coletivo.

1.1. Conceito e Natureza Jurídicas.

1.2. Objeto: Direitos Difusos, Coletivos *Stricto Sensu* e Individuais Homogêneos.

1.3. Fundamentos Constitucionais.

1.4. Princípios do Direito Processual Coletivo.

2. O Microsistema Protetivo.

2.1. Conceito.

2.2. Aspectos Gerais da Ação Popular; Ação Civil Pública; Mandado de Segurança Coletivo; Mandado de Injunção Coletivo e Ação de Improbidade Administrativa.

3. Competência no Direito Processual Coletivo.

4. Legitimidade no Direito Processual Coletivo.

4.1. Legitimidade Ativa.

4.2. Legitimidade Passiva.

5. Recursos no Direito Processual Coletivo.

5.1. Generalidades.

5.2. Efeitos dos Recursos afetos ao Direito Processual Coletivo.

5.3. Desistência e Renúncia.

5.4. O Reexame Necessário.

6. Coisa Julgada no Direito Processual Coletivo.

7. Liquidação no Direito Processual Coletivo.

8. Execução no Direito Processual Coletivo.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: A aula é preponderantemente expositiva. Entretanto, o discente deve ser estimulado à reflexão crítica dos conteúdos da disciplina, em consonância com uma perspectiva horizontal e dinâmica do processo de ensinamento e com a adoção de práticas que impliquem o reconhecimento de que os alunos também são produtores de conhecimento e sujeitos ativos na construção coletiva do saber. Para isso, se faz necessário adotar metodologias ativas, por meio das quais o discente deixa de ser mero coadjuvante no processo de ensino-aprendizagem para se tornar também ator principal neste processo.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

DONIZETTI, Elpídio; CERQUEIRA, Marcelo Malheiros. **Curso de Processo Coletivo**. São Paulo: Atlas, 2010.

GRINOVER, Ada Pellegrini; BENJAMIM, Antônio Herman; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; VIGORITI, Vincenzo. (orgs.) **Processo Coletivo: Do surgimento à atualidade**. São Paulo: RT, 2014.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Processo Coletivo**. 2.^a ed. São Paulo: Método, 2014.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Gregório Assagra de. **Direito Processual Coletivo: Um novo ramo do direito processual (princípios, regras interpretativas e a problemática de sua interpretação e aplicação)**. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, Swarai Cervone de. **Podere do Juiz nas Ações Coletivas: Coleção Atlas de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2009.

VENTURI, Elton. **Processo Civil Coletivo: A tutela jurisdicional dos direitos difusos, coletivo e individuais no Brasil. Perspectivas de um Código Brasileiro de Processo Coletivos**. São Paulo: Malheiros, 2007.

VILA NOVA, Felipe d'Oliveira. **Legitimidade Ativa no Direito Processual Coletivo: Sua Ampliação como Canal de Participação Popular**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2014.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo: Tutela de Direitos Coletivos e Tutela Coletiva de Direitos**. 3.^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

VI – AVALIAÇÃO: A avaliação consistirá na aplicação de provas com questões objetivas e/ou subjetivas. Não se pode descuidar de uma avaliação contínua, onde se privilegia o aspecto meritório; para tanto, serão utilizados métodos de avaliação que possibilitem a aplicação deste tipo de averiguação de aprendizagem, tais como seminários, leitura de textos dirigidos e outras atividades julgadas pertinentes pelo docente neste processo de ensino-aprendizagem.

4.11.20. - Retórica da Decisão Jurídica

Nome da Disciplina Retórica da Decisão Jurídica	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A disciplina busca tratar o fenômeno jurídico decisório como uma tecnologia dogmática com uma função social a ser cumprida no Estado Moderno, a de garantia do monopólio estatal da jurisdição por meio da exigência da prestação jurisdicional plena de todas as demandas processualizadas. Trata-se de uma abordagem discursiva da tríade dogmática que envolve todo esse processo que vai da lei (geral e abstrata) à sentença (particular e concreta): normatização, significação e argumentação.

II – OBJETIVOS: Apresentar ao graduando ingressante uma visão pós-positivista do papel social do direito positivo como garante do poder político estatal, por meio da desconstrução das cadeias argumentativas que buscam justificar toda decisão jurídica.

III – CONTEÚDOS:

PONTO 1. VELHA RETÓRICA: *techné* aristotélica e *ars inveniendi* ciceroniana

PONTO 2. NOVA RETÓRICA: dialética, lógica discursiva, tópica e retórica

PONTO 3. RETÓRICA ESTRATÉGICA: dialética, invenção e argumentação retóricas

PONTO 4. RETÓRICA MATERIAL: *éthos*, *páthos* e *lógos* retóricos

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, documentários, partes de filmes, de palestras e o estímulo de debates e apresentação de fichamentos, resenhas críticas e seminários temáticos.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

CARNEIRO, Maria Francisca e outros. **Teoria e Prática da Argumentação Jurídica:** lógica e retórica. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2006.

FALCÃO, Pablo R. de L. **Deformidade Fetal Grave e STF**: entre as retóricas da vida e da dignidade. Recife, EDUFPE, 2010.

PLEBE, Armando; PIETRO, Emanuele. **Manual de Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Bibliografia Complementar:

ADEODATO, João Maurício. **Uma teoria retórica da norma jurídica e do direito subjetivo**. São Paulo: Noeses, 2011.

_____. **A retórica constitucional**: sobre tolerância, direitos humanos e outros fundamentos éticos do direito positivo. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Ética e Retórica**: para uma teoria da dogmática jurídica. São Paulo: Saraiva, 2009.

VI – AVALIAÇÃO: Continuada, observando a relação da frequência com a participação, além da avaliação dos exercícios em sala e das avaliações institucionais.

4.11.21. - Direito Cibernético

Nome da Disciplina Direito Cibernético	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A disciplina tem como escopo o estudo dos fatos jurídicos no contexto da sociedade da informação, os reflexos da tecnologia na ciência do Direito e a adequação do Direito às novas situações fáticas e jurídicas das relações sociais virtuais.

II – OBJETIVOS: Preparar o aluno da área jurídica para o estudo dos principais institutos relacionados ao Direito Cibernético (juscibernética) dotando-o de conhecimentos básicos e de natureza instrumental, que lhe facilitem a manipulação dos conceitos técnicos dos diversos ramos do Direito. Preparação para o enfrentamento da realidade profissional, procurando demonstrar o funcionamento prático dos setores nos quais deverá atuar. Desenvolvimento do espírito de pesquisa e aprofundamento dos conceitos ensinados bem como o senso crítico em relação às teorias apresentadas.

III – CONTEÚDOS:

- PONTO 1. Apresentação da Disciplina e Introdução à Cibercultura;
- PONTO 2. Introdução ao Direito Cibernético;
- PONTO 3. As Relações Jurídicas na Internet e na Sociedade da Informação;
- PONTO 4. As Teorias Liberais do Fato Jurídico e a Regulabilidade da Internet;
- PONTO 5. A Lei da Disrupção e as Leis do Ciberespaço;

- PONTO 6. Novos Sujeitos de Direito: o sujeito virtual;
PONTO 7. A propriedade virtual;
PONTO 8. Documentos eletrônicos e a Assinatura Digital;
PONTO 9. Comércio e Contratos eletrônicos;
PONTO 10. Economia da Colaboração, Cultura Remix e o Direito de Propriedade Intelectual;
PONTO 11. A realidade das empresas virtuais;
PONTO 12. Os impactos da virtualização nas Relações Familiares e no Direito Sucessório;
PONTO 13. A criminalização de condutas na Sociedade da Informação;
PONTO 14. Tutela jurídica dos Direitos de Personalidade na Sociedade da Informação;
PONTO 15. Inteligência Artificial e o Direito.
PONTO 16. Ciberdemocracia e Ciberativismo.

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica; e fóruns virtuais de discussão temática, com incentivo à participação do aluno, tanto no questionamento quanto nas discussões virtuais possibilitadas com o apoio da ferramenta *moodle*.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito da internet e da sociedade da informação:** estudos. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

LOSANO, Mário Giuseppe. **Informática Jurídica.** 1ª ed. São Paulo, USP, 1976.

PECK, Patrícia. **Direito Digital.** 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

PIMENTEL, Alexandre Freire. **O Direito Cibernético:** Um enfoque teórico e lógico-aplicativo. 1ª ed. São Paulo: Renovar, 2006.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução às teorias da cibercultura.** 2ª ed. rev. e ampli. Porto Alegre, Sulina, 2007.

Bibliografia Complementar:

CORRÊA, Gustavo Testa. **Aspectos jurídicos da Internet.** São Paulo: Saraiva, 2000.

GOUVEA, Sandra. **O direito na era digital.** 1ª edição. São Paulo: editora Mauad, 2011.

LÉVY, Pierre. **Ciberdemocracia.** 1ª edição. Lisboa: instituto Piaget, 2002.

ROVER, Aires José. **Direito e informática.** Editora Manole, 2012.

SLEIMAN, Cristina Moraes; PECK, Patrícia. **Direito Digital no dia a dia.** 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

VIANNA, Túlio; MACHADO, Felipe. **Crimes informáticos.** Belo Horizonte: Fórum, 2013.

VI – AVALIAÇÃO: A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais (dois exercícios regulares e uma avaliação final para os alunos que não obtiveram média 7 ou superior nos dois exercícios regulares) e da participação do aluno nas aulas presenciais e discussões virtuais possibilitadas com o apoio da ferramenta *moodle*.

4.11.22. - Informática Jurídica

Nome da Disciplina Informática Jurídica	Código	Crédito 4.0
---	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: A disciplina tem como escopo preparar o discente para o uso de tecnologias voltadas para a área jurídica, assumindo, por isso, um caráter eminente prático e instrumental. Sem dúvida, os operadores do Direito precisam estar atualizados em relação às ferramentas tecnológicas colocadas ao seu dispor para o bom desempenho de suas funções. Esta disciplina pretende conscientizar e treinar os alunos no uso dessas ferramentas tecnológicas.

II – OBJETIVOS: Preparar o aluno da área jurídica para o estudo dos principais institutos relacionados ao Direito dotando-o de conhecimentos básicos e de natureza instrumental, que lhe facilitem a manipulação dos conceitos técnicos dos diversos ramos do Direito. Preparação para o enfrentamento da realidade profissional, procurando demonstrar o funcionamento prático dos setores nos quais deverá atuar. Desenvolvimento do espírito de pesquisa e aprofundamento dos conceitos ensinados bem como o senso crítico em relação às teorias apresentadas.

III – CONTEÚDOS:

- PONTO 1. Apresentação da Disciplina e Introdução à Informática Jurídica;
- PONTO 2. Noções de Informática;
- PONTO 3. Edição de Textos Jurídicos;
- PONTO 4. *Scanning* e Tratamento de Imagens;
- PONTO 5. Planilhas e Bases de Dados;
- PONTO 6. Cálculos Jurídicos;
- PONTO 7. Pesquisa de Jurisprudência: Tribunais Superiores;
- PONTO 8. Pesquisa de Jurisprudência: Justiça Especializada;
- PONTO 9. Pesquisa de Jurisprudência: Justiça Estadual;
- PONTO 10. Processo Judicial Eletrônico: a Lei 11.419/2006;
- PONTO 11. O PJe;
- PONTO 12. Outros Sistemas de Processo Judicial Eletrônico;

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS: Aulas expositivas com o recurso multimídia: data show, leitura, discussão e produção de texto; pesquisa bibliográfica; e fóruns

virtuais de discussão temática, com incentivo à participação do aluno, tanto no questionamento quanto nas discussões virtuais possibilitadas com o apoio da ferramenta *moodle*.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

LOSANO, Mário Giuseppe. **Informática Jurídica**. 1ª ed. São Paulo, USP, 1976.

PIMENTEL, Alexandre Freire. **O Direito Cibernético: Um enfoque teórico e lógico-aplicativo**. 1ª ed. São Paulo: Renovar, 2006.

CNJ (2011). **Manual de Referência do PJe**. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/dti/pje/docs/manual_referencia_1.0.x.pdf. Acesso em 14 de junho de 2016.

CNJ (2014). **Guia Rápido do PJe para Advogados**. Disponível em: <http://s.conjur.com.br/dl/manual-pje-advogados.pdf>. Acesso em 14 de junho de 2016.

Bibliografia Complementar:

ROVER, Aires José. **Direito e informática**. Editora Manole, 2012.

SLEIMAN, Cristina Moraes; PECK, Patrícia. **Direito Digital no dia a dia**. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

VI – AVALIAÇÃO: A avaliação será realizada por intermédio de provas regimentais (dois exercícios regulares e uma avaliação final para os alunos que não obtiveram média 7 ou superior nos dois exercícios regulares) e da participação do aluno nas aulas presenciais e discussões virtuais possibilitadas com o apoio da ferramenta *moodle*.

4.11.23. – Processo Constitucional

Nome da Disciplina Processo Constitucional	Código	Crédito 4.0
--	--------	-----------------------

Departamento Responsável Coordenação do Curso de Direito UPE Campus Arcoverde	Carga Horária 60 h/a
---	--------------------------------

PROGRAMA DE DISCIPLINA

I – EMENTA: Constituição e Processo: Direito Constitucional Processual; Supremacia constitucional e Controle de Constitucionalidade; Ações Constitucionais.

II – OBJETIVOS:

Geral:

Trazer aos discentes uma abordagem específica e completa das ações judiciais constitucionais, a fim de possibilitar ao aluno uma segura atuação prática, bem como dotá-lo de um arcabouço teórico sólido e eficaz, sem se descurar de uma reflexão crítica e construtiva dos temas abordados.

Específicos:

O propósito fundamental da disciplina Processo Constitucional é o de propiciar ao aluno do curso de Direito a compreensão do sistema de fiscalização e controle da constitucionalidade das leis e dos atos normativos no ordenamento jurídico brasileiro, bem como o de desenvolver a análise da jurisdição constitucional e das principais ações constitucionais.

III – CONTEÚDOS:

1. Direito Constitucional Processual (Objeto, Sistema processual brasileiro, Influência constitucional no processo, Direito Processual Constitucional)
2. Supremacia Constitucional;
 - 2.1 Supremacia formal;
 - 2.2. Supremacia material;
 - 2.3. Existência, validade e eficácia dos atos jurídicos e das leis;
 - 2.4. Nulidade da norma inconstitucional.
3. Controle de Constitucionalidade;
 - 3.1. Pressupostos de constitucionalidade das normas;
 - 3.2. Descumprimento da lei ou do ato normativo inconstitucional pelo Executivo;
 - 3.3. Controle preventivo X Controle repressivo;
 - 3.4. Controle concentrado de constitucionalidade;
 - 3.5. Controle difuso de constitucionalidade
4. Ações Constitucionais
 - 4.1. Habeas Corpus
 - 4.2. Habeas Data
 - 4.3. Mandado de Segurança Individual
 - 4.4. Mandado de Segurança Coletivo
 - 4.5. Mandado de Injunção

IV – METODOLOGIA/MULTIMEIOS EDUCACIONAIS:

A aula é preponderantemente expositiva. Entretanto, o discente deve ser estimulado à reflexão crítica dos conteúdos da disciplina, em consonância com uma perspectiva horizontal e dinâmica do processo de ensinamento e com a adoção de práticas que impliquem o reconhecimento de que os alunos também são produtores de conhecimento e sujeitos ativos na construção coletiva do saber. Para isso, se faz necessário adotar metodologias ativas, por meio das quais o discente deixa de ser mero coadjuvante no processo de ensino-aprendizagem para se tornar também ator principal neste processo.

V – BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia Básica:

BARROSO, Luiz Roberto. Controle de Constitucionalidade no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005.
DIDIER JR. Fredie (Coord). Ações Constitucionais. Salvador: Jus Podium, 2006.
SAMPAIO JÚNIOR, José Herval. Processo constitucional: nova concepção de jurisdição. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

Bibliografia Complementar:

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Direito Processual Constitucional: Aspectos Contemporâneos. Belo Horizonte: Fórum, 2006.
BARROSO, Luiz Roberto. Direito Constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira. 7. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 3. Ed. Coimbra: Almedina, 1999.
FUX, Luiz; NERY JUNIOR, Nelson; WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (coord). Processo e Constituição: estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira. São Paulo: RT, 2006.
LEITE, George Salomão; LEITE, Glauco Salomão (coord). Constituição e efetividade constitucional. Salvador: Jus Podium, 2008.
MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição Constitucional. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
SILVA NETO, Manoel Jorge e. Curso de Direito Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
STRECK, Lênio. Jurisdição constitucional e hermenêutica: uma nova crítica do direito. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
TAVARES, André Ramos. Teoria da justiça constitucional. São Paulo: Saraiva, 2005.

VI – AVALIAÇÃO:

A avaliação consistirá na aplicação de provas com questões objetivas e/ou subjetivas. Não se pode descurar de uma avaliação contínua, onde se privilegia o aspecto meritório; para tanto, serão utilizados métodos de avaliação que possibilitem a aplicação deste tipo de averiguação de aprendizagem, tais como seminários, leitura de textos dirigidos e outras atividades julgadas pertinentes pelo docente neste processo de ensino-aprendizagem.